

PR1 A1  
EDUCATION  
FOR  
FIGHTING

360

REWIND



## INDEX

Resumo .....	4
Introdução .....	5
Objetivo da revisão .....	5
Método.....	7
Critérios de elegibilidade.....	8
Procedimento de pesquisa e processo de recolha de dados.....	10
Resultados .....	12
Discussão e conclusão .....	19
SOCIAL .....	19
<b>Categoria A: Discriminação cultural e religiosa.....</b>	<b>22</b>
<b>Categoria B: Segregação ocupacional e de género.....</b>	<b>22</b>
<b>Categoria C: Desigualdade Salarial.....</b>	<b>23</b>
.....	23
<b>Categoria D: Orientação sexual. ....</b>	<b>24</b>
<b>Categoria E: Discriminação de classe.....</b>	<b>24</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>25</b>
SAÚDE.....	26
<b>Categoria A: Nutrição e discriminação de género.....</b>	<b>27</b>
<b>Categoria B: Mulheres migrantes e discriminação no local de trabalho. .</b>	<b>28</b>
<b>Categoria C: Discriminação associada ao VIH e impacto na saúde e no bem-estar.....</b>	<b>29</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>31</b>
JURÍDICO.....	31
<b>Categoria A: Inserção laboral de mulheres migrantes.....</b>	<b>32</b>
<b>Categoria B: Culturas, etnicidade e acesso a serviços públicos. ....</b>	<b>33</b>
<b>Categoria C: Exploração sexual e migração feminina. ....</b>	<b>34</b>
<b>Categoria 4. Saúde, transculturalidade e mulheres migrantes.....</b>	<b>35</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>35</b>
INTEGRAÇÃO .....	36
<b>Categoria A: Integração e Género.....</b>	<b>37</b>
<b>Categoria B: Acesso dos imigrantes aos cuidados de saúde. ....</b>	<b>38</b>

<b>Categoria C: Determinantes estruturais da integração.....</b>	39
<b>Conclusão .....</b>	40
<b>Categoria A: Migração matrimonial.....</b>	43
<b>Categoria B: Discriminação racial/étnica.....</b>	43
<b>Categoria C: Discriminação relacionada com as competências? .....</b>	44
<b>Categoria D: Discriminação no local de trabalho .....</b>	45
<b>Categoria E: Relações Familiares.....</b>	45
<b>Categoria F: tomada de decisões.....</b>	46
<b>Categoria G: discriminação administrativa.....</b>	46
<b>Conclusão .....</b>	47
<b>DESENVOLVIMENTO &amp; MERCADO.....</b>	48
<b>Categoria A: Desigualdade salarial.....</b>	50
<b>Categoria B: Segregação Profissional e de Género.....</b>	51
<b>Categoria C: Papéis na sociedade coletivista.....</b>	52
<b>Categoria D: Fuga de Talento.....</b>	52
<b>Conclusão .....</b>	53
<b>INTERVENÇÃO: VIOLÊNCIA, EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE.....</b>	54
<b>Categoria A: Educação e promoção da saúde.....</b>	57
<b>Categoria B: Violência contra mulheres.....</b>	58
<b>Categoria C: Educação sexual.....</b>	60
<b>Conclusão .....</b>	61

## Resumo

As mulheres migrantes estão expostas a uma dupla vulnerabilidade, como mulheres e como migrantes. Isto gera a necessidade de uma atenção especial e personalizada por parte dos profissionais nos campos social, da saúde e da psicologia, a fim de compreender as suas necessidades. Este trabalho visa compreender, através da literatura científica, a complexidade do fenómeno migratório nas mulheres, para estabelecer as linhas prioritárias de apoio nos currículos universitários. Consequentemente, é apresentada uma revisão sistemática que finalmente analisa 63 documentos. O estudo tem três fases de pesquisa em bases de dados *Web of Science* e *Scopus*. Na primeira fase, os termos considerados são "discriminação de género" E "Violência" E "migrante", selecionando seis itens; uma segunda fase inclui "discriminação de género" E "migrante", acrescentando 40 itens, e a terceira fase, "discriminação de género" E "Violência" OU "migrante" E "educação" E "intervenção" E "mulheres, onde 17 novos artigos são selecionados.

Os resultados demonstram sete categorias emergentes de acordo com o seu tema central: jurídico, social, desenvolvimento & mercado, saúde, integração, discriminação de género e intervenção. O estudo apresenta uma discussão para cada categoria, convergindo na relevância da necessidade de sensibilização da população como um todo. O estudo tenta centrar o interesse nas linhas prioritárias de intervenção, entre as quais se destacam as seguintes: cuidados de saúde em geral, educação sexual, a expansão das redes sociais no destino, a procura de oportunidades de emprego, o acesso à tecnologia ou a promoção de uma vida saudável e de atividade física. Esta análise centra-se na necessidade de as instituições fornecerem recursos às pessoas que sofrem violência de qualquer tipo baseada no género, enfatizando a população migrante, uma vez que são institucionalizadas menos pessoas. Por este motivo, é também relevante disponibilizar recursos aos profissionais que trabalham com este grupo social.

## INTRODUÇÃO

Esta revisão sistemática é um dos produtos do projecto 360 REWIN (*REsilient immigrant Women interventions for INclusion*). O objetivo estratégico do 360 REWIN é promover e desenvolver programas de formação especializada para estudantes de licenciatura nas áreas de psicologia, serviço social e saúde. Estes profissionais são fundamentais na intervenção com vítimas deste tipo de violência, prestando cuidados adequados que possam responder às suas necessidades mais urgentes. O projeto visa ter um impacto na inclusão das mulheres migrantes, através da formação de profissionais para que possam identificar e gerir corretamente, o mais cedo possível, as mulheres que sofreram violência baseada no género, no seio da população migrante com um profundo preconceito cultural.

Esta compilação bibliográfica é uma abordagem para uma compreensão profunda do fenómeno migratório e das suas consequências para as mulheres, especialmente para aquelas que sofreram violência de género. A partir destas leituras, os planos de formação do projeto serão estruturados considerando a realidade social atual. O projeto disponibilizará todas estas ferramentas aos futuros licenciados em psicologia, ciências da saúde e serviço social, assim como equipar os governos e ONGs que trabalham com a comunidade imigrante, disponibilizando ferramentas de formação digitais que lhes permitirão lidar com este problema de uma forma melhor e mais eficaz.

## Objetivo da revisão

Não só a nível da UE, mas também a nível mundial, a violência contra as mulheres é a questão mais importante que leva à desigualdade e discriminação de género. Este problema é ainda mais importante na população migrante (Retamozo, & Monteros, 2021), devido a taxas de prevalência de violência mais elevadas e a um maior desafio ao acesso aos recursos disponíveis, devido à sua situação administrativa. A violência contra as mulheres migrantes destaca-se em duas frentes: como migrante e como mulher. As circunstâncias estruturais são congruentes em mulheres que superam a violência física, sexual, psicológica ou económica (Fawole, 2008), o que fomenta uma compreensão transcultural do fenómeno em diferentes partes do mundo.

Além disso, infelizmente, os futuros profissionais do ensino superior não dispõem de programas de formação eficientes para melhor aprenderem como apoiar estas mulheres, beneficiando da utilização de ferramentas digitais que ajudam muito a melhorar os serviços e o apoio a esta população alvo. De facto, tem sido relatado que a violência baseada no género continua implícita nas universidades e torna-se difícil de detetar pelos estudantes e pela comunidade universitária (Larena & Molina, 2010). Embora a neutralização da violência de género seja um desafio institucional nas universidades e deva ser abordada de forma transversal (Bonilla, Gómez, & Godoy, 2019), existem áreas de formação que têm transferência direta com o grupo vulnerável: mulheres migrantes. Os estudantes de psicologia, ciências sociais e saúde têm um papel muito importante na luta contra este tipo de violência, promovendo os direitos humanos destas mulheres numa perspetiva de género, conseguindo detetar as suas necessidades e facilitando uma resposta adequada tendo em conta os seus direitos, políticas e serviços de prevenção e/ou cuidados. O ensino superior deve utilizar uma nova abordagem na necessária sensibilização dos estudantes universitários (Vieira et al., 2019).

Uma abordagem digital, aproveitando a vida quotidiana das novas tecnologias, pode ser útil para melhorar o apoio ao problema da violência nesta população migrante. Além disso, estas ferramentas digitais inovadoras permitem uma melhor gestão e podem incluir soluções inovadoras para ultrapassar os desafios da viagem, da língua e das dificuldades que estas mulheres enfrentam, podendo mesmo ser uma oportunidade para cuidar da saúde das mulheres migrantes (Taki, Lurie, & Kaur, 2022). Adicionalmente, devido à pandemia de Covid 19, a educação foi transformada. As universidades e instituições de ensino superior tiveram que adotar atividades de aprendizagem online. Estas novas tecnologias tornarão a aprendizagem funcional e eficiente ao mesmo tempo que alcançam resultados de aprendizagem, aumentando o interesse e motivação dos estudantes (Baber, 2020). Estes novos processos de aprendizagem são complementares e irão melhorar drasticamente as atividades e o trabalho que a organização parceira do projeto está a realizar nesta área.

De igual modo, o âmbito transnacional do projeto beneficiará o projeto, uma vez que aplicando a metodologia a vários contextos e sistemas educativos irá proporcionar uma perspetiva mais holística que melhorará a metodologia e a sua aplicabilidade a diferentes cenários. Este benefício, que pode aplicar-se a qualquer projeto, é ainda mais importante no 360 REWIN porque o projeto está centrado na população imigrante, pelo que requer uma melhor compreensão transnacional.

## MÉTODO

Uma revisão bibliográfica sistematizada é específica e exata na obtenção das respostas concretas para amplas questões no campo empírico (González, Muñoz, & Aparicio, 2011). Por conseguinte, é uma opção metodológica útil para tentar compreender as implicações sociais, psicológicas e de saúde de ser uma mulher migrante, bem como a análise de impressões educativas e o seu acompanhamento.

A funcionalidade deste estilo de revisão e o seu aumento nas últimas décadas levou à imposição de normas de qualidade que asseguram a replicação e verificação dos resultados e conclusões, consolidando o interesse das revistas científicas em exigir um processo editorial que cumpra estes critérios, que hoje são considerados como a base do conhecimento e da divulgação científica (Verano, 2015).

A declaração QUOROM (Quality of Reporting of Meta-analyses) em 1999 atuou como precursor de uma lista de verificação estruturada com 18 itens para a estruturação de estudos de meta-análise (Urrútia & Bonfill, 2010), que inclui o grau mais sofisticado de análise de resultados (Sabirón, 2006).

As aspirações deste trabalho têm uma base académica e formativa, mas não descaram os critérios que foram aperfeiçoados a partir do QUOROM para uma análise rigorosa dos estudos originais primários, o que facilita a identificação das áreas de estudo mais vulneráveis (gerando uma investigação prospetiva) e consolida a validade das conclusões dos estudos individuais (Ferreira, Urrutia & Alonso-Coello, 2011). A atualização do QUOROM foi realizada pelo grupo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) e tem vindo a estabelecer parâmetros de qualidade que foram padronizados nas principais instituições científicas do mundo ocidental (González, Muñoz & Aparicio, 2011). Por conseguinte, a tabela tenta delinear a forma como este trabalho tem em conta os principais itens da declaração PRISMA para a revisão sistemática (Moher, Liberati, Tetzlaff, & Altman, 2010).

Tabela 1. Descrição de atenção às secções dos itens da declaração PRISMA (Moher et al., 2010).

Título e resumo	É identificado que se trata de uma revisão sistematizada e que os itens principais da estrutura da revisão sistemática estão incluídos.
Resumo	O resumo sintetiza a informação essencial da revisão narrativa, objetivos, método, descritores, principais resultados e conclusões

Introdução & objetivo	O objetivo e a introdução são pertinentes à abordagem geral da investigação, sendo coerentes com a seleção de artigos que serão apresentados: participantes, intervenções, comparações, resultados, e conceção do estudo (PICOS).
Métodos	A secção do método explica a relevância metodológica do trabalho, o protocolo de revisão e o registo dos artigos, bem como os critérios de elegibilidade (com definição dos descritores). É realizada uma pesquisa em bases de dados institucionalizadas pela FECYT (Scopus e Web Of Science) e os resultados da pesquisa são sintetizados.
Resultados	A seleção dos estudos é apresentada tendo em conta o fluxograma. Os artigos selecionados têm indicadores de qualidade para serem atribuídos às bases de dados selecionadas. Os resultados são apresentados por categoria de acordo com os seus núcleos de interesse, para facilitar a sua análise. Todas as revisões dos artigos selecionados são apresentadas.
Discussão	É feito um resumo das principais evidências para cada categoria, contrastando com as principais linhas de conhecimento já reconhecidas. As principais áreas de incerteza são identificadas, delineando uma perspetiva e conclusões de eminência pragmática. Cada discussão implica uma conclusão com as principais ideias.
Financiamento	Esta revisão sistemática é um dos primeiros produtos do projeto 360 REWIN (KA220-HED-F5265FF4), financiado pelo Programa Erasmus + da Comissão Europeia.

Neste sentido, destaca-se a relevância metodológica para a realização de um estudo de investigação secundário, com critérios de pesquisa claros para agir eficazmente sobre a avalanche de informação no área da saúde e das ciências sociais - 'infoxicação' - (Aguilera, 2014; Niño, Baquero, & García, 2017). O estudo é relevante como base para considerar as linhas-chave na otimização dos planos de estudo a partir da sua definição como uma forma de avaliar e interpretar toda a investigação relevante disponível, relativamente a uma questão de investigação em particular, numa área temática ou fenómeno. (Kitchenham, 2004).

Este estudo realiza uma análise exaustiva de fontes fiáveis que trabalharam com mulheres migrantes e têm uma natureza científica inapelável, devido à sua publicação em revistas científicas de prestígio indexadas na Web of Science e Scopus.

## Critérios de elegibilidade

O estudo é realizado em três fases. Inicialmente, é analisada a literatura científica específica sobre mulheres, migração e discriminação de género, dado que se sabe que a literatura é excessivamente específica e limitada. Num segundo âmbito, a pesquisa é alargada à compreensão da migração e da discriminação de género, assumindo que o foco na compreensão do fenómeno é alargado. Para estas duas

primeiras pesquisas, são estabelecidos critérios de inclusão e exclusão laxistas e comuns, uma vez que todas as entradas e a perspectiva cronológica são de interesse. Por fim, é incluída uma pesquisa que visa conhecer a intervenção que foi realizada, delimitando áreas temáticas e outros dados, ajustando os itens PICO: população, intervenções, comparadores e resultados (McKenzie et al. 2021).

Tabela 2. Critérios de inclusão e exclusão.

	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 1	Fase 2	Fase 3
	Critérios de inclusão			Critérios de exclusão		
<b>População</b>	mulheres em qualquer parte do mundo	e estudos que se centram na intervenção com mulheres migrantes ou não migrantes	estudos que se centram na intervenção com mulheres migrantes	omissão das mulheres nos processos de migração. considerações periféricas.	Intervenção periférica ou focada noutro grupo ou população em geral	
<b>Intervenções</b>	Qualquer implicação na intervenção é admitida, como entendimento inicial.	Restrito a áreas de investigação	Restrito a áreas de investigação	Estudos sem acompanhamento	Áreas de investigação não incluídas	
<b>Comparadores</b>	a) grupo de controlo versus grupo de intervenção. b) grupo de intervenção A vs. grupo de intervenção B c) Avaliação do Programa. d) Estudos etnográficos e qualitativos e) Revisões rigorosas			Estão excluídas a intervenção placebo e as revisões arbitrárias de literatura. Estudos de avaliação de um sistema político, social ou de saúde não europeu.		
<b>Resultados</b>	Todos os resultados, quantitativos e qualitativos, são considerados como critérios de qualidade para evitar parcialidade. A natureza dos resultados não é especificada, uma vez que são pretendidas experiências de sucesso sócio-educacional.			Especificidade de uma circunstância circunstancial num país não europeu.	Não relevante para intervenção. Estudos descritivos. Especificidade de uma circunstância num país não europeu.	
<b>Tipo de publicação</b>	Artigos em revistas científicas com revisão por pares da Web of Science e/ou Scopus			Não indexado	O que não é um artigo de investigação está excluído	
<b>Ano de publicação</b>	Qualquer ano	2013-2022		-	Antes de 2013	
<b>Língua</b>	Inglês, Francês, Português, Italiano ou Espanhol.				Outros	
<b>Áreas de investigação</b>	Qualquer área	Psicologia, Serviços de Ciências da Saúde, Ciências		-	Outros	

---

Comportamentais  
, Questões Sociais,  
Educação  
Educacional  
Investigação  
Mulheres S  
Estudos

---

De acordo com o protocolo para o controlo de parcialidades na revisão sistematizada (Codina, 2020; Higgins & Thomas, 2022), a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão sobre os artigos é acordada entre três revisores.

## Procedimento de pesquisa e processo de recolha de dados

A pesquisa e compilação dos artigos foram realizadas em Março de 2022 utilizando as bases de dados da Web Of Science e Scopus, como resultado dos acordos anteriores para limitar a pesquisa. Foi acordado a realização de três pesquisas paralelas em ambas as bases de dados. As duas primeiras abordam o fenómeno da violência de género nas mulheres migrantes, enquanto a terceira é mais específica e analisa a intervenção e o apoio profissional das mulheres.

A pesquisa por palavra-chave foi a seguinte:

- a) " discriminação de género" E "Violência" E "migrante"
- b) " discriminação de género" E "migrante"
- c) " discriminação de género" E "Violência" OU "migrante" E "educação" E "intervenção" E "mulheres"

Foram aplicados limites de pesquisa, restringindo a elegibilidade por língua e o acesso aos documentos através de possibilidades institucionais.

Na primeira pesquisa, foram encontrados 12 artigos que, aplicando os filtros, resultaram em seis leituras. A lista de artigos é apresentada no Anexo 1. Todos eles foram considerados para a análise da revisão, dado que cumpriam os critérios de inclusão e exclusão.

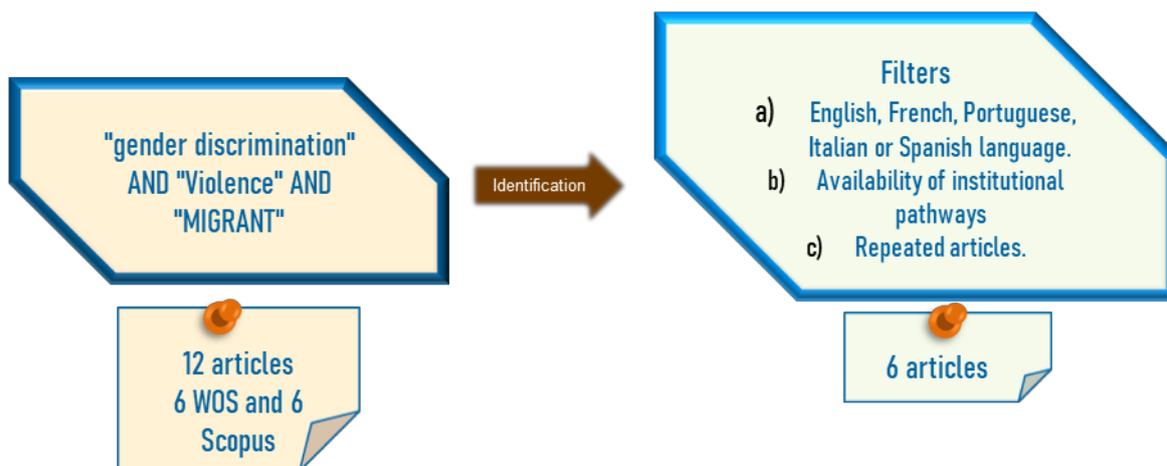


Figura 1. Artigos fase 1.

Na segunda fase há 64 artigos, 34 em Web of Science (três repetidos) e 54 em Scopus (24 são repetidos). Podem ser consultados no Anexo 2.

Ao aplicar os filtros indicados, a pesquisa fica reduzida a 40 artigos que são revistos e considerados na seleção das revisões.

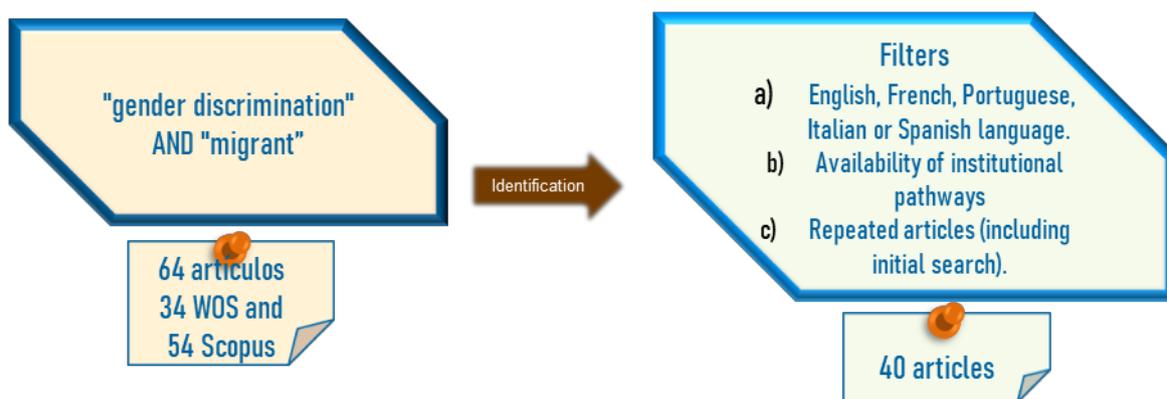


Figura 2. Artigos fase 2.

Finalmente, 545 artigos entre *Web of Science* e *Scopus* são considerados na terceira fase, dos quais apenas 74 são considerados na aplicação dos filtros acordados (disponíveis no anexo 3). Quando as áreas de investigação são limitadas, obtêm-se 211 artigos, embora quando limitadas aos últimos 10 anos, restam 138, antes de filtrar os artigos de investigação definitivos, que são considerados para inclusão. Ao aplicar os critérios de inclusão e exclusão descritos 17 artigos são consolidados por unanimidade para uma revisão aprofundada.

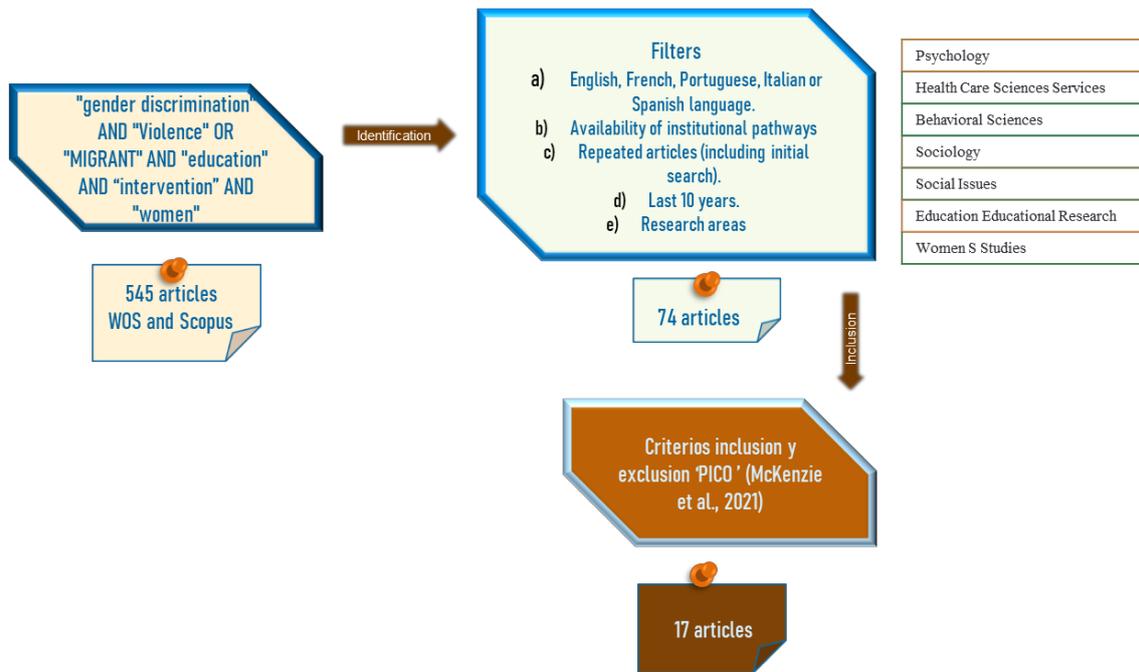


Figura 3. Artigos fase 3.

## RESULTADOS

A figura 4 apresenta o fluxograma que ilustra o processo de seleção bibliográfica (Moher et al., 2010). O diagrama justifica a forma como os 175 artigos identificados são filtrados através do rastreo e dos critérios de elegibilidade para especificar os 63 artigos que são revistos detalhadamente e, por conseguinte, incluídos nestes resultados. A intenção geral do estudo implica que seja incorporado um volume relevante de estudos de eminência qualitativa.

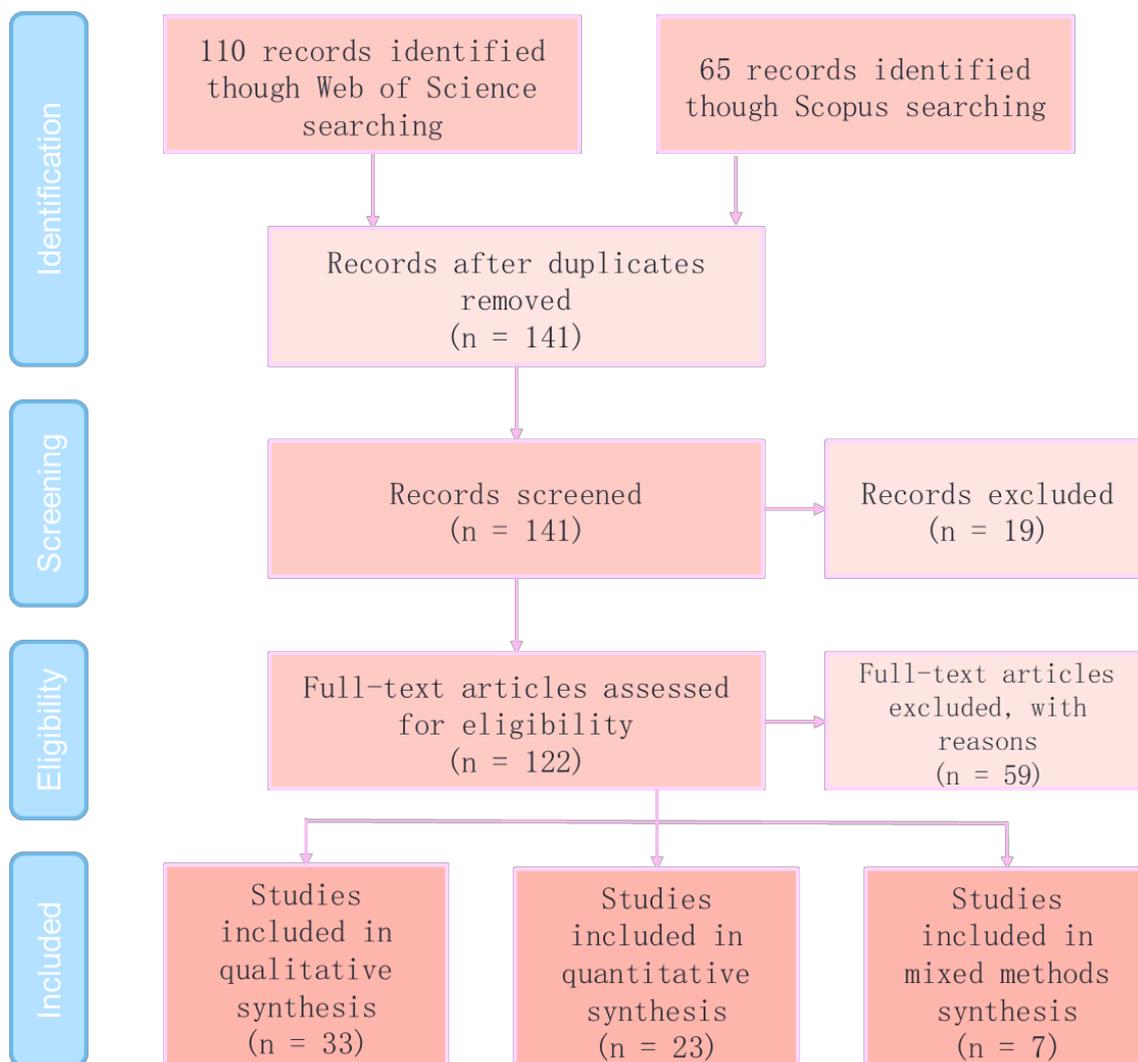


Figura 4. Fluxo de informação através das diferentes fases de uma revisão sistemática. Baseado em Moher et al. (2010).

Nesta secção, os resultados são apresentados e categorizados de acordo com os núcleos de interesse que cada estudo requer, desde da reflexividade à projeção para a análise crítica na discussão. Por este motivo, e de acordo com o critério de dependência, os 63 artigos analisados estão organizados na Tabela 3. Os artigos são apresentados correlativamente à fase de pesquisa correspondente, de modo a que o código 1, 2 e 3 esteja ligado a cada fase.

As categorias surgem do conteúdo dos artigos e destaca-se um interesse principal sobre: (1) a área social das mulheres migrantes, (2) a sua saúde, (3) os aspetos jurídicos subjacentes ao processo, (4) a inerente discriminação de género que enfrenta enquanto mulher migrante, qualificando as suas diferentes tipologias, (5)

o acompanhamento para a integração social e cultural, (6) a sua projeção ao nível da carreira profissional e as possibilidades no mercado de trabalho, e (7) a intervenção específica com as mulheres migrantes, onde surge a educação sexual, a atividade física ou a educação em geral, entre outros. As revisões de cada publicação são incluídas na sua categoria de análise.

Tabela 3. Artigos selecionados e sua categorização.

Cod.	Referências bibliográficas	Category
1.1	Tantet, C., & Cordel, H. (2019). Elles ne cessent pas à l'arrivée en France. <i>La Revue du praticien</i> , 69(6) 676-678.	Social
1.2	Coovadia, H., Jewkes, R., Barron, P., Sanders, D., & McIntyre, D. (2009). The health and health system of South Africa: historical roots of current public health challenges. <i>The lancet</i> , 374(9692), 817-834. <a href="https://doi.org/10.1016/S0140-6736(09)60951-X">https://doi.org/10.1016/S0140-6736(09)60951-X</a>	Health
1.3	Añón, M. J. (2010). El acceso de las mujeres inmigrantes a los derechos humanos: la igualdad inacabada. <i>Frónesis</i> , 17(2).	Legal
1.4	Gangoli G., Bates, L., & Hester, M. (2020). What does justice mean to black and minority ethnic (BME) victims/survivors of gender-based violence?, <i>Journal of Ethnic and Migration Studies</i> , 46(15) 3119-3135, <a href="https://doi.org/10.1080/1369183X.2019.1650010">https://doi.org/10.1080/1369183X.2019.1650010</a>	Legal
1.5	Izugbara, C., Muthuri, S., Muuo, S., Egesa, C., Franchi, G., Mcalpine, A., ... & Hossain, M. (2020). 'They Say Our Work Is Not Halal': Experiences and challenges of refugee community workers involved in gender-based violence prevention and care in Dadaab, Kenya. <i>Journal of refugee studies</i> , 33(3), 521-536. <a href="https://doi.org/10.1093/jrs/fey055">https://doi.org/10.1093/jrs/fey055</a>	Social
1.6	Rocca, M.D., & Zinn, D.L. (2019). Othering Honor-Based Violence: The Perspective of Antiviolence Operators in Northern Italy. <i>Human Organization</i> , 78(4), 325-334. <a href="https://doi.org/10.17730/0018-7259.78.4.325">https://doi.org/10.17730/0018-7259.78.4.325</a>	Social
2.1	Chen, Y. (2021). Gender discrimination in societal and familial realms: Understanding agency among Chinese marriage migrant women in Switzerland. <i>Asian and Pacific Migration Journal</i> , 30(1), 18-38. <a href="https://doi.org/10.1177/0117196820981594">https://doi.org/10.1177/0117196820981594</a>	Gender Discrimination
2.2	Antman, F. M. (2015). Gender discrimination in the allocation of migrant household resources. <i>Journal of population economics</i> , 28(3), 565-592. <a href="https://doi.org/10.1007/s00148-015-0548-x">https://doi.org/10.1007/s00148-015-0548-x</a>	Gender Discrimination
2.3	Bhatt, W. (2013). The little brown woman: Gender discrimination in American medicine. <i>Gender &amp; Society</i> , 27(5), 659-680. <a href="https://doi.org/10.1177/0891243213491140">https://doi.org/10.1177/0891243213491140</a>	Gender Discrimination
2.4	Petrozziello, A. J. (2019). (Re) producing Statelessness via Indirect Gender Discrimination: Descendants of Haitian Migrants in the Dominican Republic. <i>International Migration</i> , 57(1), 213-228. <a href="https://doi.org/10.1111/imig.12527">https://doi.org/10.1111/imig.12527</a>	Gender Discrimination
2.5	Zhang, J., & Gao, G. (2018). Research of the Current Situation and Strategies of the New Generation of Female Migrant Workers City Integration-Taking the H community of Jinan as an example. In 2018 <i>International Seminar on Education Research and Social Science</i> (ISERSS 2018) (pp. 215-218). Atlantis Press. <a href="https://doi.org/10.2991/iserss-18.2018.55">https://doi.org/10.2991/iserss-18.2018.55</a>	Integration
2.6	Chen, J., & Hu, M. (2021). City-level hukou-based labor market discrimination and migrant entrepreneurship in China. <i>Technological and Economic Development of Economy</i> , 27(5), 1095-1118. <a href="https://doi.org/10.3846/tede.2021.15006">https://doi.org/10.3846/tede.2021.15006</a>	Development & Market

2.7	Chen, H., Chen, J., & Yu, W. (2017). Influence factors on gender wage gap: Evidences from chinese household income project survey. <i>Forum for Social Economics</i> , 46(4), 371-395. <a href="https://doi.org/10.1080/07360932.2017.1356346">https://doi.org/10.1080/07360932.2017.1356346</a>	Development & Market
2.8	Young, J.J. (2014). Isolation and Difficulties of Korean Women Married to Non-Korean Asian Men, <i>Asian Journal of Women's Studies</i> , 20(2), 185-200. <a href="https://doi.org/10.1080/12259276.2014.11666186">https://doi.org/10.1080/12259276.2014.11666186</a>	Social
2.9	Sufiyarova, R. H., & Mansurov, T. Z. (2018). Specificity and techniques for resolution of gender conflicts in migrants and host community in public catering organizations of the Republic of Tatarstan. <i>Amazonia Investiga</i> , 7(15), 202-207. <a href="https://doi.org/10.1108/EDI-01-2015-0007">https://doi.org/10.1108/EDI-01-2015-0007</a>	Social
2.10	Mulinari, P. (2015). Exploring the experiences of women and migrant medical professionals in Swedish hospitals: visible and hidden forms of resistance. <i>Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal</i> , 34(8), 666-677. <a href="https://doi.org/10.1108/EDI-01-2015-0007">https://doi.org/10.1108/EDI-01-2015-0007</a>	Health
2.11	Smith-Estelle, A., & Gruskin, S. (2003). Vulnerability to HIV/STIs among rural women from migrant communities in Nepal: A health and human rights framework. <i>Reproductive health matters</i> , 11(22), 142-151. <a href="https://doi.org/10.1016/S0968-8080(03)02292-4">https://doi.org/10.1016/S0968-8080(03)02292-4</a>	Health
2.12	Nájera, J. R. (2019). Remembering Migrant Life: Family Collective Memory and Critical Consciousness in the Midcentury Migrant Stream. <i>The Oral History Review</i> , 211-231. <a href="https://doi.org/10.1093/ohr/ohy037">https://doi.org/10.1093/ohr/ohy037</a>	Social
2.13	Hasan, A., Ghosh, A., Mahmood, M. N., & Thaheem, M. J. (2021). Scientometric review of the twenty-first century research on women in construction. <i>Journal of management in engineering</i> , 37(3), <a href="https://doi.org/10.1061/(ASCE)ME.1943-5479.0000887">https://doi.org/10.1061/(ASCE)ME.1943-5479.0000887</a>	Development & Market
2.14	Dodson, B., & Crush, J. (2004). A report on gender discrimination in South Africa's 2002 Immigration Act: masculinizing the migrant. <i>Feminist Review</i> , 77(1), 96-119. <a href="https://doi.org/10.1057/palgrave.fr.9400158">https://doi.org/10.1057/palgrave.fr.9400158</a>	Gender Discrimination
2.15	Qin, M., Brown, J. J., Padmadas, S. S., Li, B., Qi, J., Falkingham, J. (2016). Gender inequalities in employment and wage-earning among internal labour migrants in Chinese cities. <i>Demographic Research</i> , 34(6), 175-202.	Gender Discrimination
2.16	Wang, Z., Lou, Y., & Zhou, Y. (2020). Bargaining power or specialization? Determinants of household decision making in Chinese rural migrant families. <i>SAGE Open</i> , 10(4), <a href="https://doi.org/10.1177/2158244020980446">https://doi.org/10.1177/2158244020980446</a>	Gender Discrimination
2.17	Benya, A. (2018). Women of the mines: apartheid and post-apartheid lived realities of South African women. <i>Storia Delle Donne</i> , 13(1), 79-101. <a href="https://doi.org/10.13128/SDD-23957">https://doi.org/10.13128/SDD-23957</a>	Development & Market
2.18	Morokvašić, M. (1984). Birds of passage are also women.... <i>International migration review</i> , 18(4), 886-907. <a href="https://doi.org/10.1177/019791838401800402">https://doi.org/10.1177/019791838401800402</a>	Social
2.19	Modugu, H. R., Khanna, R., Dash, A., Manikam, L., Parikh, P., Benton, L., ... & Lakhanpaul, M. (2022). Influence of gender and parental migration on IYCF practices in 6–23-month-old tribal children in Banswara district, India: findings from the cross-sectional PANChSHEEL study. <i>BMC Nutrition</i> , 8(1), 1-16. <a href="https://doi.org/10.1186/s40795-021-00491-7">https://doi.org/10.1186/s40795-021-00491-7</a>	Health
2.20	Ziersch, A., Walsh, M., Baak, M., Rowley, G., Oudih, E., & Mwanri, L. (2021). "It is not an acceptable disease": A qualitative study of HIV-related stigma	Health

	and discrimination and impacts on health and wellbeing for people from ethnically diverse backgrounds in Australia. <i>BMC public health</i> , 21(1), 1-15. <a href="https://doi.org/10.1186/s12889-021-10679-y">https://doi.org/10.1186/s12889-021-10679-y</a>	
2.21	Tang, S., Zhou, J., Lin, S., & Li, X. (2022). Where is my home? Sense of home among rural migrant women in contemporary China. <i>Geoforum</i> , 129, 131-140. <a href="https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2022.01.014">https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2022.01.014</a>	Social
2.22	Michiels, S., Nordman, C. J., & Seetahul, S. (2021). Many Rivers to Cross: Social Identity, Cognition, and Labor Mobility in Rural India. <i>The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science</i> , 697(1), 66-80. <a href="https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1177/00027162211055990">https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1177/00027162211055990</a>	Social
2.23	De Rose, C., Spinola, O., & Buonsenso, D. (2021). Time for inclusion of racial and gender discrimination in routine clinical assessment. <i>Journal of racial and ethnic health disparities</i> , 8(4), 803-808. <a href="https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1007/s40615-021-01061-0">https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1007/s40615-021-01061-0</a>	Integration
2.24	Zheng, X., & Lu, H. (2021). Does ICT change household decision-making power of the left-behind women? A case from China. <i>Technological Forecasting and Social Change</i> , 166, 120604. <a href="https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120604">https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120604</a>	Development & Market
2.25	Shahiri, H., Cheng, Z., & Al-Hadi, A. A. (2021). Why do low-skilled foreign workers have a wage advantage? Evidence from the palm oil plantation sector in Malaysia. <i>Population, Space and Place</i> , 27(3), e2404. <a href="https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1002/psp.2404">https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1002/psp.2404</a>	Development & Market
2.26	Chauvin, S., Salcedo Robledo, M., Koren, T., & Illidge, J. (2021). Class, mobility and inequality in the lives of same-sex couples with mixed legal statuses. <i>Journal of Ethnic and Migration Studies</i> , 47(2), 430-446. <a href="https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1080/1369183X.2019.1625137">https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1080/1369183X.2019.1625137</a>	Social
2.27	Miège, P. (2020). Migration, urbanisation and emergence of the individual: Same-sex desiring migrant men constructing spaces and cultivating their self in a big Chinese city. <i>Asia Pacific Viewpoint</i> , 61(3), 509-520. <a href="https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1111/apv.12281">https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1111/apv.12281</a>	Development & Market
2.28	Busetta, G., Campolo, M. G., & Panarello, D. (2020). The discrimination decomposition index: a new instrument to separate statistical and taste-based discrimination using first-and second-generation immigrants. <i>International Journal of Social Economics</i> . 47(12), 1577-1597. <a href="https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1108/IJSE-02-2020-0055">https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1108/IJSE-02-2020-0055</a>	Development & Market
2.29	Briones-Vozmediano, E., Rivas-Quarneti, N., Gea-Sánchez, M., Bover-Bover, A., Carbonero, M. A., & Gastaldo, D. (2020). The Health Consequences of Neocolonialism for Latin American Immigrant Women Working as Caregivers in Spain: A Multisite Qualitative Analysis. <i>International Journal of Environmental Research and Public Health</i> , 17(21), 8278. <a href="https://doi.org/10.3390/ijerph17218278">https://doi.org/10.3390/ijerph17218278</a>	Health
2.30	Tahir, M. W. (2020). Combating discrimination at workplaces through mainstreaming 'gender' and 'integration' needs in legislation: Testing a new analytical framework in Germany and Sweden. <i>Women's Studies International Forum</i> , 81, 102380. <a href="https://doi.org/10.1016/j.wsif.2020.102380">https://doi.org/10.1016/j.wsif.2020.102380</a>	Integration
2.31	Muchomba, F. M., & Chatterji, S. (2020). Disability among children of immigrants from India and China: Is there excess disability among girls?. <i>Population Studies</i> , 74(2), 263-281. <a href="https://doi.org/10.1080/00324728.2020.1762911">https://doi.org/10.1080/00324728.2020.1762911</a>	Integration
2.32	Tiutiuhin, V. I., Baida, A. O., & Bazeliuk, V. V. (2020). Legal restrictions on medical intervention during operation on female genitalia for non-medical purposes. <i>Wiadomosci Lekarskie</i> , 73(12 cz 2), 2909-2914.	Legal

2.33	Gusciute, E., Mühlau, P., & Layte, R. (2020). Discrimination in the rental housing market: a field experiment in Ireland. <i>Journal of Ethnic and Migration Studies</i> , 1-22. <a href="https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1813017">https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1813017</a>	Integration
2.34	Lim, D. (2018). The indirect gender discrimination of skill-selective immigration policies. <i>Critical Review of International Social and Political Philosophy</i> , 22(7), 906-928. <a href="https://doi.org/10.1080/13698230.2018.1479812">https://doi.org/10.1080/13698230.2018.1479812</a>	Gender Discrimination
2.35	Mullally, S. (2014). Migration, Gender, and the Limits of Rights. In R. Rubio-Marín (Ed), <i>Human Rights and Immigration</i> , (pp. 145-176). Oxford University Press.	Legal
2.36	Vrăbiescu, I. (2017). Non-and dedocumenting citizens in Romania: Nonrecording as a civil boundary. <i>Focaal</i> , 77, 22-35. <a href="https://doi.org/10.3167/fcl.2017.770103">https://doi.org/10.3167/fcl.2017.770103</a>	Legal
2.37	Nazari, S., & Seyedan, F. (2016). A qualitative research of the causes of Iranian female students immigration to developed countries. <i>Asian Social Science</i> , 12(10), 167-173.	Development & Market
2.38	Díaz, C.M., Martínez, L., Tarver, M., Geschwind, S. A., & Lara, M. (2016). Latino immigrant day laborer perceptions of occupational safety and health information preferences. <i>American Journal of Industrial Medicine</i> , 59(6), 476-485. <a href="https://doi.org/10.1002/ajim.22575">https://doi.org/10.1002/ajim.22575</a>	Health
2.39	Antman, F. M. (2011). International migration and gender discrimination among children left behind. <i>American Economic Review</i> , 101(3), 645-49. <a href="https://doi.org/10.1257/aer.101.3.645">https://doi.org/10.1257/aer.101.3.645</a>	Gender Discrimination
2.40	Zhang, L., De Brauw, A., & Rozelle, S. (2004). China's rural labor market development and its gender implications. <i>China Economic Review</i> , 15(2), 230-247. <a href="https://doi.org/10.1016/j.chieco.2004.03.003">https://doi.org/10.1016/j.chieco.2004.03.003</a>	Development & Market
3.1	Hakimi, R., Kheirkhah, M., Abolghasemi, J., & Hakimi, M. (2021). Sex education and Afghan migrant adolescent women. <i>Journal of Family Medicine and Primary Care</i> , 10(2), 791. <a href="https://doi.org/10.4103/jfmpc.jfmpc_395_20">https://doi.org/10.4103/jfmpc.jfmpc_395_20</a>	Intervention
3.2	Ayuste, A., & Payá, M. (2014). La relación educativa con mujeres en contextos de prostitución: la dimensión pedagógica de la intervención. <i>Educación XX1</i> , 17(1), 291-308. <a href="https://doi.org/10.5944/educxx1.17.1.10715">https://doi.org/10.5944/educxx1.17.1.10715</a>	Intervention
3.3	Stevens, A., Gilder, M. E., Moo, P., Hashmi, A., Toe, S. E. T., Doh, B. B., ... & McGready, R. (2018). Folate supplementation to prevent birth abnormalities: evaluating a community-based participatory action plan for refugees and migrant workers on the Thailand-Myanmar border. <i>Public health</i> , 161, 83-89. <a href="https://doi.org/10.1016/j.puhe.2018.04.009">https://doi.org/10.1016/j.puhe.2018.04.009</a>	Intervention
3.4	Zhu, C., Geng, Q., Yang, H., Chen, L., Fu, X., & Jiang, W. (2013). Quality of life in China rural-to-urban female migrant factory workers: a before-and-after study. <i>Health and quality of life outcomes</i> , 11(1), 1-9. <a href="https://doi.org/10.1186/1477-7525-11-123">https://doi.org/10.1186/1477-7525-11-123</a>	Intervention
3.5	El Masri, A., Kolt, G. S., & George, E. S. (2021). Feasibility and acceptability of a culturally tailored physical activity intervention for Arab-Australian women. <i>BMC Women's Health</i> , 21(1), 1-14. <a href="https://doi.org/10.1186/s12905-021-01250-3">https://doi.org/10.1186/s12905-021-01250-3</a>	Intervention

3.6	Sanchez, M., Rojas, P., Li, T., Ravelo, G., Cyrus, E., Wang, W., ... & De La Rosa, M. R. (2016). Evaluating a culturally tailored HIV risk reduction intervention among Latina immigrants in the farmworker community. <i>World medical &amp; health policy</i> , 8(3), 245-262. <a href="https://doi.org/10.1002/wmh3.193">https://doi.org/10.1002/wmh3.193</a>	Intervention
3.7	Rojas, P., Ramírez-Ortiz, D., Wang, W., Daniel, E. V., Sánchez, M., Cano, M. Á., ... & De La Rosa, M. (2020). Testing the efficacy of an HIV prevention intervention among Latina immigrants living in farmworker communities in South Florida. <i>Journal of Immigrant and Minority Health</i> , 22(4), 661-667.	Intervention
3.8	Kim, Y., Lee, H., Lee, M. K., Lee, H., & Jang, H. (2020). Development of a living lab for a mobile-based health program for Korean-Chinese working women in South Korea: mixed methods study. <i>JMIR mHealth and uHealth</i> , 8(1), e15359. <a href="https://doi.org/10.2196/15359">https://doi.org/10.2196/15359</a>	Intervention
3.9	Kilanowski, J. F. (2013). Anticipatory guidance preferences of Latina migrant farmworker mothers. <i>Journal of Pediatric Health Care</i> , 27(3), 164-171. <a href="https://doi.org/10.1016/j.pedhc.2011.08.004">https://doi.org/10.1016/j.pedhc.2011.08.004</a>	Intervention
3.10	Fleming, K., Simmons, V. N., Christy, S. M., Sutton, S. K., Romo, M., Luque, J. S., ... & Meade, C. D. (2018). Educating Hispanic women about cervical cancer prevention: feasibility of a promotora-led charla intervention in a farmworker community. <i>Ethnicity &amp; Disease</i> , 28(3), 169.	Intervention
3.11	Kouta, C., Pithara, C., Zobnina, A., Apostolidou, Z., Christodoulou, J., Papadakaki, M., & Chliaoutakis, J. (2015). A systematic review of training interventions addressing sexual violence against marginalized at-risk groups of women. <i>Health education research</i> , 30(6), 971-984. <a href="https://doi.org/10.1093/her/cyv053">https://doi.org/10.1093/her/cyv053</a>	Intervention
3.12	Pocock, N. S., Kiss, L., Dash, M., Mak, J., & Zimmerman, C. (2020). Challenges to pre-migration interventions to prevent human trafficking: Results from a before-and-after learning assessment of training for prospective female migrants in Odisha, India. <i>PLoS one</i> , 15(9), e0238778. <a href="https://doi.org/10.1371/journal.pone.0238778">https://doi.org/10.1371/journal.pone.0238778</a>	Intervention
3.13	Cullerton, K., Gallegos, D., Ashley, E., Do, H., Voloschenko, A., Fleming, M., ... & Gould, T. (2016). Cancer screening education: can it change knowledge and attitudes among culturally and linguistically diverse communities in Queensland, Australia?. <i>Health Promotion Journal of Australia</i> , 27(2), 140-147. <a href="https://doi.org/10.1071/HE15116">https://doi.org/10.1071/HE15116</a>	Intervention
3.14	Riza, E., Karakosta, A., Tsiampalis, T., Lazarou, D., Karachaliou, A., Ntelis, S., ... & Psaltopoulou, T. (2020). Knowledge, Attitudes and Perceptions about Cervical Cancer Risk, Prevention and Human Papilloma Virus (HPV) in Vulnerable Women in Greece. <i>International Journal of Environmental Research and Public Health</i> , 17(18), 6892. <a href="https://doi.org/10.3390/ijerph17186892">https://doi.org/10.3390/ijerph17186892</a>	Intervention
3.15	Rankin, Y. A., Thomas, J. O., & Erete, S. (2021). Black women speak: Examining power, privilege, and identity in CS education. <i>ACM Transactions on Computing Education (TOCE)</i> , 21(4), 1-31. <a href="https://doi.org/10.1145/3451344">https://doi.org/10.1145/3451344</a>	Intervention
3.16	Navarro, L. & Velásquez, M. J. (2016). Herramientas para prevenir la violencia de género: implicaciones de un registro diario de situaciones de desigualdad de género. <i>Acta Colombiana de Psicología</i> , 19(2), 149-158. <a href="https://doi.org/10.14718/ACP.2016.19.2.7">https://doi.org/10.14718/ACP.2016.19.2.7</a>	Intervention
3.17	Chadalawada, U. R., Aruna, D. S., & Sandhya, R. M. (2017). Effect of health education on adolescent girls regarding knowledge about menstruation. <i>Journal of Evolution of Medical and Dental Sciences</i> , 6(13), 1040-1044. <a href="https://doi.org/10.14260/jemds/2017/223">https://doi.org/10.14260/jemds/2017/223</a>	Intervention

## DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

A discussão desenvolve-se a partir das categorias que surgem nos resultados. Desta forma, são apresentadas sete subsecções que aprofundam cada uma das áreas de análise. As secções visam ajustar-se ao objetivo da revisão bibliográfica: compreender a complexidade do fenómeno migratório nas mulheres na literatura científica.

A complexidade do fenómeno em cada área de análise justifica uma reflexão sobre o potencial de formação para profissionais que trabalham com mulheres migrantes. A integração destes temas no currículo universitário deve ter em consideração o plano de estudos e o perfil profissional das carreiras universitárias. Contudo, é considerada pertinente uma base de conhecimentos atualizada, comum e transversal do fenómeno migratório nas mulheres, uma vez que é evidente que há a tendência de ser invisível perante outros processos de eminência produtiva que têm tido mais interesse na comunidade científica. É o caso das mulheres que ficaram para trás, das cuidadoras domésticas ou da invisibilidade em atividades quotidianas no ocidente, tais como o acesso à tecnologia, à atividade física ou à educação sexual.

Espera-se que esta análise acompanhe o reconhecimento dos currículos universitários para a intervenção com mulheres migrantes. Para que isto aconteça, cada categoria é subdividida em novas áreas temáticas de acordo com o conteúdo dos artigos selecionados, e tem uma discussão específica.

### SOCIAL

Qualquer tipo de discriminação viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito pela dignidade humana. Uma das características comuns encontradas nos artigos analisados é que se o facto de ser mulher for acrescentado ao facto de ser

imigrante, a vulnerabilidade aumenta exponencialmente e as possibilidades de sofrer abusos multiplicam-se.

Assim, é essencial dispor de instalações de cuidados para as mulheres imigrantes e oferecer-lhes uma rede eficaz de assistência multidisciplinar. Muitas mulheres têm sofrido de violência física ou sexual e devem ser sistematicamente examinadas para detetar possíveis casos de abuso. Os profissionais que recebem ou dão assistência a estas mulheres devem ter formação específica nesta área.

É igualmente importante ter em consideração que o trauma psicológico gerado por certas rotas migratórias "bárbaras" é de tal forma que as mulheres se isolam numa forma de negação muitas vezes inconsciente, tornando difícil identificar este tipo de violência (Tantet et al, 2019).

Há também necessidade de reivindicar uma maior visibilidade para as mulheres migrantes, uma vez que a maior parte da investigação se concentra nos jovens adultos masculinos que respondem às oportunidades de emprego formal. A literatura existente tem tido pouco impacto na elaboração de políticas, no retrato mediático das mulheres migrantes, e também nos conteúdos principais da literatura sobre migração, onde a parcialidade masculina tem continuado a persistir apesar de haver uma crescente participação das mulheres nos movimentos migratórios.

O peso da cultura patriarcal na vida destas mulheres é notável. Enquanto filhas, esposas e mães, as mulheres geralmente têm de assumir o trabalho doméstico e a maternidade, assim como o trabalho fora de casa, o que muitas vezes não é tão bem visto como no caso dos homens. De facto, o seu papel no trabalho remunerado não é frequentemente visto como a sua função principal, nem por elas nem pelos seus empregadores. O seu papel, ou futuro papel, como dona de casa e mãe "justifica" a forma como são consideradas trabalhadoras subsidiárias e o nível do seu salário como apenas um salário suplementar.

No entanto, as cidades proporcionam uma oportunidade importante para algumas mulheres migrantes fugirem à discriminação de género persistente nas zonas rurais e desenvolverem um sentido de lar baseado na independência, normas de igualdade de género, respeito das pessoas locais e participação na vida urbana.

O objetivo de tudo isto é equipar as mulheres com ferramentas e estratégias para prevenir futura discriminação (empoderamento). Alguns estudos demonstram que, para as mulheres, a literacia, a estabilidade emocional, e a abertura a novas experiências parecem permitir um aumento de rendimento, embora esses benefícios estejam limitados pela estrutura do mercado laboral, mantendo-as em ocupações pouco qualificadas e informais.

A criação de políticas que têm em consideração as dificuldades específicas enfrentadas pelas mulheres migrantes é imperativa.

### *Classificação das categorias de análise emergentes.*

#### Discriminação cultural e religiosa

2.26 Chauvin, S., Salcedo Robledo, M., Koren, T., & Illidge, J. (2021). Class, mobility and inequality in the lives of same-sex couples with mixed legal statuses. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47(2), 430-446. <https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1080/1369183X.2019.1625137>

1.5 Izugbara, C., Muthuri, S., Muuo, S., Egesa, C., Franchi, G., Mcalpine, A., ... & Hossain, M. (2020). 'They Say Our Work Is Not Halal': Experiences and challenges of refugee community workers involved in gender-based violence prevention and care in Dadaab, Kenya. *Journal of refugee studies*, 33(3), 521-536. <https://doi.org/10.1093/jrs/fev055>

1.6 Rocca, M.D., & Zinn, D.L. (2019). Othering Honor-Based Violence: The Perspective of Antiviolence Operators in Northern Italy. *Human Organization*, 78(4), 325-334. <https://doi.org/10.17730/0018-7259.78.4.325>

2.8. Young, J.J. (2014). Isolation and Difficulties of Korean Women Married to Non-Korean Asian Men, *Asian Journal of Women's Studies*, 20(2), 185-200. <https://doi.org/10.1080/12259276.2014.11666186>

2.9 Sufiyarova, R. H., & Mansurov, T. Z. (2018). Specificity and techniques for resolution of gender conflicts in migrants and host community in public catering organizations of the Republic of Tatarstan. *Amazonia Investiga*, 7(15), 202-207. <https://doi.org/10.1108/EDI-01-2015-0007>

#### Segregação ocupacional e de género.

1.1. Tantet, C., & Cordel, H. (2019). Elles ne cessent pas à l'arrivée en France. *La Revue du praticien*, 69(6) 676-678.

2.12. Nájera, J. R. (2019). Remembering Migrant Life: Family Collective Memory and Critical Consciousness in the Midcentury Migrant Stream. *The Oral History Review*, 211-231. <https://doi.org/10.1093/ohr/ohy037>

Morokvašić, M. (1984). Birds of passage are also women.... *International migration review*, 18(4), 886-907. <https://doi.org/10.1177/019791838401800402>

Tang, S., Zhou, J., Lin, S., & Li, X. (2022). Where is my home? Sense of home among rural migrant women in contemporary China. *Geoforum*, 129, 131-140. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2022.01.014>

Michiels, S., Nordman, C. J., & Seetahul, S. (2021). Many Rivers to Cross: Social Identity, Cognition, and Labor Mobility in Rural India. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 697(1), 66-80. <https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1177/00027162211055990>

2.9 Sufiyarova, R. H., & Mansurov, T. Z. (2018). Specificity and techniques for resolution of gender conflicts in migrants and host community in public catering organizations of the Republic of Tatarstan. *Amazonia Investiga*, 7(15), 202-207. <https://doi.org/10.1108/EDI-01-2015-0007>

#### Desigualdade Salarial

Michiels, S., Nordman, C. J., & Seetahul, S. (2021). Many Rivers to Cross: Social Identity, Cognition, and Labor Mobility in Rural India. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 697(1), 66-80. <https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1177/00027162211055990>

2.8. Young, J.J. (2014). Isolation and Difficulties of Korean Women Married to Non-Korean Asian Men, *Asian Journal of Women's Studies*, 20(2), 185-200. <https://doi.org/10.1080/12259276.2014.11666186>

2.9 Sufiyarova, R. H., & Mansurov, T. Z. (2018). Specificity and techniques for resolution of gender conflicts in migrants and host community in public catering organizations of the Republic of Tatarstan. *Amazonia Investiga*, 7(15), 202-207. <https://doi.org/10.1108/EDI-01-2015-0007>

#### Orientação sexual

2.26 Chauvin, S., Salcedo Robledo, M., Koren, T., & Illidge, J. (2021). Class, mobility and inequality in the lives of same-sex couples with mixed legal statuses. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47(2), 430-446. <https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1080/1369183X.2019.1625137>

#### Descriminação de classe

---

2.26 Chauvin, S., Salcedo Robledo, M., Koren, T., & Illidge, J. (2021). Class, mobility and inequality in the lives of same-sex couples with mixed legal statuses. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47(2), 430-446. <https://doi-org.ubues.idm.oclc.org/10.1080/1369183X.2019.1625137>

1.6 Young, J.J. (2014). Isolation and Difficulties of Korean Women Married to Non-Korean Asian Men, *Asian Journal of Women's Studies*, 20(2), 185-200. <https://doi.org/10.1080/12259276.2014.11666186>

---

## **Categoria A: Discriminação cultural e religiosa**

A maioria das culturas baseia-se num sistema patriarcal que é amplamente promovido pela religião. Este tipo de estrutura atribui papéis definidos a homens e mulheres, criando o sexismo de género que existe na sociedade. A discriminação com base nestas tradições, por vezes apoiada pela própria religião, agrava estes problemas.

Algumas culturas acreditam que a definição de violência baseada no género não deveria incluir a mutilação genital feminina, casamento infantil forçado ou agressão física à esposa, uma vez que estas são consideradas práticas tradicionais transmitidas pela sua religião. Estas práticas culturais são prejudiciais e altamente discriminatórias e refletem um sistema de valores profundamente enraizado que desvaloriza e discrimina as mulheres e raparigas.

Por sua vez, a religião católica também mantém uma estrutura patriarcal que viola os direitos das mulheres e assume certas situações de violência de género, justificando-as em nome da salvaguarda da honra da família.

O racismo e a xenofobia estão também em ascensão, resultante de políticas populistas de extrema-direita, dificultando a integração e adaptação dos migrantes.

Por fim, as crenças religiosas visíveis, assim como as diferentes tradições culturais, são fatores que aumentam a discriminação contra as mulheres e as tornam mais vulneráveis.

## **Categoria B: Segregação ocupacional e de género.**

Os papéis desempenhados, as relações de género e a desigualdade afetam quem migra e porque migra, como é tomada a decisão de migrar, as consequências para os próprios migrantes, assim como o impacto nas comunidades de origem e de destino (Jolly e Reeves, 2005).

Contudo, o esforço e interesse em incorporar uma perspetiva de género na pesquisa sobre movimentos migratórios é bastante recente (Morokvasic, 1984) e está geralmente integrado na migração familiar.

A migração feminina tem muitas vezes um precursor económico, que visa fugir de zonas rurais muito deprimidas para contextos urbanos onde existe uma maior procura de mão-de-obra. No entanto, noutros casos procuram escapar de casos de abuso ou maus tratos, conflitos com parceiros íntimos ou alcançar uma maior autonomia pessoal.

Em muitos casos, constatamos que as mulheres seguem os seus maridos e, quando chegam ao seu destino, têm de conciliar os seus empregos com as tarefas domésticas e cuidar das crianças. Esta conceção patriarcal das sociedades de origem é-lhes prejudicial, dado que são duplamente penalizadas (enquanto mulheres e enquanto imigrantes) no seu acesso ao emprego e, conseqüentemente, assumem empregos com salários e estatuto social mais baixos.

Para compreender melhor as razões da posição laboral subordinada das mulheres migrantes na sociedade de acolhimento, é também necessário analisar a classe social e a etnia.

Por ser o grupo mais vulnerável em termos de emprego, as mulheres imigrantes deveriam receber um tratamento especial na conceção de políticas públicas.

De forma a compreender os movimentos migratórios de uma perspetiva feminina, os conceitos-chave como "o sentido de lar" devem ser tidos em consideração.

## CATEGORIA C: DESIGUALDADE SALARIAL

A existência de uma desigualdade salarial entre mulheres e homens migrantes resulta de concepções patriarcais e sexismo na sociedade. Este sexismo centra-se na perceção do homem como pessoa responsável pela proteção e sustento da família, considerando o trabalho da mulher como uma fonte secundária de rendimento, uma vez que a sua função principal é cuidar da família e do lar.

Por outro lado, a maior parte da assistência e apoio é dirigida às mulheres. Isto acontece em resposta ao mesmo princípio patriarcal e ao sexismo benevolente em

que as mulheres são vistas como o sexo mais fraco e, por isso, que mais necessitam de ajuda.

Em conclusão, é uma realidade que a desigualdade salarial é acentuada nas mulheres imigrantes. Isto é um reflexo da discriminação e das desigualdades no mercado de trabalho e na estrutura social, o que leva à violência institucional. Os cuidados familiares e o trabalho doméstico continuam a recair principalmente sobre elas, razão pela qual não lhes é possível aceder ao mundo do trabalho nas mesmas condições que os homens.

## **Categoria D: Orientação sexual.**

A discriminação relacionada com a orientação sexual entre migrantes do mesmo sexo tem uma dupla leitura. Por um lado, existem certos benefícios tais como a possibilidade de migrar com base na orientação sexual e de se tornarem refugiados políticos devido à sua presença contínua no seu país, ou o facto de certos estereótipos de casais do mesmo sexo não contemplarem tão estritamente as discrepâncias culturais, sociais e económicas nestes casais (sexismo benevolente). Por outro lado, e apesar do supramencionado, para além dos problemas que os casais heterossexuais têm em provar a autenticidade da sua relação, é-lhes exigido que comprovem a autenticidade da sua orientação sexual. A autenticidade matrimonial está assim interligada à narrativa da identidade sexual.

Surge a necessidade de rever o preconceito heterossexual das políticas de migração e de estar consciente das dificuldades que este grupo pode encontrar.

## ***CATEGORIA E: DISCRIMINAÇÃO DE CLASSE.***

A discriminação com base na classe social é possivelmente a mais importante e contrabalança as outras. Há uma clara desigualdade de tratamento entre os migrantes de classe alta, média e baixa. Os migrantes com rendimentos elevados não enfrentam praticamente nenhum problema na obtenção de vistos ou em estabelecerem-se. Por outro lado, os migrantes com rendimentos baixos enfrentam os maiores obstáculos de todo o tipo. É nestes que se verifica a maior parte da discriminação de xenofobia, a dificuldade de obter um visto, a falta de proteção contra a violência baseada no género, etc.

Por outro lado, o facto de os migrantes conseguirem obter trabalho e um salário dá-lhes poder, permitindo que se sintam cidadãos por direito próprio e que enfrentem melhor a violação dos seus direitos.

Em conclusão, as divisões de classe que existem entre os migrantes levam a um tratamento diferenciado e desigual, limitando os direitos das pessoas que pertencem aos grupos sociais mais desfavorecidos.

## CONCLUSÃO

Estas são as aplicações práticas mais interessantes que os artigos indicam.

- É necessário analisar a imigração de uma perspetiva de género.
- As mulheres imigrantes, sendo o grupo mais vulnerável em termos de emprego, devem receber um tratamento especial na conceção das políticas públicas.
- Existe uma lacuna de conhecimento na investigação clássica sobre movimentos migratórios, uma vez que se concentrava principalmente em homens solteiros. Isto tem sido colmatado nos últimos anos.
- Ser mulher, ser migrante (especialmente de certas nacionalidades) e pertencer à classe trabalhadora significa sofrer várias formas de discriminação e vulnerabilidade social ao mesmo tempo.
- São necessárias medidas para dar poder às mulheres através de formação e condições de trabalho adequadas.
- Promover uma sensibilização social em relação ao problema da xenofobia.
- É importante aumentar o conhecimento e a sensibilização coletiva da população sobre práticas culturais prejudiciais (violência baseada no género) contra raparigas e mulheres e promover o desaparecimento das mesmas.

# SAÚDE

Ao longo da história de vários países como alguns na Ásia, ou em África, particularmente na África do Sul, temos observado esta discriminação de género no sistema de trabalho migrante, destruição da vida familiar e enormes desigualdades de rendimentos. Estas situações têm afetado inexoravelmente a saúde da população, particularmente a saúde das mulheres e os serviços de saúde (Coovadia, Jewkes, Barron, Sanders & McIntyre, 2009).

É muito comum ver as mulheres migrantes em ocupações precárias, de baixo estatuto e com salários baixos, ou em trabalho não declarado, como trabalhadoras domésticas em muitos países, o que pode levá-las a uma situação de desvantagem social. As estruturas sociais sobre os papéis de género na sociedade e no sistema económico assim como os estereótipos raciais podem interferir com as oportunidades e experiências individuais, o que pode fazer com que não exijam serviços de saúde e não procurem apoio das associações comunitárias de migrantes (Fouskas, Gikopoulou, Ioannidi & Koulirakis, 2019). A educação, as expectativas familiares em relação a comportamentos associados ao género, a disciplina escolar e a exposição à violência comunitária podem ajudar a prever atitudes em relação à desigualdade de género (Usta, Farver & Hamieh, 2015).

A violência contra as mulheres é um grave problema de saúde e social para as mulheres e raparigas de todo o mundo. A discriminação, baseada no género, pode contribuir para maus resultados na saúde, na educação, sociais e económicos que se estendem ao longo da vida e à próxima geração (UNICEF, 2019; Coovadia, Jewkes, Barron, Sanders & McIntyre, 2009).

A análise das publicações acompanha a classificação de 3 categorias. A tabela 1 apresenta a classificação que promove o aprofundamento subsequente destes resultados e a conclusão.

## *Classificação das categorias de análise emergentes na secção Saúde*

### Nutrição e discriminação de género

2.19 Modugu, H.R., Khanna, R., Dash, A. et al.(2022). Influence of gender and parental migration on IYCF practices in 6–23-month-old tribal children in Banswara district, India: findings from the cross-sectional PANChSHEEL study. BMC Nutr 8, 10 (2022). <https://doi.org/10.1186/s40795-021-00491-7>

### Mulheres migrantes e discriminação no local de trabalho

2.10 Mulinari, P. (2015), "Exploring the experiences of women and migrant medical professionals in Swedish hospitals: Visible and hidden forms of resistance", Equality, Diversity and Inclusion, 34 (8) pp. 666-677. <https://doi.org/10.1108/EDI-01-2015-0007>

2.29 Briones-Vozmediano, E., Rivas-Quarneti, N., Gea-Sánchez, M., Bover-Bover, A., Carbonero, M. A., & Gastaldo, D. (2020). The Health Consequences of Neocolonialism for Latin American Immigrant Women Working as

Caregivers in Spain: A Multisite Qualitative Analysis. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(21), 8278. <https://doi.org/10.3390/ijerph17218278>

2.38 Díaz, C.M., Martínez, L., Tarver, M., Geschwind, S. A., & Lara, M. (2016). Latino immigrant day laborer perceptions of occupational safety and health information preferences. *American Journal of Industrial Medicine*, 59(6), 476-485. <https://doi.org/10.1002/ajim.22575>

#### Discriminação associada ao VIH e impacto na saúde e no bem-estar.

2.2 Antman, F. M. (2015). Gender discrimination in the allocation of migrant household resources. *Journal of population economics*, 28(3), 565-592. <https://doi.org/10.1007/s00148-015-0548-x>

2.11 Smith-Estelle, A., & Gruskin, S. (2003). Vulnerability to HIV/STIs among rural women from migrant communities in Nepal: A health and human rights framework. *Reproductive health matters*, 11(22), 142-151. [https://doi.org/10.1016/S0968-8080\(03\)02292-4](https://doi.org/10.1016/S0968-8080(03)02292-4)

2.20Ziersch, A., Walsh, M., Baak, M., Rowley, G., Oudih, E., & Mwanri, L. (2021). "It is not an acceptable disease": A qualitative study of HIV-related stigma and discrimination and impacts on health and wellbeing for people from ethnically diverse backgrounds in Australia. *BMC public health*, 21(1), 1-15. <https://doi.org/10.1186/s12889-021-10679-y>

## Categoria A: Nutrição e discriminação de género.

Em vários países do mundo, a discriminação de género começa na infância com a alimentação diferente para rapazes e raparigas, principalmente nos países asiáticos e nas populações migrantes (José, 2017; UNICEF, 2019). Estes dados foram confirmados pela UNICEF, 2019 e Modugu et al, 2022).

As raparigas e crianças provenientes de lares de pais que migraram têm uma alimentação inadequada. A discriminação de género na diversidade da alimentação e nas práticas de alimentação complementar começa cedo na infância, onde os rapazes têm uma clara vantagem sobre as raparigas (Modugu et al, 2022)

Modugu et al, (2022) demonstraram que as crianças oriundas de famílias sem migração parental tinham um maior consumo de leite, ovos, fruta e vegetais em comparação com as crianças oriundas de famílias com migração parental. Uma criança de uma família não migrante tinha 1,9-2,0 vezes mais probabilidades de ter uma alimentação com Diversidade Alimentar Mínima (DAM) e Dieta Mínima Aceitável (DMA) do que uma criança de uma família de migrantes. As crianças de famílias não migrantes também tinham melhor acesso às dietas DAM e DMA do que as crianças de famílias migrantes, mas esta diferença não foi estatisticamente significativa. As crianças do sexo masculino tinham um melhor acesso a uma dieta DAM e DMA do que as crianças do sexo feminino. A discriminação de género nas

práticas de alimentação de Lactentes e Crianças Pequenas (IYCF) começou na infância, sendo o consumo de alimentos de cada um dos sete grupos de alimentos mais alto entre os rapazes do que entre as raparigas (Modugu et al, 2022).

Esta diferença tem desigualdades de género significativas em termos de saúde para as meninas: maior mortalidade esperada; carga desproporcional de anemia; maior deficiência de condições nutricionais do que para os rapazes (UNICEF, 2019).

## **Categoria B: Mulheres migrantes e discriminação no local de trabalho.**

A discriminação de género no local de trabalho é um fenómeno complexo. Para as mulheres, algumas das desigualdades de género mais prejudiciais são praticadas no contexto dos recursos humanos (Stamarski & Son Hing, 2015). Para este autor, alguns exemplos de como a discriminação no local de trabalho afeta negativamente os rendimentos e oportunidades das mulheres são a desigualdade salarial entre géneros, a falta de mulheres na liderança e o maior tempo necessário para as mulheres avançarem nas suas carreiras.

Os efeitos da discriminação de género nas mulheres no local de trabalho podem incluir: diminuição da produtividade; baixa autoestima; sentimentos de frustração, raiva ou paranoia; sentimento de insegurança ou medo; isolamento de outros colegas de trabalho, tensão entre si e o autor da discriminação; questões de saúde mental e abuso de substâncias; conflitos no local de trabalho e complicações na gravidez (Channar; Abbassi & Ujan, 2011; Stamarski & Son Hing, 2015; Vigoda & Rochona, 2020).

Nos EUA, a maioria dos empregadores (indústria da construção) não forneciam equipamento de segurança, ameaçavam despedir os trabalhadores que o solicitassem, e não forneciam seguros de saúde. Neste contexto, tal como noutros países e locais de trabalho, as mulheres enfrentaram salários mais baixos e dificuldades na contratação em relação aos homens (Díaz Fuentes, Martinez Pantoja, Tarver & Geschwind, Lara, 2016).

Se para além da discriminação de género acrescentarmos a condição de imigrante, verificamos que haverá consequências a vários níveis. A tripla discriminação das mulheres imigrantes foi descrita por vários autores. As suas qualificações anteriores são ignoradas ou desvalorizadas, e as competências que trazem para o país são ignoradas (Briones-Vozmediano, Rivas-Quarneti, Gea-Sánchez, Bover-Bover, Carbonero, & Gastaldo, 2020; Mulinari, 2015).

Em Espanha, a maioria dos empregos disponíveis para mulheres imigrantes da América Latina são os de cuidadora (prestação de cuidados e trabalho doméstico) e são geralmente realizados em condições de trabalho informal (Briones-Vozmediano, 2020). Para além disso, o excesso de qualificações para o trabalho doméstico fez com que as participantes se sentissem frustradas por não serem capazes de encontrar empregos com melhores condições e que correspondessem aos seus conhecimentos especializados. Elas descreveram uma infinidade de consequências negativas para a saúde física, psicológica e social, nomeadamente: dor, fadiga, privação do sono, isolamento, má alimentação, irritações de pele, stresse, ansiedade e depressão. A saúde mental, o sofrimento e problemas físicos são os problemas de saúde manifestados pelas participantes no estudo de Porthé et al. (2009).

Estes problemas não existem só no contexto do trabalho. Outros estudos demonstraram que várias participantes imigrantes relataram abusos psicológicos frequentemente seguidos de abusos físicos e sexuais, durante os últimos 12 meses. Os tipos de abuso mais frequentemente relatados foram insultos, críticas e intimidação por parte do parceiro (abuso psicológico), bofetadas, espancamentos e empurrões (abuso físico), assim como relações sexuais forçadas e ser forçada a participar em atos sexualmente degradantes (abuso sexual).

Por outro lado, na Suécia, Mulinari (2015) mostra que existe uma desigualdade de género entre mulheres e profissionais médicos migrantes nos hospitais suecos. As médicas suecas identificadas criticaram organizações como sendo predominantemente masculinas e agiram coletivamente para as desafiar. Os médicos com origem migrante, tanto femininos como masculinos, colocaram mais responsabilidade sobre si próprios e estabeleceram estratégias mais individuais, tais como trabalhar mais ou aceitar trabalhar a um nível inferior às suas qualificações. As médicas com experiência de migração nunca falaram em mudar o seu foco para a vida privada ou familiar como estratégia de não identificação, embora os médicos masculinos de origem migrante o tenham feito.

## Categoria C: Discriminação associada ao VIH e impacto na saúde e no bem-estar.

A estigmatização, a pobreza, a subordinação das mulheres, mudou ao longo dos anos e em diferentes países, incluindo a África do Sul (Coovadia et al, 2009). Apesar destas mudanças, ainda há muito a fazer para promover a igualdade de género e a desestigmatização. A epidemia do VIH tem contribuído e acelerado estes desafios, mas ainda há um longo caminho a percorrer.

Vários estudos indicam que o VIH é uma condição altamente estigmatizada em comunidades etnicamente diversas devido ao medo do julgamento moral e do isolamento social e foi observada entre género, orientação sexual, religião, cultura, e estatuto de imigração. (Ziersch, et al.,2021; FaukmWard, Hawke & Mwanri, 2021). O estigma é definido como sendo um atributo significativamente depreciativo que desvaloriza as pessoas que o têm, resultando na perda de estatuto e rejeição social (Phelan, Lucas, Ridgeway & Taylor, 2014). O estigma do VIH e a discriminação contra as pessoas que vivem com VIH/SIDA ainda existem no seio das famílias, das comunidades e nos contextos de cuidados de saúde. Estes repercutiram-se em rótulos negativos, separação de bens pessoais, desprezo, negação de tratamento e rejeição por parte dos cuidadores de saúde de Pessoas que Vivem com VIH/SIDA, familiares e membros da comunidade (Ziersch, et al.,2021; Fauk, Ward, Hawke & Mwanri, 2021).

O estudo desenvolvido por Halli et al, (2017) indicou que, ao todo, 88% dos inquiridos foram alvo de estigma e discriminação por parte da família e da comunidade. Os fatores associados ao estigma e à discriminação diferiram no contexto familiar e comunitário. Uma diferença de idade maior entre os cônjuges e o baixo estatuto do agregado familiar foram fatores significativos na explicação do estigma e da discriminação por parte dos maridos. A idade mais avançada do marido e o baixo estatuto económico do agregado familiar aumentaram significativamente o estigma e a discriminação por parte da família do marido, bem como dos amigos e vizinhos.

Para além do problema do estigma, há também o impacto do VIH na saúde das mulheres. Smith-Estelle e Gruskin (2003) demonstraram que existem quatro questões críticas com impacto na vulnerabilidade a VIH/DST em mulheres que têm pelo menos uma DST. Estas incluem, entre outras, ter um marido que migrou para a Índia ou dentro do Nepal por questões de trabalho, ser esterilizada ou ter um marido já esterilizado, a própria migração, o estado de saúde, a discriminação baseada no género, e devido ao seu potencial para provocar mudanças a longo prazo, o acesso à educação, especialmente para as raparigas. Muitas mulheres com maridos migrantes relataram impactos negativos no seu estado de saúde e nos comportamentos relacionados com procura de cuidados de saúde. Quase metade referiu um agravamento notório da sua saúde desde o início da migração, indicando como razões mais frequentes o ter menos dinheiro para obter cuidados de saúde,

ter menos comida ou uma má nutrição, e ter uma sobrecarga de trabalho. O consumo de álcool pelos homens também pareceu ser um indicador importante da vulnerabilidade das mulheres às DSTs. Devido às restrições dos direitos da mulher em relação ao casamento e à liberdade, as mulheres podem sentir-se forçadas a permanecer em maus casamentos, sendo potencialmente forçadas a ter sexo sem proteção.

## Conclusão

A heterogeneidade dos artigos dificultou a análise dos mesmos assim como a definição de categorias. Contudo, todas as publicações estão de acordo com alguns pressupostos relativamente à discriminação de género e violência. Há uma necessidade de promover a igualdade de género de forma a reduzir o impacto da discriminação. O acesso à saúde e à educação também devia ser facilitado para os migrantes e suas famílias, bem como as condições de trabalho, promovendo uma melhor utilização dos serviços de saúde e da sua procura, de forma a melhorar as condições de vida e de saúde destas populações. A desestigmatização do VIH, bem como a desconstrução dos papéis sociais de género, são também importantes para reduzir as desigualdades de género.

## JURÍDICO

A mulher migrante é um sujeito relativamente recente para a jurisprudência em matéria de direitos humanos. Até recentemente, a migração e os direitos internacionais visavam proteger a mulher de uma forma genérica. Isto revelou ser insuficiente em muitos aspetos jurídicos, que não sendo considerados ou aplicados às mulheres migrantes, serão excluídos porque o conceito de migrante apenas foi direcionado para homens que deixaram os seus países. A mulher perderá uma posição subsidiária de proteção que seria recebida pelo marido, pai ou chefe de família, não cumprindo com os aspetos fundamentais da migração e que claramente prejudicarão os direitos humanos das mulheres, tais como o tráfico de mulheres, o acesso a empregos precários, as dificuldades de acesso à justiça, o

direito de residência vivendo com um abusador ou a dificuldade em encontrar uma instituição de apoio que lhes permita protegerem-se da violência de género e doméstica.

Todos os artigos salientam que, apesar dos grandes progressos realizados nos últimos anos na jurisprudência internacional e na introdução de novos instrumentos jurídicos nas leis nacionais, há ainda um longo caminho a percorrer até que os direitos humanos das mulheres migrantes sejam realmente protegidos.

Outro dos elementos em que os artigos estão de acordo é que é necessário ter consciência da importância que há em dedicar especial atenção às mulheres migrantes separadamente, assim como à inconsistência encontrada em muitos casos entre a legislação internacional e a legislação nacional que deve ser aplicada, ou seja, a dificuldade de transposição dos acordos internacionais para a legislação dos países signatários e também na implementação e a eficácia destas leis que provavelmente assumirão como suas.

Neste sentido, alguns autores vão ainda mais longe porque se verificou que mesmo que as medidas legislativas para tratar da proteção dos direitos humanos das mulheres migrantes estejam em conformidade e atualizadas, ao serem aplicadas, os direitos sociais, culturais e económicos das mulheres no seu ambiente comunitário no país de acolhimento resultando numa pressão social e condicionamentos de exercer os seus direitos no ambiente familiar e no país de origem.

### *Classificação das categorias de análise emergentes*

#### 1.- Inserção no emprego

O mercado de trabalho a que as mulheres migrantes têm acesso e as limitações encontradas para poderem trabalhar, a qualidade do trabalho e as dificuldades específicas na obtenção de uma autorização de trabalho.

#### 2.- Culturas

Etnicidade e acesso aos serviços públicos. Redes de apoio social e institucional para poderem exercer os seus direitos enquanto mulheres migrantes.

#### 3.- Exploração sexual e migração feminina.

Prostituição e tráfico sexual. Os debates sobre este assunto são essenciais para que a legislação internacional possa proteger e combater eficazmente este flagelo.

#### 4.- Saúde, transculturalidade e mulheres migrantes.

Sensibilização para a realidade cultural e social que acompanha as mulheres migrantes e que não fica só pela fronteira. A mutilação de genitais femininos e outras formas de opressão não desaparecem mas são transferidas para o país de destino e as suas variáveis devem ser conhecidas de modo a combater-las.

---

## CATEGORIA A: INSERÇÃO LABORAL DE MULHERES MIGRANTES.

As mulheres migrantes ocupam os empregos mais desregulamentados nos mercados de trabalho. A maioria dos empregos é mantida nos sectores de cuidados pessoais domiciliários. São empregos que são menos remunerados e mais difíceis de garantir os direitos dos trabalhadores porque são os menos visíveis e estão fora do controlo sindical e das leis laborais, que para além de não possibilitar as mulheres de terem independência económica, também as distancia de qualquer participação, proteção social e de medidas de proteção contra a exploração e abuso por parte dos empregadores. O desemprego afeta muito mais estas mulheres do que os homens migrantes e as mulheres não migrantes.

Isto prejudica as mulheres na obtenção do direito ao reagrupamento familiar. Estes empregos são desempenhados, na maioria dos casos, sem um contrato formal, pelo que o visto de residência e de reagrupamento familiar dependem do marido, o que coloca estas mulheres numa posição subsidiária e dependente, da qual dificilmente podem escapar.

As leis de migração devem, portanto, encontrar uma solução adaptada a esta realidade para permitir que os direitos destas mulheres sejam exercidos dado que a legislação local não acompanha as leis de migração em termos de medidas de integração social.

## CATEGORIA B: CULTURAS, ETNICIDADE E ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS.

Os profissionais de saúde, legisladores, e funcionários públicos devem ser sensibilizados para a realidade social que acompanha estas mulheres. Embora os serviços públicos de justiça, segurança policial, e saúde pública sejam concebidos e aplicados com vocação e cuidados universais para todos os cidadãos em condições de igualdade, a realidade das mulheres migrantes, especialmente as mulheres de primeira geração.

Há aspetos culturais e sociais que condicionam o acesso das mulheres migrantes aos serviços públicos. Em termos de violência baseada no género, é complicado para estas mulheres denunciarem que foram vítimas desta situação e tomar a decisão de procurar ajuda da polícia ou dos tribunais, seja porque a violência sofrida não é considerada crime no país de origem, como é o caso de violação dentro do casamento, ou porque a situação as deixa vulneráveis e existe o receio de que a denúncia venha a expor a situação migratória irregular da mulher. Como resultado menos casos são denunciados e mais violência é sofrida. A isto há que acrescentar a falta de redes de apoio na sua própria comunidade. A pressão social recebida tanto na sua comunidade no país de destino como a que poderá vir a ser encontrada no regresso ao seu país de origem, faz com que as mulheres não denunciem as agressões sofridas por parte do seu próprio marido ou companheiro por medo da rejeição social que irão receber.

É também importante ter em mente que, ao mesmo tempo que se defende os direitos das mulheres migrantes, também se deve estender os direitos aos recém-nascidos. É importante estar atento a situações de violação dos direitos humanos, tais como o direito à cidadania que pode ser restringido aos filhos, o que coloca tanto a mãe como os filhos numa posição de extrema vulnerabilidade.

## CATEGORIA C: EXPLORAÇÃO SEXUAL E MIGRAÇÃO FEMININA.

É essencial debater, em ambientes académicos, a situação das mulheres migrantes que sofrem de tráfico sexual. As organizações internacionais não se debruçam sobre a forma como os países devem abordar as suas políticas nacionais para aplicar acordos internacionais de combate a este crime, mas obrigam-nas a reduzir firmemente a procura deste mercado nos países de destino. É neste momento que o debate sobre a prostituição é vital. Existem duas opiniões opostas: a regularização da prostituição ou a abolição da prostituição. Do ponto de vista jurídico, o debate é uma constante na opinião pública dos países de acolhimento destas mulheres. O que não parece razoável é que nem uma opção nem outra seja escolhida, como é o caso em Espanha, que não regula nem proíbe, e sem instrumentos jurídicos para travar o fenómeno ou para proteger as mulheres traficadas, tem como consequência um mercado sexual em grande escala. A nível académico, é necessário que os jovens enfrentem o problema e estejam sensibilizados de que a prática da prostituição tem consequências na violência sexual contra as mulheres migrantes.

## Categoria 4. Saúde, transculturalidade e mulheres migrantes.

A mutilação genital feminina não é uma prática limitada a países que a praticam devido a tradições ancestrais, mas também é uma realidade nos países de destino e é praticada regularmente, mesmo que não estejamos cientes disso. É por isso que é importante que os profissionais de saúde e os serviços sociais e jurídicos estejam conscientes desta violação dos direitos da mulher e estejam preparados para a detetar e denunciar nos países de destino. É igualmente importante formar, no que diz respeito ao conhecimento da transculturalidade, profissionais e futuros profissionais que possam enfrentar situações como esta ou outras similares.

## Conclusão

Os artigos revistos permitem o desenvolvimento de um conjunto de conteúdos para preparar unidades de formação para os estudantes, preparando-os e tornando-os conscientes da importância de conhecer as realidades jurídicas, sociais e económicas que condicionam as mulheres migrantes no exercício dos seus direitos humanos. Esta formação pode ir além do nível universitário e chegar aos funcionários públicos no exercício das suas profissões ao serviço das mulheres migrantes, tornando-se facilitadora e não um obstáculo.

# INTEGRAÇÃO

O termo "integração" é controverso na política e nas ciências sociais. As sociedades são por natureza entidades desintegradas, no entanto, a maioria das teorias sociais consideram a integração da sociedade como uma norma. Nos estudos sobre migração, as consequências da migração ao nível da integração são tematizadas na sua dimensão estrutural ou dimensão individual. Na primeira dimensão, é questionado o efeito integrador ou desintegrador da migração nos sistemas sociais. Na segunda dimensão, são colocadas questões sobre o sucesso ou fracasso da integração dos indivíduos (Bommes, 1999).

Apesar das diferentes expectativas e da sua natureza em constante mudança, as sociedades de acolhimento geralmente procuram desenvolver um conjunto de medidas e instrumentos destinados a integrar os imigrantes, reconhecendo assim, que o processo de integração dos imigrantes é um processo bidirecional: entre os imigrantes e a sociedade de acolhimento. É portanto significativo reconhecer a importância de abordar as desigualdades estruturais (no acesso ao mercado de trabalho ou ao emprego, por exemplo) e a natureza plural do processo de integração em que as sociedades de acolhimento, as suas instituições e fatores contextuais desempenham um papel essencial (Garcés-Mascreñas & Penninx, 2016).

Nas publicações, a "pluralidade dos processos de integração" (Garcés-Mascreñas, & Penninx, 2016, p.3) é demonstrada através da investigação de diferentes aspetos que têm impacto na integração dos imigrantes. A pluridimensionalidade do processo de integração é claramente demonstrada nos artigos em que é evidente a interseccionalidade de várias formas de integração ou desintegração. A sua análise pode ser desenvolvida de acordo com as seguintes categorias.

## *Categoria de análise das publicações na secção Integração*

### Integração e Género

Jie, Z., & Gongjing, G. (2018). Research of the Current Situation and Strategies of the New Generation of Female Migrant Workers City Integration - Taking the H community of Jinan as an example. *195(18)*, 215-218. <https://doi.org/10.2991/iserss-18.2018.55>

2.30 Tahir, M. W. (2020). Combating discrimination at workplaces through mainstreaming 'gender' and 'integration' needs in legislation: Testing a new analytical framework in Germany and Sweden. *Women's Studies International Forum*, *81*(May), 102380-102380. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2020.102380>

Muchomba, F. M., & Chatterji, S. (2020). Disability among children of immigrants from India and China: Is there excess disability among girls? *Population Studies*, *74*(2), 263-281. <https://doi.org/10.1080/00324728.2020.1762911>

### Acesso dos imigrantes aos cuidados de saúde

Malmusi, D. (2015). Immigrants' health and health inequality by type of integration policies in European countries. *European Journal of Public Health*, *25*(2), 293-299. <https://doi.org/10.1093/eurpub/cku156>

Giannoni, M., Franzini, L., & Masiero, G. (2016). Migrant integration policies and health inequalities in Europe. *BMC Public Health*, 16(463). <https://doi.org/10.1186/s12889-016-3095-9>

2.23 De Rose, C., Spinola, O., & Buonsenso, D. (2021). Time for Inclusion of Racial and Gender Discrimination in Routine Clinical Assessment. *Journal of Racial and Ethnic Health Disparities*, 8(4), 803-808. <https://doi.org/10.1007/s40615-021-01061-0>

Chiarenza, A., Horvat, L., Lanting, K., Ciannameo, A., & Suurmond, J. (2019). Addressing healthcare for migrants and ethnic minorities in Europe: A review of training programmes. *Health Education Journal*, 78(1). <https://doi.org/10.1177/0017896918793164>

### **Determinantes estruturais da integração**

Ansala, L., Åslund, O., & Sarvimäki, M. (2021). Immigration history, entry jobs and the labor market integration of immigrants. *Journal of Economic Geography*, 22(3), 581-604. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbaa038>

Martén, L., Hainmueller, J., & Hangartner, D. (2019). Ethnic networks can foster the economic integration of refugees. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 116(33), 16280-16285. <https://doi.org/doi:10.1073/pnas.1820345116>

2.33 Gusciute, E., Mühlau, P., & Layte, R. (2020). Discrimination in the rental housing market: a field experiment in Ireland. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 1-22. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1813017>

Bosch, M., Carnero, M. A., & Farré, L. (2015). Rental housing discrimination and the persistence of ethnic enclaves. *SERIEs*, 6(2), 129-152. <https://doi.org/10.1007/s13209-015-0122-5>

## Categoria A: Integração e Género.

A literatura revista indica que a consideração da dimensão do género é uma variável central na análise da integração dos imigrantes. Em primeiro lugar, salienta que o empoderamento das mulheres migrantes e a inclusão da variável de género na formulação de políticas e medidas políticas são relevantes para a adaptação urbana das mulheres migrantes (Jie & Gongjing, 2018). Em segundo lugar, a inclusão do "género" e das necessidades de integração em diferentes normas legislativas e acordos coletivos com o sector privado, constitui medidas preliminares para integrar as mulheres migrantes no mercado de trabalho e manter a sua confiança no emprego contínuo nos países de destino (Tahir, 2020).

A dimensão de género é também relevante no desenvolvimento de condições de integração para os filhos de imigrantes. Vários estudos demonstraram que o investimento na educação dos descendentes de imigrantes é determinado a nível cultural e social, resultando na criação de condições diferenciadas para uma integração bem-sucedida e eventualmente no desenvolvimento da assimilação segmentada (Portes & Rumbaut, 2001), quer por grupo nacional, quer como resultado do género dos descendentes e da preferência dos pais por um ou outro género (Muchomba & Chatterji, 2020). Estes dados indicam que a erradicação da discriminação contra os imigrantes e, em particular, as mulheres imigrantes, deve considerar as normas culturais de diferentes grupos nacionais e prestar atenção às políticas interculturais (Muchomba & Chatterji, 2020).

## Categoria B: Acesso dos imigrantes aos cuidados de saúde.

A importância de abordar as normas culturais na promoção da integração dos migrantes também é demonstrada em estudos que analisam o acesso dos migrantes ao sistema de saúde e, em particular, à prestação de cuidados médicos aos imigrantes. Relativamente à inter-relação entre as políticas de integração e a saúde dos imigrantes, um estudo de Malmusi (2015) identificou uma relação entre o tipo de políticas de integração do Estado e o estado de saúde dos imigrantes. Os imigrantes relataram estados de saúde mais baixos nos países excludentes e assimiladores do que nos países multiculturais. Giannoni, Franzini e Masiero (2016) reconhecem que o estado de saúde dos imigrantes (como nativos) não só é afetado por variáveis socioeconómicas, mas também pelos problemas de integração dos imigrantes existentes no país - o que influenciou as três medidas de saúde utilizadas no seu estudo (estado de saúde autodeclarado, doenças limitantes de longa duração, e doença crónica autodeclarada).

Sobre a prestação de cuidados de saúde aos imigrantes, o estudo de De Rose, Spinola & Buonsenso (2021), indica a necessidade de considerar sistematicamente a discriminação e o racismo como agentes causadores ou desencadeadores de doenças e de os incluir no exame clínico durante a recolha do historial e avaliação dos sinais vitais. É igualmente evidente que a falta de cursos de formação sobre diferenças culturais/sociais/religiosas entre diferentes grupos étnicos e sobre potenciais problemas sociais e de saúde dos migrantes, é uma realidade que precisa de ser abordada no processo formativo dos profissionais de saúde. Através da revisão dos programas de formação para profissionais de saúde ministrados na Europa entre 2004 e 2013 (Chiarenza et al., 2019) conclui-se que existe uma falta de programas de formação para desenvolver competências culturais entre os profissionais de saúde. De acordo com os autores desta revisão, embora os profissionais de saúde sejam cada vez mais confrontados com diferentes desafios no seu trabalho com diversas populações migrantes, os programas de formação pretendem apenas melhorar os "conhecimentos gerais sobre migrantes e minorias étnicas" (Chiarenza et al., 2019, p. 20). Não apoiaram (ou apoiaram apenas vagamente) o desenvolvimento das competências culturais dos praticantes para se envolverem com migrantes e comunidades vulneráveis. Indicam também que o racismo, a discriminação e a prestação de cuidados de saúde a migrantes indocumentados estavam geralmente ausentes dos programas de formação. Concluem que "os futuros programas de formação devem (...) promover a integração da competência cultural com abordagens alternativas tais como

interseccionalidade, equidade, e cuidados centrados no doente" (Chiarenza et al., 2019, p. 20).

## Categoria C: Determinantes estruturais da integração.

É amplamente reconhecido que a posição do imigrante no mercado de trabalho e no mercado imobiliário são dois determinantes críticos do seu processo de integração.

Num estudo sobre a integração no mercado de trabalho de imigrantes na Finlândia e na Suécia, Ansala e colaboradores (2021) indicam que a origem étnica do empregador, do gestor ou dos seus colegas, é uma variável importante para os imigrantes encontrarem o seu primeiro emprego (principalmente em empresas de baixa remuneração), tal como as suas características de origem (por exemplo, educação, naturalidade). Também indicaram que a história migratória dos países só influencia parcialmente o processo de integração, uma vez que a segmentação étnica se desenvolve rapidamente após cada um dos países estudados começar a receber imigrantes. O efeito dos coétnicos na assistência ao processo de integração económica dos migrantes é também confirmado no caso da migração forçada. Martén, Hainmueller e Hnagarten (Martén et al., 2019), por exemplo, indicam que grupos de imigrantes geograficamente concentrados podem promover a integração económica dos refugiados, ajudando-os a encontrar oportunidades de emprego.

A residência em bairros coétnicos pode apoiar o processo de integração dos imigrantes, uma vez que estes dão acesso a redes de imigrantes que são um recurso valioso para encontrar emprego. Estabelecer-se num bairro étnico é frequentemente a única opção disponível para os imigrantes, uma vez que o seu acesso a outras áreas da cidade poderá estar sujeito a diferentes obstáculos, tais como distância do local de trabalho, existência de estruturas de acolhimento de crianças, etc. A discriminação no mercado de arrendamento de habitação é também uma variável que muitas vezes impede os migrantes de se mudarem para outras zonas da cidade. Num estudo realizado no mercado imobiliário irlandês, Gusciute, Mühlau & Layte (2020), com base numa experiência de campo, constatou-se que a discriminação étnica é predominante em relação aos cidadãos não irlandeses e que os preconceitos entre grupos existem, uma vez que os proprietários e agentes de

arrendamento são mais suscetíveis de convidar indivíduos do seu grupo étnico do que candidatos de minorias étnicas. Do mesmo modo, Bosch, Carnero, & Farré (Bosch et al., 2015), também com base numa experiência de campo, indicam que as práticas de discriminação por parte dos proprietários no mercado imobiliário espanhol de arrendamento (em Madrid e Barcelona) limitam as escolhas de localização dos imigrantes e podem, portanto, contribuir para o desenvolvimento de padrões específicos de distribuição geográfica dos imigrantes na cidade.

## Conclusão

A heterogeneidade dos trabalhos analisados dificulta a obtenção de conclusões gerais.

Não é possível elaborar um quadro coerente a partir dos artigos analisados. Conforme demonstram estes artigos e a literatura geral sobre a integração dos imigrantes, o debate sobre o mesmo implica o "reconhecimento das diferenças culturais e até que ponto estas se manifestam" (Cesareo, 2011, p. 9) numa sociedade multicultural, e implica também conhecer os modelos e práticas seguidas pela sociedade para desenvolver o acolhimento dos imigrantes e promover, a nível institucional, medidas para a diversidade cultural e gerir esta mesma diversidade. O desenvolvimento de políticas de integração dos imigrantes é marcado pela emergência de políticas interculturais centradas no contacto, no diálogo, na sensibilização cultural mútua e nas relações interpessoais entre pessoas de diferentes origens (Zapata-Barrero, 2017), que pressupõem transformações bilaterais e multilaterais. Assim, a nível institucional, a promoção da integração através da interculturalidade resulta num processo de ajustamento das sociedades cada vez mais diversificadas.

Resumidamente, os documentos analisados permitem-nos concluir que a integração dos imigrantes é um processo multidimensional, em que a interação entre as características dos imigrantes (o seu capital humano e social) e os contextos de acolhimento (as políticas dos estados recetores, o funcionamento das instituições, e as atitudes da sociedade em relação aos imigrantes) interagem para produzir um padrão específico de integração. Esta integração nos diferentes sistemas da sociedade de acolhimento raramente é homogénea, tendo diferentes graus de integração em cada sistema social (económico, político, social, saúde, etc.), embora estes graus de integração num sistema influenciem a integração nos outros.

## DISCRIMINAÇÃO DE GÉNERO

Todos os artigos analisados abordam a discriminação de género, seja ela direta ou indireta.

O primeiro artigo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adotada em Nova Iorque a 18 de Dezembro de 1979, define a "discriminação" como "qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente do seu estado civil, com base na igualdade entre o homem e a mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais no domínio político, económico, social, cultural, civil ou qualquer outro". De facto, todos os artigos estão focados na discriminação de género da população feminina migrante.

A discriminação pode ser tanto direta como indireta. A Amnistia Internacional define a discriminação direta como "uma distinção explícita feita entre grupos de pessoas que resulta em indivíduos de alguns desses grupos serem limitados de exercer os seus direitos, em comparação com outros"; e a discriminação indireta como "uma lei, política ou prática que é apresentada em termos neutros (ou seja, não são feitas distinções explícitas) mas prejudica desproporcionadamente um grupo ou grupos específicos".

Cada um dos autores coloca-se no ponto de vista da mulher, ou seja, analisa até que ponto a diferença de tratamento das mulheres afeta o seu ambiente, independentemente do tipo de discriminação. O ponto comum em cada caso, embora todos os artigos não estudem as mesmas situações específicas, é que a discriminação contra as mulheres leva a uma degradação das suas condições de vida em geral, a uma redução dos seus direitos, a uma alteração da sua liberdade. No entanto, cada um deles discute vários tipos de discriminação, conforme classificados na secção seguinte.

### *Classificação das categorias de análise emergentes.*

#### **Migração matrimonial**

As mulheres escolhem o casamento transnacional para escapar à discriminação de género no sistema matrimonial do país de origem.

- 
- 2.1 Chen, Y. (2021). Gender discrimination in societal and familial realms: Understanding agency among Chinese marriage migrant women in Switzerland. *Asian and Pacific Migration Journal*, 30(1), 18-38.

### **Discriminação racial/étnica**

Pessoas são discriminadas devido às suas origens.

- 2.1 Chen, Y. (2021). Gender discrimination in societal and familial realms: Understanding agency among Chinese marriage migrant women in Switzerland. *Asian and Pacific Migration Journal*, 30(1), 18-38.
- 2.3 Bhatt, W. (2013). The little brown woman: Gender discrimination in American medicine. *Gender & Society*, 27(5), 659-680.
- 2.4 Petrozziello, A. J. (2019). (Re) producing Statelessness via Indirect Gender Discrimination: Descendants of Haitian Migrants in the Dominican Republic. *International Migration*, 57(1), 213-228.

### **Migração especializada**

Quanto mais qualificada for uma pessoa, mais fácil é ser admitido num país e encontrar trabalho. As mulheres não têm a oportunidade de desenvolver competências elevadas. 2.3 Bhatt, W. (2013). The little brown woman: Gender discrimination in American medicine. *Gender & Society*, 27(5), 659-680.

- 2.14 Dodson, B., & Crush, J. (2004). A report on gender discrimination in South Africa's 2002 Immigration Act: masculinizing the migrant. *Feminist Review*, 77(1), 96-119.
- 2.34 Lim, D. (2018). The indirect gender discrimination of skill-selective immigration policies. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 22(7), 906-928.

### **Discriminação no local de trabalho**

A maioria dos sectores que contratam migrantes é dominada por homens. A discriminação de género é visível tanto no processo de recrutamento como no tratamento no local do trabalho.

- 2.3 Bhatt, W. (2013). The little brown woman: Gender discrimination in American medicine. *Gender & Society*, 27(5), 659-680.
- 2.14 Dodson, B., & Crush, J. (2004). A report on gender discrimination in South Africa's 2002 Immigration Act: masculinizing the migrant. *Feminist Review*, 77(1), 96-119.
- 2.34 Lim, D. (2018). The indirect gender discrimination of skill-selective immigration policies. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 22(7), 906-928.
- 2.4 Petrozziello, A. J. (2019). (Re) producing Statelessness via Indirect Gender Discrimination: Descendants of Haitian Migrants in the Dominican Republic. *International Migration*, 57(1), 213-228.

### **Relações familiares**

A migração de um ou mais membros da família resulta numa mudança significativa nas relações familiares existentes..

- 2.1 Chen, Y. (2021). Gender discrimination in societal and familial realms: Understanding agency among Chinese marriage migrant women in Switzerland. *Asian and Pacific Migration Journal*, 30(1), 18-38.
- 2.14 Dodson, B., & Crush, J. (2004). A report on gender discrimination in South Africa's 2002 Immigration Act: masculinizing the migrant. *Feminist Review*, 77(1), 96-119.
- 2.39 Antman, F. M. (2015). Gender discrimination in the allocation of migrant household resources. *Journal of population economics*, 28(3), 565-592.
- 2.16 Wang, Z., Lou, Y., & Zhou, Y. (2020). Bargaining power or specialization? Determinants of household decision making in Chinese rural migrant families. SAGE
- 2.40 Zhang, L., De Brauw, A., & Rozelle, S. (2004). China's rural labor market development and its gender implications. *China Economic Review*, 15(2), 230-247.

### **Tomada de decisões**

A migração de um ou mais membros da família, e a forma como as decisões são tomadas por um ou mais membros da família, muda significativamente. 2.39 Antman, F. M. (2015). Gender discrimination in the allocation of migrant household resources. *Journal of population economics*, 28(3), 565-592.

- 2.16 Wang, Z., Lou, Y., & Zhou, Y. (2020). Bargaining power or specialization? Determinants of household decision making in Chinese rural migrant families. SAGE
- 2.40 Zhang, L., De Brauw, A., & Rozelle, S. (2004). China's rural labor market development and its gender implications. *China Economic Review*, 15(2), 230-247.

### **Discriminação administrativa**

---

Procedimentos administrativos que são obrigatórios para o reconhecimento noutro país, mas que não resultam no reconhecimento da existência da pessoa.2.4 Petrozziello, A. J. (2019). (Re) producing Statelessness via Indirect Gender Discrimination: Descendants of Haitian Migrants in the Dominican Republic. *International Migration*, 57(1),

- 2.15 Qin, M., Brown, J. J., Padmadas, S. S., Li, B., Qi, J., & Falkingham, J. (2016). Gender inequalities in employment and wage-earning among internal labour migrants in Chinese cities. *Demographic Research*, 34, 175-202.
- 

## Categoria A: Migração matrimonial.

A migração das mulheres através do casamento é um fenómeno antigo, que se renovou nos anos 90 com a mobilidade internacional. Consequentemente, a migração matrimonial tem desempenhado, há muito tempo, um papel importante na mobilidade das mulheres. Tem sido, e por vezes continua a ser, uma das poucas formas socialmente aceitáveis para as mulheres deixarem a sua cidade de origem. Existe frequentemente uma situação de discriminação de género dos migrantes casados, desde o país de origem até ao país de destino. As mulheres casam com um estrangeiro para fugir à discriminação e ao preconceito de género (por exemplo, em relação a mulheres divorciadas, mulheres mais velhas e mulheres bem instruídas) no mercado matrimonial local e para realizarem o seu projeto de vida pessoal. É frequentemente ignorado a discriminação que as mulheres podem enfrentar na sociedade de acolhimento: vários tipos de discriminação no mercado de trabalho, trabalho não qualificado e a dificuldade na procura de emprego. As mulheres imigrantes têm de superar um conjunto de discriminações devido ao género, nacionalidade e etnia para alcançar a sua integração profissional. Geralmente, a migração envolve uma mudança nos papéis das mulheres, de mulheres trabalhadoras para mulheres domésticas. Ainda persiste, em muitos países, a ideia de a mulher ter de cuidar da casa e dos filhos.

## *Categoria B: Discriminação racial/étnica.*

"A discriminação racial é qualquer discriminação contra qualquer indivíduo com base na cor da sua pele, ou na sua origem racial ou étnica. Os indivíduos podem discriminar recusando-se a fazer negócios, socializar, ou partilhar recursos com pessoas de um determinado grupo". A discriminação de género e a discriminação racial, especialmente no local de trabalho, ainda é muito comum. O racismo continua a ser praticado em todo o local de trabalho, especialmente para os negros e asiáticos. As dinâmicas de género e raciais criam condições complexas de desigualdade e desvantagem para as mulheres de cor. Existe quase uma hierarquia racial, conforme relatado num estudo sobre as condições de trabalho de mulheres e homens médicos de origem indiana no sudoeste dos EUA: "Existe uma preferência pelo homem branco e em segundo lugar o homem negro, depois a mulher branca, depois o homem indiano, depois a mulher negra, e depois todos os outros. E a mulher indiana vem, mesmo no fim das preferências". Uma proporção esmagadora (90 por cento) dos inquiridos no estudo relatou um preconceito racial em posições de poder. Além disso, a discriminação que as mulheres enfrentam devido ao género, nacionalidade e etnia torna a integração social e profissional das mulheres mais difícil, conforme descrito no estudo sobre mulheres migrantes com casamento chinês na Suíça.

## Categoria C: Discriminação relacionada com as competências?

As políticas de admissão de imigrantes dos estados demonstram uma forte preferência por migrantes "altamente qualificados", ao mesmo tempo que tornam mais difícil a entrada de migrantes "pouco qualificados", como referido no artigo "A discriminação indireta de género das políticas de imigração baseadas em competências". Estas políticas podem ter um impacto desproporcionado na admissão de potenciais mulheres migrantes. A seleção baseada em talentos é uma forma de discriminação indireta injusta contra as mulheres. Algumas das razões possíveis que explicam a grande diferença de números entre homens e mulheres aceites no país britânico, que também se podem aplicar a outros países, são: a maioria dos sectores que contratam migrantes talentosos é dominada por homens, as mulheres têm mais probabilidades de ter interrupções de carreira, custos elevados das taxas de migração que as mulheres são incapazes de pagar. No artigo "Um relatório sobre discriminação de género na Lei da Imigração da África do Sul de 2002: masculinizar o migrante" os autores deduzem que os migrantes económicos ou 'qualificados' são normalmente homens, enquanto que na categoria 'reunificação familiar' a migração é aplicada em grande parte às mulheres.

## Categoria D: Discriminação no local de trabalho

A mão de obra sempre foi um tema importante em termos de discriminação de género, e mesmo assim ainda existe. Na realidade, a maioria dos sectores que contratam migrantes são dominados por homens. A discriminação de género é visível no processo de recrutamento, no tratamento no trabalho e nas promoções para posições de poder, conforme referido por um estudo sobre as condições de trabalho das mulheres médicas indianas nos EUA. No processo de recrutamento as mulheres foram alvo de perguntas "ilegais" sobre as suas famílias, ao contrário dos seus colegas homens; as mulheres foram repreendidas mais severamente do que os homens pelos mesmos erros; as mulheres foram desencorajadas na escolha de especializações, empurrando-as para aquelas que requerem menos tempo, menos esforço, mas que também são menos lucrativas e competitivas; os homens foram então mais facilmente promovidos do que as mulheres.

Na China, tem sido relatado que, apesar das mulheres trabalharem no mesmo emprego e pelo mesmo período de tempo, os homens migrantes masculinos ganham 26% mais remuneração por hora do que as suas homólogas femininas.

## Categoria E: Relações Familiares.

São vários os aspetos que influenciam a discriminação contra as mulheres, por exemplo, não existem serviços de saúde para as crianças e os custos das creches são extremamente elevados, pelo que as mulheres têm, frequentemente, de ficar em casa, abdicando da sua independência financeira. Observou-se também que, pela migração do pai, a discriminação existente contra as raparigas (entre as próprias crianças da família), estava a mudar, juntamente com a alocação de recursos no agregado familiar.

De facto, a migração de um dos chefes de família do agregado familiar tem impacto na vida do resto da família: a responsabilidade pelas crianças recai inteiramente sobre aquele que permanece no país de origem, o que inevitavelmente reduz a sua independência e liberdade como mulher. Ao mesmo tempo, como a mulher tem

toda a responsabilidade do agregado familiar, ganha poder de decisão sobre si própria, mas também sobre as crianças.

A análise realizada sobre algumas políticas de admissão de imigrantes indica que estas políticas causam frequentemente dificuldades e problemas para as relações pessoais e familiares tanto de homens como de mulheres migrantes, tal como demonstrado no artigo "Um relatório sobre discriminação de género na Lei da Imigração da África do Sul de 2002: masculinizar o migrante", onde se explica que a base económica desta Lei irá, com toda a probabilidade, perpetuar o preconceito masculino nos fluxos migratórios e desencorajar ou impedir a migração pelas mulheres e outros membros da família.

## Categoria F: tomada de decisões.

Foi analisado o poder da influência das mulheres nas decisões do agregado familiar quando o homem migra ou não, ou se a mulher migra ou não, a duração da migração, assim como o nível de educação e o rendimento de ambas as componentes do agregado familiar.

Foram observados vários factos. Primeiro, quando o homem está ausente do lar (especialmente no contexto da migração), o poder de decisão da mulher aumenta consideravelmente. Além disso, a inversão do poder de decisão tem repercussões sobre as crianças, uma vez que a distribuição de recursos, em vez de ser mais vantajosa para os rapazes, torna-se mais favorável para as raparigas. Mas se uma esposa tem vantagens comparativas no mercado de trabalho, que se medem com rendimento, educação, experiência de migração, então ela provavelmente transferirá as suas responsabilidades de decisão para o marido, um fenómeno explicado pelo tempo de presença de cada membro no agregado familiar, mas também pela especialização.

## Categoria G: discriminação administrativa.

Os procedimentos administrativos, quer sejam necessários à chegada a um país ou mesmo no próprio país, podem complicar o acesso aos serviços ou o reconhecimento de certos direitos.

Foi observado que existem falhas nos procedimentos administrativos que levam à discriminação indireta de género. De facto, o exemplo dos migrantes haitianos na República Dominicana demonstra que a República Dominicana estabelece procedimentos administrativos que não podem ser completados, e que estão a causar a transmissão matrilinear da apátrida. Os procedimentos impossibilitam o registo de nascimento dos filhos de mães sem documentos. Foi também verificado que o acesso das mulheres ao trabalho na China, quando migram de zonas rurais para zonas urbanas, é dificultado pelos procedimentos administrativos exigidos, uma vez que o estatuto difere de acordo com a área de origem (rural ou urbana) e resulta numa dificuldade adicional no acesso ao trabalho.

Assim, mesmo que os procedimentos não criem em si mesmos discriminação de género, são na realidade um obstáculo à igualdade entre homens e mulheres.

## Conclusão

Todos os artigos abordam a migração e a discriminação de género, mas cada um deles foca casos muito específicos e não permitem detetar pontos concretos de convergência, especialmente em termos de boas práticas. Além disso, muito poucos autores aconselham ou identificam as melhores práticas a adotar a fim de eliminar a discriminação de género.

É evidente que a discriminação de género existe em quase todos os contextos de vida, e afeta todas as mulheres. Mas a situação piora quando se trata de migrantes: as mulheres migrantes encontram-se numa situação mais precária do que a mulher normal, não tendo acesso a todos os seus direitos, o que leva a uma deterioração das suas condições de vida com a discriminação de género prevalecente na sociedade atual. Em qualquer caso, estas discriminações de género são sociais e pré-existentes, e são problemas que os governos devem abordar a nível nacional.

## DESENVOLVIMENTO & MERCADO

O desenvolvimento da carreira profissional representa uma dimensão fundamental na qualidade de vida das pessoas como um meio e como um fim. O trabalho representa uma mais valia absoluta para as pessoas devido à importância atribuída e à exigência de esforço e entusiasmo (Cortés, 2006). O trabalho implica o desempenho de uma função num sistema, o que desencadeia uma capitalização pessoal do papel que afeta o desenvolvimento social. As experiências profissionais situam-se num contexto social que permite a aprendizagem vital da pessoa ao longo da vida (Romero, 2004). Além disso, o mercado de trabalho limita as possibilidades de crescimento pessoal, uma vez que condiciona os recursos económicos e o tempo de conciliação pessoal (Merino, 2016).

As oportunidades de emprego representam uma das motivações mais significativas na concretização de processos de migração. É geralmente argumentado que as novas oportunidades nos países de destino justificam, por um lado, as mudanças que envolvem deixar uma casa, família e experiências e, por outro, que surgem novas dificuldades profissionais no destino, tais como baixos salários em relação aos nativos, precariedade, desemprego e mesmo discriminação ou situações irregulares (Li, 1976; Zhang, Nardon, & Sears, 2022). As mulheres têm estado, ao longo da história, sujeitas à migração nos mesmos termos que a humanidade; embora, no sentido profissional, tenha sido definida uma tendência contemporânea de feminização da migração, uma vez que há um aumento das mulheres que migram de uma forma emancipada à procura de novas oportunidades e de uma vida melhor (Boyd & Grieco, 2003).

O sistema patriarcal levou a um estereótipo de papéis nos sistemas familiares migratórios: as mulheres tendem a assumir responsabilidades familiares, enquanto os homens tentam fornecer recursos materiais através de emprego remunerado (Scraboni, Malapit, Quisumbing, & Ahmad, 2014). As publicações nesta categoria estudam o papel assumido pelas mulheres migrantes em diferentes coordenadas do mundo, considerando a incorporação de países em desenvolvimento para países desenvolvidos, mas também entre países em desenvolvimento, uma vez que representam um terço da migração global e afetam as trajetórias de vida das pessoas da mesma forma (OCDE/ILO, 2018), e as migrações entre locais rurais e urbanos modernos, com ênfase nos fluxos entre a China rural e urbana (Démurger, Gurgand, Li, & Yue, 2009). Além disso, as condições de trabalho dão origem a situações únicas de análise que condicionam a vida das mulheres: disparidade

salarial, segregação de género, preferências dos empregadores, produtividade, privação de direitos, necessidade de reconciliação familiar, excesso de esforço, etc.

As publicações concordam com a necessidade de investir esforços governamentais e empresariais na formação dos seus trabalhadores e no desenvolvimento tecnológico; contudo, existem certas divergências culturais na atribuição de responsabilidades nas desigualdades de género. A defesa de uma sociedade de eminência coletivista contrasta com a priorização dos direitos individuais (Foucault, 1986). O coletivismo tem a tendência de atribuir às mulheres um papel de cuidados não remunerados, enquanto o individualismo dá prioridade à sua autodeterminação.

A análise do conteúdo das publicações acompanha a categorização de quatro categorias de análise emergentes, com base em confluências temáticas. O quadro apresenta a classificação que fomenta o posterior aprofundamento dos seus resultados e conclusões.

### *Categoria de análise das publicações na secção Desenvolvimento & mercado*

#### **Desigualdade salarial.**

2.7 Chen, H., Chen, J., & Yu, W. (2017). Influence factors on gender wage gap: Evidences from chinese household income project survey. *Forum for Social Economics*, 4(4), 371-395. <https://doi.org/10.1080/07360932.2017.1356346>

2.25 Shahiri, H., Cheng, Z., & Al-Hadi, A.A. (2021). Why do low-skilled foreign workers have a wage advantage? Evidence from the palm oil plantation sector in Malaysia. *Population, Space and Place*, 27(3), e2404. <https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1002/psp.2404>

2.28 Busetta, G., Campolo, M. G., & Panarello, D. (2020). The discrimination decomposition index: a new instrument to separate statistical and taste-based discrimination using first-and second-generation immigrants. *International Journal of Social Economics*. 47(12), 1577-1597. <https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1108/IJSE-02-2020-0055>

2.40 Zhang, L., De Brauw, A., & Rozelle, S. (2004). China's rural labor market development and its gender implications. *China Economic Review*, 15(2), 230-247. <https://doi.org/10.1016/j.chieco.2004.03.003>

#### **Segregação Profissional e de Género**

2.6 Chen, J., & Hu, M. (2021). City-level hukou-based labor market discrimination and migrant entrepreneurship in China. *Technological and Economic Development of Economy*, 27(5), 1095-1118. <https://doi.org/10.3846/tede.2021.15006>

2.13 Hasan, A., Ghosh, A., Mahmood, M. N., & Thaheem, M. J. (2021). Scientometric review of the twenty-first century research on women in construction. *Journal of management in engineering*, 37(3), [https://doi.org/10.1061/\(ASCE\)ME.1943-5479.0000887](https://doi.org/10.1061/(ASCE)ME.1943-5479.0000887)

2.17 Benya, A. (2018). Women of the mines: apartheid and post-apartheid lived realities of South African women. *Storia Delle Donne*, 13(1), 79-101. <https://doi.org/10.13128/SDD-23957>

#### **Papéis na sociedade coletivista**

---

2.24 Zheng, X., & Lu, H. (2021). Does ICT change household decision-making power of the left-behind women? A case from China. *Technological Forecasting and Social Change*, 166, 120604. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120604>

2.27 Miège, P. (2020). Migration, urbanisation and emergence of the individual: Same-sex desiring migrant men constructing spaces and cultivating their self in a big Chinese city. *Asia Pacific Viewpoint*, 61(3), 509-520. <https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1111/apv.12281>

#### **Fuga de Talento.**

2.37 Nazari, S., & Seyedan, F. (2016). Qualitative research of the causes of Iranian female students immigration to developed countries. *Asian Social Science*, 12(10), 167-173.

---

### ***Categoria A: Desigualdade salarial.***

A desigualdade salarial entre géneros é um fenómeno universal que afeta as mulheres na sua singularidade e na dinâmica dos mercados. A literatura demonstra que o sistema profissional construiu um equilíbrio que assenta na responsabilidade das mulheres em tarefas não remuneradas, que condicionam as possibilidades de acesso, permanência e crescimento das mulheres nas empresas. A desigualdade salarial não é atribuível a diferenças de produtividade por género. Zhang, De Brauw & Rozelle (2004) revelam que a incorporação de mulheres na gestão de explorações agrícolas na China rural e outras atividades no sector primário, mantém as mesmas taxas de produtividade que quando os homens monopolizaram a sua gestão. Esta situação é transferida para outros enquadramentos onde a migração atua como uma solução para as diferenças entre os salários de acordo com a origem. Em primeiro lugar, Shahiri, Cheng & Al-Hadi (2021) demonstram que, neste caso, os trabalhadores estrangeiros ganharam mais do que os malaios nativos devido à sua origem. Além disso, Chen, Chen & Yu (2017) indicam que a diferença salarial entre homens e mulheres na China não é atribuível ao seu desempenho. Em ambos os casos, a preferência dos empregadores destaca-se como fatores explicativos de interesse. Isto indica tanto a necessidade de aprofundar esta circunstância, como a dinamização das políticas para que esta não seja replicada. Em suma, trata-se de uma situação explícita de discriminação.

Num contexto europeu, Busetta, Campolo & Panarello (2020) demonstram como os candidatos a emprego migrantes (incluindo os de segunda geração) são rejeitados como candidatos a emprego nas mesmas condições que os nativos italianos. Esta prova é fundamentada pela apresentação de CVs idênticos para os empregadores. Isto revela como a origem é decisiva na rejeição de candidaturas de emprego. Chen, Chen & Yu (2017) tentam delinear outros fatores que afetam a desigualdade salarial e optam por atribuir perfis com base no género e indicam que a capacidade de negociação dos homens pode ser mais eficiente, bem como a utilização de oportunidades profissionais e de formação, mesmo numa situação de desemprego. Referem que a mulher se contenta com empregos menos remunerados após a sua carreira académica. Assim sendo, a idade influencia a desigualdade salarial, uma

situação que é maximizada em potenciais períodos de maternidade ou casamento, uma vez que os empregadores mostram a sua incerteza.

O teto de vidro é evidenciado como um dos fatores tipificados da desigualdade salarial. Nas posições de maior responsabilidade laboral, há uma maior desigualdade. Desta forma, os ambientes masculinizados continuam a perpetuar-se no poder empresarial. Os artigos apontam para a necessidade de solicitar às empresas a responsabilidade pelo desenvolvimento equitativo de carreiras profissionais baseadas no género e a promoção (ou facilitação) da educação inicial e formação ao longo da vida para a harmonização das possibilidades profissionais.

## Categoria B: Segregação Profissional e de Género.

A falta de oportunidades profissionais desencadeia situações de necessidade pessoal e familiar, o que significa que se assumem desempenhos profissionais em que não houve interesse inicial. Podem também assumir a degradação ou trabalhar fora da lei. Chen & Hu (2021) demonstram como os migrantes rurais chineses são impelidos a desenvolver carreiras profissionais baseadas no trabalho por conta própria. As condições do migrante são desvantajosas em termos de serviços, salários, oportunidades e rede social, o que significa que não são decisões livres, mas sim, meios de subsistência.

Pela sua parte, Benya (2017) faz um estudo aprofundado sobre o trabalho mineiro na África do Sul. Esta atividade é altamente precária e foi restrita aos homens. Considera-se que as mulheres têm responsabilidades familiares, pelo que são autorizadas a trabalhar na mina, mas são aplicadas políticas para as proteger nas suas obrigações. No entanto, estas normas provocam a substituição de tarefas essenciais, que continuam a ser restritas aos homens. Ou seja, estas normas supõem uma violência simbólica para as mulheres. De facto, a sua participação em locais próprios para os trabalhadores mineiros é restrita (a coexistência com os homens é proibida). Além disso, é relatada uma desigualdade salarial entre 30% e 40% devido ao género e à sobrecarga de responsabilidades de cuidados. Outra área que é normalmente restrita às mulheres é a construção. Hasan, Ghosh, Mahmood & Thaheem (2021) abundam na sub-representação das mulheres numa área que tem pouca aderência. Por outras palavras, as mulheres podem não se sentir bem-

vindas. Em ambos os sectores parece ser exigido uma exibição física que delinieie uma idiossincrasia de eminência masculina; no entanto, todos os artigos concordam que a sofisticação tecnológica está a melhorar os empregos e as exigências físicas estão a ser menos exigentes. Para além disso, este processo envolve a qualificação de profissionais, o que abre novos nichos dentro dos sectores. Isto significa que um investimento na qualificação e a revitalização das políticas de igualdade de oportunidades pode ter um impacto positivo na prosperidade das empresas e, naturalmente, das trabalhadoras.

## Categoria C: Papéis na sociedade coletivista.

Zheng & Lu (2021) e Miège (2020) têm pontos de vista distintos sobre as responsabilidades familiares nos fluxos migratórios chineses, onde é comum os homens do campo deslocarem-se para as cidades para desenvolverem a sua carreira profissional. Em ambos os casos, o ponto de partida é a inexorabilidade da estrutura familiar nuclear como a base do sistema social. Ambos sublinham como a ausência de homens em ambientes rurais significa que é atribuída às mulheres a responsabilidade na tomada de decisões diárias.

Zheng & Lu (2021) demonstram como o fornecimento de dispositivos móveis capacitou as mulheres que permanecem em zonas rurais, abrindo possibilidades para expandir o seu capital social. Isto resulta na expansão dos limites pessoais e das possibilidades profissionais. Miège (2020), por seu lado, realiza um estudo imersivo sobre os homens homossexuais rurais que trabalham na cidade. Eles assumem a sua responsabilidade de fornecer recursos económicos às suas famílias de origem. Ao mesmo tempo, este grupo gera laços sociais entre os seus membros para a expressão da sua sexualidade individual, o que implica que se desenvolve uma vida dupla entre a esfera pública e a privada. As mulheres de origem assumem a gestão dos recursos e a educação das crianças.

A migração dos homens exige mais responsabilidades às mulheres, que teriam de conciliar com as escassas possibilidades profissionais. As novas tecnologias alargam os conhecimentos das mulheres, embora se sublinhe que as relações entre casamentos masculinos e femininos continuam a ser desiguais e que a utilização de telemóveis e computadores requer uma competência digital que não foi consolidada.

## Categoria D: Fuga de Talento.

Nazari & Sevendan (2016) concentram-se na migração de estudantes iranianos para países ocidentais. A análise das motivações para a emigração enfatiza as oportunidades profissionais, os problemas económicos e a discriminação de género. O sistema iraniano, onde as mulheres têm um papel marginal na esfera profissional restringindo o seu acesso ao poder público, é explicitamente questionado. Na publicação é denunciado a existência de uma idealização ilusória das possibilidades de desenvolvimento profissional no estrangeiro, uma vez que são relatadas limitações devido à sua origem étnica. Estas limitações são evidenciadas durante a permanência no destino, uma vez que surgem novas formas de discriminação, tais como condições de trabalho precárias e desqualificação profissional, que acabam por se consolidar como migração de talentos desperdiçados: "desperdício de talento".

A publicação afirma que a fuga de talentos também gera desequilíbrios, uma vez que os migrantes não retornam aos países de origem. Os países de acolhimento ocidentais recebem recursos humanos qualificados e novas perspectivas e ideias de trabalho, enquanto que os países de origem dependem da vontade dos migrantes de regressar com algumas das realizações alcançadas no destino. O comércio e a migração são bastante restritos em países como o Irão, o que complica as relações bilaterais.

## CONCLUSÃO

A classificação temática dos artigos, a sua heterogeneidade e dispersão geográfica não atenuam a existência de aspetos comuns que requerem a nossa atenção. Em primeiro lugar, a diferença salarial não é atribuível à produtividade. Pelo contrário, é realizado um exercício através analisando alguns aspetos que intervêm na mesma. Isto é de interesse para a intervenção, uma vez que visa a formação das mulheres para a sua autodeterminação ou a promoção de capacidades de liderança e negociação.

Aparentemente, a preferência dos empregadores é um fator determinante e estrutural, que desencadeia situações de discriminação explícita e sobre o qual é

urgentemente necessário um controlo institucional sob critérios comuns de dignidade e igualdade.

O teto de vidro é uma realidade existente em todo o mundo e é evidente que afeta a restrita promoção das mulheres a cargos de responsabilidade, que estão normalmente associados a salários mais elevados (Albrecht, Björklund & Vroman, 2003; Rica, Dolado & Llorens, 2008). Sublinha-se que esta não é uma realidade exclusiva nos países em desenvolvimento com políticas restritivas em relação às mulheres.

Neste sentido, o sistema patriarcal é sustentado pelo argumento tradicional de que os homens têm mais poder de decisão familiar, uma vez que têm vantagens nos principais recursos: educação, estatuto de emprego e rendimento. Isto transcende a capitalização dos papéis conjugais, onde a mulher assume cuidados e tarefas não remuneradas (Rodman, 1972). No entanto, salienta-se que o desenvolvimento global do mercado de trabalho e a sofisticação das tecnologias oferecem oportunidades explícitas para quebrar este estereótipo. Existem nichos profissionais em campos tradicionalmente masculinizados e, também, tecnologias de comunicação que abrem o espectro de referências para a autodeterminação das mulheres. As necessidades emergentes a este respeito são claras: formação ao longo da vida e competências digitais.

Consequentemente é feita uma referência ao fenómeno da fuga de talentos nos países em desenvolvimento, que resulta em danos para os países de origem se não houver retorno e, além disso, adverte para o potencial desperdício de talento, uma vez que a desqualificação no destino é comum (Martin, 2003). Esta situação exige reciprocidade institucional bilateral entre os países envolvidos e sensibilidade para reconhecer a qualificação profissional dos migrantes, assim como um sistema de apoio à formação profissional ao longo da vida.

## **INTERVENÇÃO: VIOLÊNCIA, EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE.**

Apesar dos esforços feitos para alcançar a igualdade de género, isto não foi conseguido em parte alguma do planeta, e não só não foi alcançado, como

atualmente este objetivo é estático e o pouco progresso, que foi feito a este respeito, está ameaçado pela pandemia resultante da COVID-19. O relatório da ONU revela que o progresso na igualdade parou nos últimos 25 anos. Indicadores tais como o trabalho doméstico e de cuidados não remunerados continuam a ser um fardo para as mulheres, uma vez que estas gastam até três vezes mais do que os homens.

Embora no campo educacional os resultados obtidos sejam relevantes, uma vez que rapazes e raparigas participam igualmente na maioria dos países, no local de trabalho e em áreas como ciência, engenharia, matemática, tecnologia e investigação verifica-se mais presença masculina (menos de um terço são mulheres na investigação e desenvolvimento científico). Além disso, em comparação com 74% dos homens, apenas 47% das mulheres trabalham e apenas metade destas mulheres pode decidir usar contraceptivos ou recusar-se a ter relações sexuais.

Outro indicador das consequências da desigualdade é a violência de que são vítimas as mulheres e raparigas em todo o mundo. Um terço das mulheres do mundo sofreu violência física e/ou sexual por parte dos seus parceiros. Estima-se que 137 mulheres são mortas diariamente pelo seu parceiro ou por um membro da família.

Situações de desigualdade também geram mais pobreza; de acordo com a ONU Mulheres, a pobreza pode aumentar a violência e os seus cenários são múltiplos, desde casamentos forçados (as raparigas têm maior probabilidade de casar na infância e sofrer violência baseada no género), exploração sexual e tráfico humano, e as mulheres que são vítimas da violência do seu parceiro têm menor probabilidade de deixar a relação violenta para trás porque têm menos rendimentos e recursos.

Além disso, não se trata apenas da feminização da pobreza, trata-se também da feminização dos movimentos migratórios, onde metade da população europeia de trabalhadores migrantes são mulheres. Estas mulheres desempenham as suas funções em situações de insegurança laboral (baixos rendimentos e serviços domésticos e de cuidados). De acordo com o último relatório mundial de 2020 (OIM), existe uma tendência de feminização dos fluxos migratórios: as mulheres migrantes representam 48% de todas as mulheres migrantes internacionais, assegurando que este número representa uma sobre-representação das mulheres migrantes em situações de vulnerabilidade.

Neste contexto de migração feminina, parece ser necessário dar visibilidade às necessidades das mulheres migrantes, a fim de dar uma resposta adequada incorporando a perspectiva de gênero.

### *Categoria de análise das publicações na secção Intervenção.*

#### **Educação e promoção da saúde**

3.7 Rojas P, Ramírez-Ortiz D, Wang W, Daniel EV, Sánchez M, Cano MÁ, Ravelo GJ, Braithwaite R, Montano NP, De La Rosa M. Testing the Efficacy of an HIV Prevention Intervention Among Latina Immigrants Living in Farmworker Communities in South Florida. *J Immigr Minor Health*. 2020 Aug;22(4):661-667. doi: 10.1007/s10903-019-00923-4. PMID: 31493119; PMCID: PMC7058487.

3.8 Kim, Y., Lee, H., Lee, M. K., Lee, H., & Jang, H. (2020). Development of a Living Lab for a Mobile-Based Health Program for Korean-Chinese Working Women in South Korea: Mixed Methods Study. *JMIR mHealth and uHealth*, 8(1), e15359. <https://doi.org/10.2196/15359>

3.9 Kilanowski, J. F. (2013). Anticipatory guidance preferences of Latina migrant farmworker mothers. *Journal of Pediatric Health Care*, 27(3), 164-171. <https://doi.org/10.1016/j.pedhc.2011.08.004>

3.10 Fleming K, Simmons VN, Christy SM, Sutton SK, Romo M, Luque JS, Wells KJ, Gwede CK, Meade CD. Educating Hispanic Women about Cervical Cancer Prevention: Feasibility of a Promotora-Led Charla Intervention in a Farmworker Community. *Ethn Dis*. 2018 Jul 12;28(3):169-176. doi: 10.18865/ed.28.3.169. PMID: 30038478; PMCID: PMC6051510.

3.13 Cullerton, Katherine & Gallegos, Danielle & Ashley, Ella & Do, Hong & Voloschenko, Anna & Fleming, MaryLou & Ramsey, Rebecca & Gould, Trish. (2016). Cancer screening education: Can it change knowledge and attitudes among culturally and linguistically diverse communities in Queensland, Australia?. *Health Promotion Journal of Australia*. 27 (2) 140-47 <https://doi.org/10.1071/HE15116>

3.14 Riza E, Karakosta A, Tsiampalis T, Lazarou D, Karachaliou A, Ntelis S, Karageorgiou V, Psaltopoulou T. Knowledge, Attitudes and Perceptions about Cervical Cancer Risk, Prevention and Human Papilloma Virus (HPV) in Vulnerable Women in Greece. *Int J Environ Res Public Health*. 2020 Sep 21;17(18):6892. <https://doi.org/10.3390/ijerph17186892>

3.3 Stevens, A., Gilder, M. E., Moo, P., Hashmi, A., Toe, S. E. T., Doh, B. B., ... & McGready, R. (2018). Folate supplementation to prevent birth abnormalities: evaluating a community-based participatory action plan for refugees and migrant workers on the Thailand-Myanmar border. *public health*, 161, 83-89. <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2018.04.009>

3.4 Zhu, C., Geng, Q., Yang, H., Chen, L., Fu, X., & Jiang, W. (2013). Quality of life in China rural-to-urban female migrant factory workers: a before-and-after study. *Health and quality of life outcomes*, 11(1), 1-9. <https://doi.org/10.1186/1477-7525-11-123>

3.5 El Masri, A., Kolt, G. S., & George, E. S. (2021). Feasibility and acceptability of a culturally tailored physical activity intervention for Arab-Australian women. *BMC Women's Health*, 21(1), 1-14. <https://doi.org/10.1186/s12905-021-01250-3>

3.6 Sanchez, M., Rojas, P., Li, T., Ravelo, G., Cyrus, E., Wang, W., ... & De La Rosa, M. R. (2016). Evaluating a culturally tailored HIV risk reduction intervention among Latina immigrants in the farmworker community. *World medical & health policy*, 8(3), 245-262. <https://doi.org/10.1002/wmh3.193>

#### **Violência contra mulheres**

3.12 Pocock NS, Kiss L, Dash M, Mak J, Zimmerman C (2020) Desafios de las intervenciones previas a la migración para prevenir la trata de personas: resultados de una evaluación de aprendizaje antes y después de la capacitación para posibles migrantes en Odisha, India . *PLoS ONE* 15(9): e0238778. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0238778>

3.11 Kouta C, Pithara C, Zobnina A, Apostolidou Z, Christodoulou J, Papadakaki M, Chliaoutakis J. A systematic review of training interventions addressing sexual violence against marginalized at-risk groups of women. *Health Educ Res*. 2015 Dec;30(6):971-84. <https://doi.org/10.1093/her/cyv053>

3.2 Ayuste & Payá (2017) La relación educativa con mujeres en contextos de prostitución: la dimensión pedagógica de la intervención. 17, 1 <https://doi.org/10.5944/educxx1.17.1.10715>

3.16 Navarro & Velasquez (2016) Herramientas para prevenir la violencia de género. Implicaciones de un registro diario de situaciones de desigualdad de género. *Acta Colombiana de Psicología*, ISSN-e 1909-9711, ISSN 0123-9155, Vol. 19, Nº. 2, 2016, págs. 149-158 <https://doi.org/10.14718/ACP.2016.19.2.7>

#### **Educação sexual**

3.17 Chadalawada, Usha & S, Aruna & Rani, Mutyala. (2017). Effect of health education on adolescent girls regarding knowledge about menstruation. *Journal of Evolution of Medical and Dental Sciences*. 6. 1040-1043. <https://doi.org/10.14260/Jemds/2017/223>

---

3.1 Razia Hakimi, R.; Kheirkhah, M.; Abolghasemi, J. & Hakimi, M. (2020). "Educação sexual y mujeres adolescentes migrantes afganas". *Revista de medicina familiar y atención primaria* vol. 10,2 (2021): 791-797. [https://doi.org/10.4103/ijfmpc.ijfmpc\\_395\\_20](https://doi.org/10.4103/ijfmpc.ijfmpc_395_20)

---

## Categoria A: Educação e promoção da saúde

Existem evidências de uma elevada prevalência de fatores de risco nas mulheres migrantes em comparação com o resto da população. O estudo realizado na Austrália, sobre a importância da formação na detecção do cancro e na mudança de atitudes em relação à doença nas pessoas migrantes de diferentes nacionalidades, concluiu que os programas de detecção de diferentes tipos de cancro (útero, peito e cólon) melhoram as atitudes positivas em relação à doença, quando as sessões são culturalmente adaptadas à população a que são dirigidas porque favorecem um contexto de participação em que se podem colocar questões e esclarecer dúvidas que possam surgir, o que é essencial para os profissionais de saúde quando fornecem informações a este respeito (Cullerton, Gallegos, Ashley, Hong, Voloschenko, Fleming, Ramsey & Gould, 2016).

Foram obtidos resultados semelhantes num estudo realizado na Grécia em que os resultados indicam que é necessário implementar programas de educação sanitária para prevenir a doença nos serviços de saúde de cuidados primários frequentados por mulheres migrantes e adaptados às suas necessidades. As diferenças individuais (sociais, religiosas e culturais) facilitam a informação atempada por profissionais, uma vez que as mulheres geralmente adiam os seus cuidados nesta área da saúde (Riza, Karakosta, Tsiampalis, Lazarou, Karachaliou, Ntelis, Karageorgiou, & Psaltopoulou, 2020).

No âmbito desta área temática, outro estudo revela a necessidade de aumentar os esforços em programas educacionais nas trabalhadoras migrantes na fronteira entre a Tailândia e Mianmar para mostrar os benefícios do consumo de ácido fólico nos três meses após a conceção, para evitar malformações congénitas do tubo neural no feto, porque o baixo consumo deste ácido está a causar uma taxa significativa de malformações nos fetos das migrantes grávidas (Stevens et al., 2018).

Nesta linha de investigação, outro estudo realizado sobre mulheres hispânicas conclui que a participação de mulheres com formação prévia para fornecer informações e recursos sobre a deteção de HPV é uma ferramenta educacional útil. Estas mulheres proporcionam um ambiente adequado para as restantes mulheres aprenderem e discutirem este problema que afeta um grande número de mulheres. Em suma, trata-se de ter em conta certas variáveis que influenciam a prevenção de doenças, tais como barreiras linguísticas, falta de seguro, falta de informação, aculturação ou nível de rendimento. Os resultados indicam que a formação das mulheres hispânicas sobre HPV é útil às restantes mulheres, uma vez que quando formadas possam ser elas a dar palestras sobre a prevenção do HPV a outras mulheres da comunidade através dos seus conhecimentos culturais e fiabilidade (Fleming, Simmons, Shannon, Sutton, Romo, Luque, Wells, Gwede & Meade, 2018).

Por outro lado, alguns estudos indicam que, nos EUA, as pessoas que não falam a língua do país (inglês), como é o caso dos migrantes, ou pessoas com pouca educação, ou pertencentes a um baixo nível socioeconómico, não tomam decisões precisas sobre a sua saúde por não terem conhecimento suficiente sobre a informação básica de saúde e os recursos disponíveis a que poderiam ter acesso. Para que os programas de promoção da saúde cumpram os objetivos para os quais são criados, devem ser adaptados ao ambiente em que são aplicados, e assim facilitar a sua compreensão pelo público a que se destinam (Selden, Zorn, Ratzan e Parker, 2000; Sullivan-Bolyai, Bova & Harper, 2005). Verificou-se que quando estes programas são culturalmente adaptados têm um maior impacto tanto nos cuidados e adesão como no tratamento.

Um fator a considerar é a utilização de grupos focais, porque estes fornecem aos investigadores informação sobre aspetos específicos das comunidades migrantes (Morgan, 1998; Ruff, Alexander & McKie, 2005).

## **Categoria B: Violência contra mulheres.**

A violência que é exercida sobre as mulheres manifesta-se em diferentes cenários. Fatores tais como a migração podem ser um terreno fértil para as diferentes manifestações de violência neste grupo de mulheres devido à sua vulnerabilidade: viajam sozinhas, têm poucos recursos, estão longe da sua família de origem, têm maiores barreiras linguísticas... tudo isto implica um maior risco de violência.

Existe uma clara necessidade de trabalhar com mulheres migrantes para prevenir situações de violência através de programas que abordem não só a violência contra

as mulheres, mas também situações de desigualdade. A formação das mulheres para detetar este tipo de cenário aumenta a consciência e compreensão, reduzindo as crenças sexistas, embora estes programas devam ter em conta a adaptação às crenças de cada cultura (Navarro & Velásquez, 2016).

Resultados semelhantes aos obtidos na investigação sobre violência sexual, realizada por Kouta, Zobna, & Zobn (2015), indicam que as mulheres que trabalham na área do serviço doméstico são mais suscetíveis de sofrer violência sexual e, por isso, a sua formação pode ajudá-las a protegerem-se deste tipo de violência.

Nesta investigação, é feita uma revisão da literatura sobre este tipo de formação prévia para mulheres em situação de vulnerabilidade à violência sexual. De acordo com os resultados obtidos, existe uma extensa bibliografia que analisa a violência sexual e as suas consequências e fornece informações sobre recursos de ajuda. No entanto, estes estudos centram-se especialmente na violência do parceiro íntimo ou na agressão sexual a estudantes, mas não incluem as minorias étnicas.

A maioria dos países da UE tem um número significativo de mulheres migrantes e muitas delas têm empregos na área dos serviços domésticos e/ou cuidados, sendo essas as mais suscetíveis de serem vítimas de abuso e violência por parte dos seus empregadores.

Não foram encontradas intervenções que aumentem a capacidade deste grupo para lidar com esta violência. É necessário ter em conta que este grupo tem características específicas aquando a conceção de programas de formação.

Claramente existe de uma lacuna em termos de literatura sobre saúde pública, e faltam principalmente programas de intervenção educacional sobre prevenção e resposta à violência sexual contra mulheres vulneráveis em risco.

Por outro lado, os resultados do estudo realizado por Pocock, Kiss, Dash, Mak, & Zimmerman, (2020) indicam que a preparação prévia pode prevenir o tráfico humano, através da sensibilização e formação de mulheres migrantes para migrarem de forma segura. Este estudo indica que a informação prévia sobre migração pode gerar um maior grau de autoconfiança nas mulheres. Embora estes resultados não possam ser generalizados, indicam-nos a necessidade de continuar com este tipo de investigação. Neste estudo, a maioria das mulheres migrantes entrevistadas foram responsáveis pela própria decisão de migrar, mas 3,4% não tiveram o consentimento da família. Além disso, os setores de trabalho pertenciam a áreas com condições precárias como o trabalho doméstico, agricultura ou

construção civil, o que coloca as mulheres em situações de vulnerabilidade, daí a importância de ter informação prévia antes de iniciar a migração.

A baixa eficácia deste programa pode dever-se à dificuldade de realizar este tipo de estudos, como por exemplo, o facto de não serem dirigidos à população adequada e não de conterem conteúdos relevantes. Mesmo assim, a resposta das mulheres à participação no programa parece interessante, afirmando que a sua autoconfiança tinha aumentado, e que tinham adquirido novas competências.

Nesta linha de investigação, tendo como eixo central a educação dos profissionais e entidades que estão em contacto com as mulheres migrantes, está provado que a educação favorece a autonomia, a responsabilidade e, especialmente, no contexto de prostituição, aumenta a sua autoestima e confiança (Ayuste e Sánchez, 2014).

É igualmente necessário ter em conta que existem outras variáveis que afetam as mulheres migrantes, e que se considerarmos a educação como núcleo central na prevenção e sensibilização, deve-se assegurar que chegue a todas as mulheres. Um estudo realizado por Rankin, Jakita & Sheene (2021) concluiu que existe uma constante discriminação e exercício de violência nas esferas profissionais, académicas e pessoais das mulheres negras, na área da informática, o que pode indicar que existem muitos cenários em que a violência contra as mulheres é exercida e devemos estar atentos para que não passem despercebidos.

## **Categoria C: Educação sexual.**

No âmbito da área da saúde, podemos incluir a saúde sexual, uma vez que a partir da prevenção e educação podemos fornecer às mulheres ferramentas adequadas para reduzir os problemas dos parceiros e outros problemas adicionais. O aumento da consciência sexual ajudará a diminuir os problemas relacionados com a saúde. A educação torna-se novamente o elemento chave para alcançar este objetivo.

A participação em programas educativos sobre saúde sexual melhora a sexualidade. Sabemos que existem muitos tabus em relação à sexualidade em certos países islâmicos devido às suas crenças culturais, religiosas, sociais e políticas e, conseqüentemente, é necessário preparar materiais adequados. O estudo realizado a este respeito por Hakimi, Kheirkhah, Abolghasemi & Hakimi (2020) num programa de educação sexual no qual foram utilizadas ferramentas como "frente-a-frente" e aplicações multimédia, concluiu que reduz os custos da educação presencial e satisfaz as necessidades de informação sexual dos casais. Além disso, este estudo conclui também que a prevenção é um elemento essencial nos serviços de saúde de cuidados primários em que os profissionais de saúde podem fornecer

informação aos seus pacientes através de materiais educativos multimédia, o que possibilita reduzir os tabus a este respeito.

Por outro lado, a importância da educação sexual refletiu-se noutros estudos, tais como os realizados por Chadalawadam Aruna & Dandhya (2017) sobre adolescentes indianos, que descobriram que a falta de informação sobre menstruação e fatores associados à mesma deve ser tida em conta e incorporada no campo educativo (tanto na escola como na Universidade) com conteúdos sobre normas familiares, discriminação de género, violência doméstica, nutrição, mudanças na puberdade, higiene menstrual, gravidez, aborto, contraceção, insegurança, sexo, VIH/SIDA, etc.

## Conclusão

Como conclusão final, pode dizer-se que a população de mulheres migrantes precisa de uma resposta adequada às necessidades apresentadas, uma vez que são um grupo vulnerável diretamente afetado pela desigualdade em todas as áreas das suas vidas: especialmente na área da saúde e do mercado de trabalho.

Os profissionais de saúde estão numa posição privilegiada para fornecer informação às mulheres migrantes e evitar não só problemas de saúde mas também todos os problemas associados que possam estar relacionados com a sua mudança de vida. A migração está associada a muitos problemas para as mulheres, nomeadamente a violência física, psicológica e sexual. Fornecer-lhes os instrumentos necessários para enfrentar este grave problema a partir da educação, significaria uma redução do sofrimento a que provavelmente serão sujeitas nos diferentes cenários em que possam vir a ser vítimas de qualquer manifestação de violência.

## Bibliografía adicional

- Aguilera, R. (2014). ¿Revisión sistemática, revisión narrativa o metaanálisis? *Revista de la Sociedad Española del Dolor*, 21(6), 359-360. <https://dx.doi.org/10.4321/S1134-80462014000600010>
- Albrecht, J., Björklund, A., & Vroman, S. (2003). Is there a glass ceiling in Sweden? *Journal of Labor Economics*, 21, 145–177.
- Ansala, L., Åslund, O., & Sarvimäki, M. (2021). Immigration history, entry jobs and the labor market integration of immigrants. *Journal of Economic Geography*, 22(3), 581-604. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbaa038>
- Baber, H. (2020). Determinants of students' perceived learning outcome and satisfaction in online learning during the pandemic of COVID-19. *Journal of Education and E-Learning Research*, 7(3), 285-292. <https://doi.org/10.20448/journal.509.2020.73.285.292>
- Bommes, M. (1999). *Migration und nationaler Wohlfahrtsstaat ein differenzierungstheoretischer Entwurf*. Westdeutscher Verlag.
- Bonilla, L.C., Gómez, D.C., & Godoy, J.C. (2019). Investigaciones y estrategias comunicativas frente a la violencia contra las mujeres en ámbitos universitarios. Una revisión. *Informes Psicológicos*, 19(1), 141-162. <http://dx.doi.org/10.18566/infpsic.v19n1a08>
- Bosch, M., Carnero, M. A., & Farré, L. (2015). Rental housing discrimination and the persistence of ethnic enclaves. *SERIEs*, 6(2), 129-152. <https://doi.org/10.1007/s13209-015-0122-5>
- Boyd, M., & Grieco, E. (2003). Women and migration: Incorporating gender into international migration theory. The online journal of the migration policy institute, march 1, 2003. <https://www.migrationpolicy.org/article/women-and-migration-incorporating-gender-international-migration-theory>
- Cesareo, V. (2011). What kind of integration? In V. Cesareo & G. C. Blangiardo (Eds.), *Integration Indexes: An Empirical Research on Migration in Italy* (pp. 5-22). ISMU.
- Channar ZA, Abbassi, Z, & Ujan I A. (2011) : Gender discrimination in workforce and its impact on the employees, *Pakistan Journal of Commerce and Social Sciences*, 5(1). 177-191. <http://hdl.handle.net/10419/188023>
- Chiarenza, A., Horvat, L., Lanting, K., Ciannameo, A., & Suurmond, J. (2019). Addressing healthcare for migrants and ethnic minorities in Europe: A review of training programmes. *Health Education Journal*, 78(1). <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/0017896918793164>
- Chopra M, Daviaud E, Pattinson R, Fonn S, & Lawn JE. (2009). *Saving the lives of South Africa's mothers, babies, and children: can the health system deliver?* Lancet; published online August 25. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(09\)61123-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(09)61123-5)
- Codina, L. (2020). Cómo hacer revisiones bibliográficas tradicionales o sistemáticas utilizando bases de datos académicas. *Revista ORL*, 11(2), 139–153. <https://doi.org/10.14201/orl.22977>
- Cortés, A. (2006). Valores y Orientación Profesional: Algunas líneas de investigación e intervención actuales. *Contextos educativos*, 8(9), 233-248.
- Démurger, S., Gurgand, M., Li, S., & Yue, X. (2009). Migrants as second-class workers in urban China? A decomposition analysis. *Journal of Comparative Economics*, 37(4), 610–628. <https://doi.org/10.1016/j.jce.2009.04.008>
- Fauk, N.K., Ward, P.R., Hawke, K., & Mwanri, L. (2021). HIV Stigma and Discrimination: Perspectives and Personal Experiences of Healthcare Providers in Yogyakarta and Belu, Indonesia. *Front. Med.* 8:625787. <https://doi.org/10.3389/fmed.2021.625787>

- Fawole, O.I. (2008). Economic violence to women and girls: is it receiving the necessary attention?. *Trauma, Violence, & Abuse*, 9(3), 167-177. <https://doi.org/10.1177/1524838008319255>
- Ferreira, I., Urrútia, G., y Alonso-Coello, P. (2011). Revisión sistemática y metaanálisis: bases conceptuales e interpretación. *Revista española de cardiología*, 64(8), 688-696. <https://doi.org/10.1016/j.recesp.2011.03.029>
- Foucault, M. (1986). *The care of the self*. New York: Pantheon Books.
- Fouskas T., Gikopoulou P., Ioannidi E, & Koulierakis G. (2019). Género, migración femenina transnacional y trabajo doméstico en Grecia. *Collectivus, Revista de Ciencias Sociales*, 6(1), 99-134. <https://doi.org/10.15648/Coll.1.2019.7>
- Garcés-Mascareñas, B., & Penninx, R. (2016). Introduction: Integration as a Three-Way Process Approach? In B. Garcés-Mascareñas & R. Penninx (Eds.), *Integration Processes and Policies in Europe* (pp. 1-10).
- Giannoni, M., Franzini, L., & Masiero, G. (2016). Migrant integration policies and health inequalities in Europe. *BMC Public Health*, 16(463). <https://doi.org/https://doi.org/10.1186/s12889-016-3095-9>
- González, J., Buñuel, J.C., y Aparicio, M. (2011). Listas guía de comprobación de revisiones sistemáticas y metaanálisis: declaración PRISMA. *Evidencias en pediatría* 7, 20.
- Guruge S, Roche B. & Catalho, C. (2012) Violence against women: An Exploration of the physical and mental health trends among immigrant and refugee in Canada, *nursing Research and Practice* article ID 434592. [doi.org/10.1155/2012/434592](https://doi.org/10.1155/2012/434592)
- Halli SS, Khan CGH, Moses S, Blanchard J, Washington R, Shah I, et al. (2017). Family and community level stigma and discrimination among women living with HIV/AIDS in a high HIV prevalence district of India. *J HIV/AIDS Soc Serv*. 16,4-19. <https://doi.org/10.1080/15381501.2015.1107798>
- Higgins, J., & Thomas, J. (2022). *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions*. John Wiley & Sons.
- Jie, Z., & Gongjing, G. (2018). Research of the Current Situation and Strategies of the New Generation of Female Migrant Workers City Integration - Taking the H community of Jinan as an example. *195(18)*, 215-218. <https://doi.org/10.2991/iserss-18.2018.55>
- Jolly, S., & Reeves, H. (2005). *Gender and migration*. Overview Report. Bridge.
- Jose, S. (2017). Decomposition of gender differentials of malnutrition in Indian children. *Jr Soc Econ Dev*. 19, 299-322. <https://doi.org/10.1007/s40847-017-0047-x>
- Kitchenham, B. (2004). *Procedures for performing systematic reviews*. Keele, UK, Keele University, 33, 1-26.
- Larena, R., & Roldán, S.M. (2010). Violencia de género en las universidades: investigaciones y medidas para prevenirla. *Trabajo Social Global-Global Social Work*, 1(2), 202-219. <https://doi.org/10.30827/tsg-gsw.v1i2.911>
- Li, W.L. (1976). A note on migration and employment. *Demography*, 13(4), 565-570. <https://doi.org/10.2307/2060510>

- Malmusi, D. (2015). Immigrants' health and health inequality by type of integration policies in European countries. *European Journal of Public Health*, 25(2), 293-299. <https://doi.org/https://doi.org/10.1093/eurpub/cku156>
- Martén, L., Hainmueller, J., & Hangartner, D. (2019). Ethnic networks can foster the economic integration of refugees. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 116(33), 16280-16285. <https://doi.org/doi:10.1073/pnas.1820345116>
- Martin, S. F. (2003). *Women and migration*. Paper presented at the Consultative Meeting on Migration and How This Movement Affects Women, United Nations, Malmo, Sweden, 2 to 4 December 2003.
- McKenzie, J.E., Brennan, S.E., Ryan, R.E., Thomson, H.J., Johnston, R.V., & Thomas, J. (2021) Chapter 3: Defining the criteria for including studies and how they will be grouped for the synthesis. In Higgins J.P.T., Thomas, J., Chandler, J., Cumpston, M., Li, T., Page, M.J., Welch, V.A. (editors). *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions* version 6.2 (updated February 2021). Cochrane, 2021. Available from [www.training.cochrane.org/handbook](http://www.training.cochrane.org/handbook) .
- Merino, A. (2016). Consideraciones actuales para la construcción de proyectos académicos profesionales en la Orientación Educativa. *Revista Mexicana de Orientación Educativa*, 31(13), 37-44.
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D.G. (2010). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. *International Journal of Surgery*, 8(5), 336–341. <https://doi.org/10.1016/j.ijssu.2010.02.007>
- Niño, J.I., Barquero, M., & García, E. (2017). Public opinion and infoxication in the networks: fundamentals of post-truth. *Vivat Academia. Revista de Comunicación*, (139), 83–94. <https://doi.org/10.15178/va.2017.139.83-94>
- OECD/ILO. (2018). *How immigrants contribute to developing countries' economies*. Paris: OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264288737-en>
- Phelan, J.C., Lucas J.W., Ridgeway, C.L., & Taylor, C.T. (2014). Stigma, status, and population health, *Social Science & Medicine*, 103, 15-23, ISSN 0277-9536, <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2013.10.004>
- Portes, A., & Rumbaut, R. n. G. (2001). *Legacies: the story of the immigrant second generation*. University of California Press; Russell Sage Foundation.
- Porthé, V., et al. (2009). Precarious employment in undocumented immigrants in Spain and its relationship with Health. *Gaceta Sanitaria*, 23(S1); 107-114 [10.1016/j.gaceta.2009.09.004](https://doi.org/10.1016/j.gaceta.2009.09.004)
- Retamozo, T., & Monteros, S. (2021). *Tirar del hilo: historias de mujeres migradas supervivientes de violencia machista*. AECID.
- Rica, S., Dolado, J., & Llorens, V. (2008). Ceilings or floors? Gender wage gaps by education in Spain. *Journal of Population Economics*, 21, 777–778.
- Rodman, H. (1972). Marital Power and the Theory of Resources in Cultural Context. *Comparative Family Studies*, 3(1), 50-69. <https://doi.org/10.3138/jcfs.3.1.50>
- Romero, S. (2004). Aprender a construir proyectos profesionales y vitales. *Revista Española de Orientación y Psicopedagogía*, 15(2), 337-354.
- Sabirón, F. (2006). *Métodos de investigación etnográfica en Ciencias Sociales*. Zaragoza: Mira.

Scraboni, E., Malapit, H.J., Quisumbing, A.R., & Ahmed, A.U. (2014). Women's Empowerment in Agriculture: What Role for Food Security in Bangladesh? *World development*, 61, 11-52. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.03.025>

Stamarski, C.S., & Son, L.S. (2015). Gender inequalities in the workplace: the effects of organizational structures, processes, practices, and decision makers' sexism. *Front. Psychol.* 6:1400. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01400>

Taki, F., Lurie, J., & Kaur, G. (2022). An ethical plan for including forcibly displaced persons in omics and digital technology research. *Nature Medicine*, 1-5. <https://doi.org/10.1038/s41591-022-01801-7>

UNICEF (2019). *Gender Counts: A quantitative assessment of gender inequality and its impact on girls and boys in South Asia*. Bangkok: UNICEF. [https://www.unicef.org/rosa/media/5016/file/Gender\\_Counts\\_South\\_Asia\\_Executive\\_Summary.pdf](https://www.unicef.org/rosa/media/5016/file/Gender_Counts_South_Asia_Executive_Summary.pdf)

Urrutia, G., y Bonfill, X. (2010). Declaración PRISMA: una propuesta para mejorar la publicación de revisiones sistemáticas y metaanálisis. *Medicina Clínica*, 135(11), 507-511.

Usta, J., Farver, J.M., & Hamieh, C.S. (2015). Effects of Socialization on Gender Discrimination and Violence Against Women in Lebanon. *Violence Against Women*, 22(4), 415-431. [10.1177/1077801215603509](https://doi.org/10.1177/1077801215603509)

Verano, R.D. (2015). Guías mínimas para reportar estudios aleatorizados (CONSORT) y revisiones sistemáticas y metaanálisis (PRISMA). *Acta Médica Colombiana*, 40(2), 16-20.

Vieira, A., Costa, J., Gonçalves, I., Palmarella, V., Mendes, V.M., & Gacia, L. (2019). Identification and conduct of domestic violence against women from the perspective of university students. *Enfermería Actual de Costa Rica*, 37, 95-109. <http://dx.doi.org/10.15517/revenf.v0ino.37.35967>

Zapata-Barrero, R. (2017). The Intercultural Turn in Europe: Process of Policy Paradigm Change and Formation. In F. Mansouri (Ed.), *Interculturalism At The Crossroads: Comparative Perspectives On Concepts, Policies And Practices* (pp. 169-192). UNESCO.

Zhang, H., Nardon, L., & Sears, G.J. (2022). Migrant workers in precarious employment. *Equality, Diversity and Inclusion*, 41(2), 254-272. <https://doi.org/10.1108/EDI-01-2021-0018>

## Appendix 1. Artigos da Fase 1

### WEB OF SCIENCE

	Notes	Id.
Tantet, C., & Cordel, H. (2019). Elles ne cessent pas à l'arrivée en France. <i>La Revue du praticien</i> , 69(6) 676-678.		1.1
Coovadia, H., Jewkes, R., Barron, P., Sanders, D., & McIntyre, D. (2009). The health and health system of South Africa: historical roots of current public health challenges. <i>The lancet</i> , 374(9692), 817-834. <a href="https://doi.org/10.1016/S0140-6736(09)60951-X">https://doi.org/10.1016/S0140-6736(09)60951-X</a>		1.2
이수연. (2017). 외국인여성근로자의 노동과 보편적 권리 보장-우리 법제에 대한 비판적 접근. <i>사회법연구</i> , 33, 93-140.	Languaje	-
Añón, M. J. (2010). El acceso de las mujeres inmigrantes a los derechos humanos: la igualdad inacabada. <i>Frónesis</i> , 17(2).		1.3
Rocca, M.D., & Zinn, D.L. (2019). Othering Honor-Based Violence: The Perspective of Antiviolence Operators in Northern Italy. <i>Human Organization</i> , 78(4), 325-334. <a href="https://doi.org/10.17730/0018-7259.78.4.325">https://doi.org/10.17730/0018-7259.78.4.325</a>		1.6

### SCOPUS

	Notes	Id.
Gangoli G., Bates, L., & Hester, M. (2020). What does justice mean to black and minority ethnic (BME) victims/survivors of gender-based violence?, <i>Journal of Ethnic and Migration Studies</i> , 46(15) 3119-3135, <a href="https://doi.org/10.1080/1369183X.2019.1650010">https://doi.org/10.1080/1369183X.2019.1650010</a>		1.4
Izugbara, C., Muthuri, S., Muuo, S., Egesa, C., Franchi, G., Mcalpine, A., ... & Hossain, M. (2020). 'They Say Our Work Is Not Halal': Experiences and challenges of refugee community workers involved in gender-based violence prevention and care in Dadaab, Kenya. <i>Journal of refugee studies</i> , 33(3), 521-536. <a href="https://doi.org/10.1093/jrs/fey055">https://doi.org/10.1093/jrs/fey055</a>		1.5
Tantet, C., Delaporte, C., & Cordel, H. (2019). Violence against migrant and refugee women: how to identify them. <i>La Revue du Praticien</i> , 69(6), 676-678.	Not available	-
Rocca, M. D., & Zinn, D. L. (2019). Othering Honor-Based Violence: The Perspective of Antiviolence Operators in Northern Italy. <i>Human Organization</i> , 78(4), 325-334. <a href="https://doi.org/10.17730/0018-7259.78.4.325">https://doi.org/10.17730/0018-7259.78.4.325</a>	Repeated	-
Zerm, C. (2018). Female Genital Mutilation: Was müssen Kinder- und Jugendärzte über die genitale Beschneidung von Mädchen wissen? - Update 2018. <i>Padiatrische Praxis</i> 89(4), 619-630.	Not available	-



---

Coovadia, H., Jewkes, R., Barron, P., Sanders, D., & McIntyre, D. (2009). The health and health system of South Africa: historical roots of current public health challenges. *The lancet*, 374(9692), 817-834. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(09\)60951-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(09)60951-X)

---

Repeated -

## Appendix 2. Artigos da fase 2

### WEB OF SCIENCE

	Notes	Id.
Chen, Y. (2021). Gender discrimination in societal and familial realms: Understanding agency among Chinese marriage migrant women in Switzerland. <i>Asian and Pacific Migration Journal</i> , 30(1), 18-38. <a href="https://doi.org/10.1177/0117196820981594">https://doi.org/10.1177/0117196820981594</a>		2.1
Antman, F. M. (2015). Gender discrimination in the allocation of migrant household resources. <i>Journal of population economics</i> , 28(3), 565-592. <a href="https://doi.org/10.1007/s00148-015-0548-x">https://doi.org/10.1007/s00148-015-0548-x</a>		2.2
Gabriel, C., & Macdonald, L. (2019). Contesting Gender Discrimination in the Canadian Seasonal Agricultural Worker Program. <i>Canadian Ethnic Studies</i> , 51(3), 17-34. <a href="https://doi.org/10.1353/ces.2019.0018">https://doi.org/10.1353/ces.2019.0018</a>	Not available	-
Bhatt, W. (2013). The little brown woman: Gender discrimination in American medicine. <i>Gender &amp; Society</i> , 27(5), 659-680. <a href="https://doi.org/10.1177/0891243213491140">https://doi.org/10.1177/0891243213491140</a>		2.3
Petrozziello, A. J. (2019). (Re) producing Statelessness via Indirect Gender Discrimination: Descendants of Haitian Migrants in the Dominican Republic. <i>International Migration</i> , 57(1), 213-228. <a href="https://doi.org/10.1111/imig.12527">https://doi.org/10.1111/imig.12527</a>		2.4
Wang, Z. (2012). Empirical Study of Gender Occupational Segregation of Rural-Urban Migrant Workers in China. In <i>Social Production and Reproduction at the Interface of Public and Private Spheres</i> . Emerald Group Publishing Limited. <a href="https://doi.org/10.1108/S1529-2126(2012)0000016012">https://doi.org/10.1108/S1529-2126(2012)0000016012</a>	Book chapter. Not available	-
Zhang, J., & Gao, G. (2018). Research of the Current Situation and Strategies of the New Generation of Female Migrant Workers City Integration-Taking the H community of Jinan as an example. In <i>2018 International Seminar on Education Research and Social Science (ISERSS 2018)</i> (pp. 215-218). Atlantis Press. <a href="https://doi.org/10.2991/iserss-18.2018.55">https://doi.org/10.2991/iserss-18.2018.55</a>		2.5
Chen, J., & Hu, M. (2021). City-level hukou-based labor market discrimination and migrant entrepreneurship in China. <i>Technological and Economic Development of Economy</i> , 27(5), 1095-1118. <a href="https://doi.org/10.3846/tede.2021.15006">https://doi.org/10.3846/tede.2021.15006</a>		2.6
Andreff, W. (2019). Economic Distortions: Infringing Human Rights in Sport. In <i>An Economic Roadmap to the Dark Side of Sport</i> (pp. 109-138). Palgrave Pivot, Cham. <a href="https://doi.org/10.1007/978-3-030-28456-5_4">https://doi.org/10.1007/978-3-030-28456-5_4</a>	Book chapter. Not available	--
Chen, H., Chen, J., & Yu, W. (2017). Influence factors on gender wage gap: Evidences from chinese household income project survey. In <i>Forum for Social Economics</i> , 46(4), 371-395. <a href="https://doi.org/10.1080/07360932.2017.1356346">https://doi.org/10.1080/07360932.2017.1356346</a>		2.7
유성준. (2009). A Study of a Multi-cultural Ministry for Churches in Korea. <i>대학과 선교</i> , (17), 229-254.	In korean	-

Rocca, M. D., & Zinn, D. L. (2019). Othering Honor-Based Violence: The Perspective of Antiviolence Operators in Northern Italy. <i>Human Organization</i> , 78(4), 325-334. <a href="https://doi.org/10.17730/0018-7259.78.4.325">https://doi.org/10.17730/0018-7259.78.4.325</a>	Repeated	
Young, J.J. (2014). Isolation and Difficulties of Korean Women Married to Non-Korean Asian Men, <i>Asian Journal of Women's Studies</i> , 20(2), 185-200. <a href="https://doi.org/10.1080/12259276.2014.11666186">https://doi.org/10.1080/12259276.2014.11666186</a>		2.8
Coovadia, H., Jewkes, R., Barron, P., Sanders, D., & McIntyre, D. (2009). The health and health system of South Africa: historical roots of current public health challenges. <i>The lancet</i> , 374(9692), 817-834. <a href="https://doi.org/10.1016/S0140-6736(09)60951-X">https://doi.org/10.1016/S0140-6736(09)60951-X</a>	Repeated	-
Sufiyarova, R. H., & Mansurov, T. Z. (2018). Specificity and techniques for resolution of gender conflicts in migrants and host community in public catering organizations of the Republic of Tatarstan. <i>Amazonia Investiga</i> , 7(15), 202-207. <a href="https://doi.org/10.1108/EDI-01-2015-0007">https://doi.org/10.1108/EDI-01-2015-0007</a>		2.9
Mulinari, P. (2015). Exploring the experiences of women and migrant medical professionals in Swedish hospitals: visible and hidden forms of resistance. <i>Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal</i> , 34(8), 666-677. <a href="https://doi.org/10.1108/EDI-01-2015-0007">https://doi.org/10.1108/EDI-01-2015-0007</a>		2.10
Smith-Estelle, A., & Gruskin, S. (2003). Vulnerability to HIV/STIs among rural women from migrant communities in Nepal: A health and human rights framework. <i>Reproductive health matters</i> , 11(22), 142-151. <a href="https://doi.org/10.1016/S0968-8080(03)02292-4">https://doi.org/10.1016/S0968-8080(03)02292-4</a>		2.11
Nájera, J. R. (2019). Remembering Migrant Life: Family Collective Memory and Critical Consciousness in the Midcentury Migrant Stream. <i>The Oral History Review</i> , 211-231. <a href="https://doi.org/10.1093/ohr/ohy037">https://doi.org/10.1093/ohr/ohy037</a>		2.12
Hasan, A., Ghosh, A., Mahmood, M. N., & Thaheem, M. J. (2021). Scientometric review of the twenty-first century research on women in construction. <i>Journal of management in engineering</i> , 37(3), <a href="https://doi.org/10.1061/(ASCE)ME.1943-5479.0000887">https://doi.org/10.1061/(ASCE)ME.1943-5479.0000887</a>		2.13
Dodson, B., & Crush, J. (2004). A report on gender discrimination in South Africa's 2002 Immigration Act: masculinizing the migrant. <i>Feminist Review</i> , 77(1), 96-119. <a href="https://doi.org/10.1057/palgrave.fr.9400158">https://doi.org/10.1057/palgrave.fr.9400158</a>		2.14
Qin, M., Brown, J. J., Padmadas, S. S., Li, B., Qi, J., & Falkingham, J. (2016). Gender inequalities in employment and wage-earning among internal labour migrants in Chinese cities. <i>Demographic Research</i> , 34, 175-202.		2.15
Tantet, C., Delaporte, C., & Cordel, H. (2019). Violence against migrant and refugee women: how to identify them. <i>La Revue du Praticien</i> , 69(6), 676-678.	Repeated	-
Wang, Z., Lou, Y., & Zhou, Y. (2020). Bargaining power or specialization? Determinants of household decision making in Chinese rural migrant families. <i>SAGE Open</i> , 10(4), <a href="https://doi.org/10.1177/2158244020980446">https://doi.org/10.1177/2158244020980446</a>		2.16

Benya, A. (2018). Women of the mines: apartheid and post-apartheid lived realities of South African women. <i>Storia Delle Donne</i> , 13(1), 79-101. <a href="https://doi.org/10.13128/SDD-23957">https://doi.org/10.13128/SDD-23957</a>		2.17
Morokvašić, M. (1984). Birds of passage are also women.... <i>International migration review</i> , 18(4), 886-907. <a href="https://doi.org/10.1177/019791838401800402">https://doi.org/10.1177/019791838401800402</a>		2.18
Añón, M. J. (2010). El acceso de las mujeres inmigrantes a los derechos humanos: la igualdad inacabada. <i>Frónesis</i> , 17(2).	Repeated	-
Lowthers, M. (2018). On institutionalized sexual economies: Employment sex, transactional sex, and sex work in Kenya's cut flower industry. <i>Signs: Journal of Women in Culture and Society</i> , 43(2), 449-472. <a href="https://doi.org/10.1086/693767">https://doi.org/10.1086/693767</a>	Not available	-
Modugu, H. R., Khanna, R., Dash, A., Manikam, L., Parikh, P., Benton, L., ... & Lakhanpaul, M. (2022). Influence of gender and parental migration on IYCF practices in 6–23-month-old tribal children in Banswara district, India: findings from the cross-sectional PANChSHEEL study. <i>BMC Nutrition</i> , 8(1), 1-16. <a href="https://doi.org/10.1186/s40795-021-00491-7">https://doi.org/10.1186/s40795-021-00491-7</a>		2.19
Ziersch, A., Walsh, M., Baak, M., Rowley, G., Oudih, E., & Mwanri, L. (2021). "It is not an acceptable disease": A qualitative study of HIV-related stigma and discrimination and impacts on health and wellbeing for people from ethnically diverse backgrounds in Australia. <i>BMC public health</i> , 21(1), 1-15. <a href="https://doi.org/10.1186/s12889-021-10679-y">https://doi.org/10.1186/s12889-021-10679-y</a>		2.20

## SCOPUS

	Notes	Id.
Modugu, H. R., Khanna, R., Dash, A., Manikam, L., Parikh, P., Benton, L., ... & Lakhanpaul, M. (2022). Influence of gender and parental migration on IYCF practices in 6–23-month-old tribal children in Banswara district, India: findings from the cross-sectional PANChSHEEL study. <i>BMC Nutrition</i> , 8(1), 1-16. <a href="https://doi.org/10.1186/s40795-021-00491-7">https://doi.org/10.1186/s40795-021-00491-7</a>	Repeated	-
Tang, S., Zhou, J., Lin, S., & Li, X. (2022). Where is my home? Sense of home among rural migrant women in contemporary China. <i>Geoforum</i> , 129, 131-140. <a href="https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2022.01.014">https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2022.01.014</a>		2.21
Michiels, S., Nordman, C. J., & Seetahul, S. (2021). Many Rivers to Cross: Social Identity, Cognition, and Labor Mobility in Rural India. <i>The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science</i> , 697(1), 66-80. <a href="https://doi-org.ubues.idm.oclc.org/10.1177/00027162211055990">https://doi-org.ubues.idm.oclc.org/10.1177/00027162211055990</a>		2.22
De Rose, C., Spinola, O., & Buonsenso, D. (2021). Time for inclusion of racial and gender discrimination in routine clinical assessment. <i>Journal of racial and ethnic health disparities</i> , 8(4), 803-808. <a href="https://doi-org.ubues.idm.oclc.org/10.1007/s40615-021-01061-0">https://doi-org.ubues.idm.oclc.org/10.1007/s40615-021-01061-0</a>		2.23
Hasan, A., Ghosh, A., Mahmood, M. N., & Thaheem, M. J. (2021). Scientometric review of the twenty-first century research on women in construction. <i>Journal of management in engineering</i> , 37(3), <a href="https://doi.org/10.1061/(ASCE)ME.1943-5479.0000887">https://doi.org/10.1061/(ASCE)ME.1943-5479.0000887</a>	Repeated	-
Zheng, X., & Lu, H. (2021). Does ICT change household decision-making power of the left-behind women? A case from China. <i>Technological Forecasting and Social Change</i> , 166, 120604. <a href="https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120604">https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120604</a>		2.24

Shahiri, H., Cheng, Z., & Al-Hadi, A. A. (2021). Why do low-skilled foreign workers have a wage advantage? Evidence from the palm oil plantation sector in Malaysia. <i>Population, Space and Place</i> , 27(3), e2404. <a href="https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1002/psp.2404">https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1002/psp.2404</a>		2.25
Chen, Y. (2021). Gender discrimination in societal and familial realms: Understanding agency among Chinese marriage migrant women in Switzerland. <i>Asian and Pacific Migration Journal</i> , 30(1), 18-38. <a href="https://doi.org/10.1177/0117196820981594">https://doi.org/10.1177/0117196820981594</a>	Repeated	-
Chauvin, S., Salcedo Robledo, M., Koren, T., & Illidge, J. (2021). Class, mobility and inequality in the lives of same-sex couples with mixed legal statuses. <i>Journal of Ethnic and Migration Studies</i> , 47(2), 430-446. <a href="https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1080/1369183X.2019.1625137">https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1080/1369183X.2019.1625137</a>		2.26
Zou, P., Shao, J., Luo, Y., Huang, Y., Zhang, H., & Sidani, S. (2020). Menopausal transition experiences and management strategies of Chinese immigrant women: a scoping review. <i>Menopause</i> , 27(12), 1434-1443. <a href="https://doi.org/10.1097/GME.0000000000001623">https://doi.org/10.1097/GME.0000000000001623</a>	Not available	-
Lodigiani, E., & Salomone, S. (2015). Migration-induced transfers of norms. The case of female political empowerment. <i>University Ca'Foscari of Venice, Dept. of Economics Research Paper Series</i> , 19. <a href="https://doi.org/10.1017/dem.2020.7">https://doi.org/10.1017/dem.2020.7</a>	Not available	-
Miège, P. (2020). Migration, urbanisation and emergence of the individual: Same-sex desiring migrant men constructing spaces and cultivating their self in a big Chinese city. <i>Asia Pacific Viewpoint</i> , 61(3), 509-520. <a href="https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1111/apv.12281">https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1111/apv.12281</a>		2.27
Gangoli G., Bates, L., & Hester, M. (2020). What does justice mean to black and minority ethnic (BME) victims/survivors of gender-based violence?, <i>Journal of Ethnic and Migration Studies</i> , 46(15) 3119-3135, <a href="https://doi.org/10.1080/1369183X.2019.1650010">https://doi.org/10.1080/1369183X.2019.1650010</a>	Repeated	
Busetta, G., Campolo, M. G., & Panarello, D. (2020). The discrimination decomposition index: a new instrument to separate statistical and taste-based discrimination using first- and second-generation immigrants. <i>International Journal of Social Economics</i> . 47(12), 1577-1597. <a href="https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1108/IJSE-02-2020-0055">https://doi-org.ubu-es.idm.oclc.org/10.1108/IJSE-02-2020-0055</a>		2.28
Briones-Vozmediano, E., Rivas-Quarneti, N., Gea-Sánchez, M., Bover-Bover, A., Carbonero, M. A., & Gastaldo, D. (2020). The Health Consequences of Neocolonialism for Latin American Immigrant Women Working as Caregivers in Spain: A Multisite Qualitative Analysis. <i>International Journal of Environmental Research and Public Health</i> , 17(21), 8278. <a href="https://doi.org/10.3390/ijerph17218278">https://doi.org/10.3390/ijerph17218278</a>		2.29
Izugbara, C., Muthuri, S., Muuo, S., Egesa, C., Franchi, G., Mcalpine, A., ... & Hossain, M. (2020). 'They Say Our Work Is Not Halal': Experiences and challenges of refugee community workers involved in gender-based violence prevention and care in Dadaab, Kenya. <i>Journal of refugee studies</i> , 33(3), 521-536.	Repeated	-
Tahir, M. W. (2020). Combating discrimination at workplaces through mainstreaming 'gender'and 'integration'needs in legislation: Testing a new analytical framework in		2.30

Germany and Sweden. In <i>Women's Studies International Forum</i> (Vol. 81, p. 102380). Pergamon. <a href="https://doi.org/10.1016/j.wsif.2020.102380">https://doi.org/10.1016/j.wsif.2020.102380</a>		
Muchomba, F. M., & Chatterji, S. (2020). Disability among children of immigrants from India and China: Is there excess disability among girls?. <i>Population Studies</i> , 74(2), 263-281. <a href="https://doi.org/10.1080/00324728.2020.1762911">https://doi.org/10.1080/00324728.2020.1762911</a>		2.31
Tiutiuhin, V. I., Baida, A. O., & Bazeliuk, V. V. (2020). Legal restrictions on medical intervention during operation on female genitalia for non-medical purposes. <i>Wiadomosci Lekarskie</i> , 73(12 cz 2), 2909-2914.		2.32
Wang, Z., Lou, Y., & Zhou, Y. (2020). Bargaining power or specialization? Determinants of household decision making in Chinese rural migrant families. <i>SAGE Open</i> , 10(4), <a href="https://doi.org/10.1177/2158244020980446">https://doi.org/10.1177/2158244020980446</a>	Repeated	-
Gusciute, E., Mühlau, P., & Layte, R. (2020). Discrimination in the rental housing market: a field experiment in Ireland. <i>Journal of Ethnic and Migration Studies</i> , 1-22. <a href="https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1813017">https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1813017</a>		2.33
Lim, D. (2018). The indirect gender discrimination of skill-selective immigration policies. <i>Critical Review of International Social and Political Philosophy</i> , 22(7), 906-928. <a href="https://doi.org/10.1080/13698230.2018.1479812">https://doi.org/10.1080/13698230.2018.1479812</a>		2.34
Tantet, C., Delaporte, C., & Cordel, H. (2019). Violence against migrant and refugee women: how to identify them. <i>La Revue du Praticien</i> , 69(6), 676-678.	Repeated	-
Petrozziello, A. J. (2019). (Re) producing Statelessness via Indirect Gender Discrimination: Descendants of Haitian Migrants in the Dominican Republic. <i>International Migration</i> , 57(1), 213-228. <a href="https://doi.org/10.1111/imig.12527">https://doi.org/10.1111/imig.12527</a>	Repeated	-
Rocca, M. D., & Zinn, D. L. (2019). Othering Honor-Based Violence: The Perspective of Antiviolence Operators in Northern Italy. <i>Human Organization</i> , 78(4), 325-334. <a href="https://doi.org/10.17730/0018-7259.78.4.325">https://doi.org/10.17730/0018-7259.78.4.325</a>	Repeated	-
Lowthers, M. (2018). On institutionalized sexual economies: Employment sex, transactional sex, and sex work in Kenya's cut flower industry. <i>Signs: Journal of Women in Culture and Society</i> , 43(2), 449-472. <a href="https://doi.org/10.1086/693767">https://doi.org/10.1086/693767</a>	Repeated	
Nájera, J. R. (2019). Remembering Migrant Life: Family Collective Memory and Critical Consciousness in the Midcentury Migrant Stream. <i>The Oral History Review</i> , 211-231. <a href="https://doi.org/10.1093/ohr/ohy037">https://doi.org/10.1093/ohr/ohy037</a>	Repeated	-
Chen, H., Chen, J., & Yu, W. (2017). Influence factors on gender wage gap: Evidences from chinese household income project survey. In <i>Forum for Social Economics</i> , 46(4), 371-395. <a href="https://doi.org/10.1080/07360932.2017.1356346">https://doi.org/10.1080/07360932.2017.1356346</a>	Repeated	-
Moreira, S. L. (2017). Género, edad y generación: la familia y los meso determinantes en las trayectorias educativas y ocupacionales de los hijos de inmigrantes marroquíes asentados en España. <i>Studi Emigrazione</i> , (206), 259-274.	Not available	
Mullally, S. (2014). Migration, Gender, and the Limits of Rights. In R. Rubio-Marín (Ed), <i>Human Rights and Immigration</i> , (pp. 145-176). Oxford University Press.		2.35
Vrăbiescu, I. (2017). Non-and dedocumenting citizens in Romania: Nonrecording as a civil boundary. <i>Focaal</i> , 2017(77), 22-35. <a href="https://doi.org/10.3167/fcl.2017.770103">https://doi.org/10.3167/fcl.2017.770103</a>		2.36

Nazari, S., & Seyedan, F. (2016). A qualitative research of the causes of Iranian female students immigration to developed countries. <i>Asian Social Science</i> , 12(10), 167-173.	2.37
Díaz, C.M., Martinez, L., Tarver, M., Geschwind, S. A., & Lara, M. (2016). Latino immigrant day laborer perceptions of occupational safety and health information preferences. <i>American Journal of Industrial Medicine</i> , 59(6), 476-485. <a href="https://doi.org/10.1002/ajim.22575">https://doi.org/10.1002/ajim.22575</a>	2.38
Qin, M., Brown, J. J., Padmadas, S. S., Li, B., Qi, J., & Falkingham, J. (2016). Gender inequalities in employment and wage-earning among internal labour migrants in Chinese cities. <i>Demographic Research</i> , 34, 175-202.	Repeated
Mulinari, P. (2015). Exploring the experiences of women and migrant medical professionals in Swedish hospitals: visible and hidden forms of resistance. <i>Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal</i> , 34(8), 666-677. <a href="https://doi.org/10.1108/EDI-01-2015-0007">https://doi.org/10.1108/EDI-01-2015-0007</a>	Repeated
Antman, F. M. (2015). Gender discrimination in the allocation of migrant household resources. <i>Journal of population economics</i> , 28(3), 565-592. <a href="https://doi.org/10.1007/s00148-015-0548-x">https://doi.org/10.1007/s00148-015-0548-x</a>	Repeated
Young, J.J. (2014). Isolation and Difficulties of Korean Women Married to Non-Korean Asian Men, <i>Asian Journal of Women's Studies</i> , 20(2), 185-200. <a href="https://doi.org/10.1080/12259276.2014.11666186">https://doi.org/10.1080/12259276.2014.11666186</a>	Repeated
Bhatt, W. (2013). The little brown woman: Gender discrimination in American medicine. <i>Gender &amp; Society</i> , 27(5), 659-680. <a href="https://doi.org/10.1177/0891243213491140">https://doi.org/10.1177/0891243213491140</a>	Repeated
Chatterjee, S. (Ed.). (2013). <i>Ending Asian Deprivations: Compulsions for a Fair, Prosperous and Equitable Asia</i> . Routledge.	Book, out of context.
Wang, Z. (2012). Empirical Study of Gender Occupational Segregation of Rural-Urban Migrant Workers in China. In <i>Social Production and Reproduction at the Interface of Public and Private Spheres</i> . Emerald Group Publishing Limited. <a href="https://doi.org/10.1108/S1529-2126(2012)0000016012">https://doi.org/10.1108/S1529-2126(2012)0000016012</a>	Repeated
Antman, F. M. (2011). International migration and gender discrimination among children left behind. <i>American Economic Review</i> , 101(3), 645-49. <a href="https://doi.org/10.1257/aer.101.3.645">https://doi.org/10.1257/aer.101.3.645</a>	2.39
Coovadia, H., Jewkes, R., Barron, P., Sanders, D., & McIntyre, D. (2009). The health and health system of South Africa: historical roots of current public health challenges. <i>The lancet</i> , 374(9692), 817-834. <a href="https://doi.org/10.1016/S0140-6736(09)60951-X">https://doi.org/10.1016/S0140-6736(09)60951-X</a>	Repeated
Brandi, M. C. (2008). Gli immigrati ad alta qualificazione secondo il Censimento italiano del 2001: occupazione e sottoccupazione. <i>Studi Emigrazione</i> , (172), 893-926.	Not available

Dodson, B., & Crush, J. (2004). A report on gender discrimination in South Africa's 2002 Immigration Act: masculinizing the migrant. <i>Feminist Review</i> , 77(1), 96-119. <a href="https://doi.org/10.1057/palgrave.fr.9400158">https://doi.org/10.1057/palgrave.fr.9400158</a>	Repeated
Zhang, L., De Brauw, A., & Rozelle, S. (2004). China's rural labor market development and its gender implications. <i>China Economic Review</i> , 15(2), 230-247. <a href="https://doi.org/10.1016/j.chieco.2004.03.003">https://doi.org/10.1016/j.chieco.2004.03.003</a>	2.40
Smith-Estelle, A., & Gruskin, S. (2003). Vulnerability to HIV/STIs among rural women from migrant communities in Nepal: A health and human rights framework. <i>Reproductive health matters</i> , 11(22), 142-151. <a href="https://doi.org/10.1016/S0968-8080(03)02292-4">https://doi.org/10.1016/S0968-8080(03)02292-4</a>	Repeated
Lim, L. L., & Oishi, N. (1996). International labor migration of Asian women: distinctive characteristics and policy concerns. <i>Asian and pacific migration journal</i> , 5(1), 85-116. <a href="https://doi.org/10.1177/011719689600500105">https://doi.org/10.1177/011719689600500105</a>	Not available -
Ilcan, S. M. (1994). Peasant struggles and social change: migration, households and gender in a rural Turkish society. <i>International Migration Review</i> , 28(3), 554-579. <a href="https://doi.org/10.1177/019791839402800307">https://doi.org/10.1177/019791839402800307</a>	Not available -

## Appendix 3. Artigos da fase 3

### WEB OF SCIENCE

	Notes	Id
Roberts, L., Tamene, M., & Orta, O. R. (2018). The intersectionality of racial and gender discrimination among teens exposed to dating violence. <i>Ethnicity &amp; Disease, 28</i> (1), 253.	No use for intervention	
Hakimi, R., Kheirkhah, M., Abolghasemi, J., & Hakimi, M. (2021). Sex education and Afghan migrant adolescent women. <i>Journal of Family Medicine and Primary Care, 10</i> (2), 791. <a href="https://doi.org/10.4103/jfmpc.jfmpc_395_20">https://doi.org/10.4103/jfmpc.jfmpc_395_20</a>		3.1
Ayuste, A., & Payá, M. (2014). La relación educativa con mujeres en contextos de prostitución: la dimensión pedagógica de la intervención. <i>Educación XX1, 17</i> (1), 291-308. <a href="https://doi.org/10.5944/educxx1.17.1.10715">https://doi.org/10.5944/educxx1.17.1.10715</a> .		3.2
Stevens, A., Gilder, M. E., Moo, P., Hashmi, A., Toe, S. E. T., Doh, B. B., ... & McGready, R. (2018). Folate supplementation to prevent birth abnormalities: evaluating a community-based participatory action plan for refugees and migrant workers on the Thailand-Myanmar border. <i>public health, 161</i> , 83-89. <a href="https://doi.org/10.1016/j.puhe.2018.04.009">https://doi.org/10.1016/j.puhe.2018.04.009</a>		3.3
Zhu, C., Geng, Q., Yang, H., Chen, L., Fu, X., & Jiang, W. (2013). Quality of life in China rural-to-urban female migrant factory workers: a before-and-after study. <i>Health and quality of life outcomes, 11</i> (1), 1-9. <a href="https://doi.org/10.1186/1477-7525-11-123">https://doi.org/10.1186/1477-7525-11-123</a>		3.4
El Masri, A., Kolt, G. S., & George, E. S. (2021). Feasibility and acceptability of a culturally tailored physical activity intervention for Arab-Australian women. <i>BMC Women's Health, 21</i> (1), 1-14. <a href="https://doi.org/10.1186/s12905-021-01250-3">https://doi.org/10.1186/s12905-021-01250-3</a>		3.5
Nakamura, A., Lesueur, F. E. K., Sutter-Dallay, A. L., Franck, J. È., Thierry, X., Melchior, M., & van der Waerden, J. (2020). The role of prenatal social support in social inequalities with regard to maternal postpartum depression according to migrant status. <i>Journal of Affective Disorders, 272</i> , 465-473. <a href="https://doi.org/10.1016/j.jad.2020.04.024">https://doi.org/10.1016/j.jad.2020.04.024</a>	No use for intervention	-
Sanchez, M., Rojas, P., Li, T., Ravelo, G., Cyrus, E., Wang, W., ... & De La Rosa, M. R. (2016). Evaluating a culturally tailored HIV risk reduction intervention among Latina immigrants in the farmworker community. <i>World medical &amp; health policy, 8</i> (3), 245-262. <a href="https://doi.org/10.1002/wmh3.193">https://doi.org/10.1002/wmh3.193</a>		3.6
Chen, L., Yu, Z., Luo, X., & Huang, Z. (2016). Intimate partner violence against married rural-to-urban migrant workers in eastern China: Prevalence, patterns, and associated factors. <i>BMC public health, 16</i> (1), 1-15.	Evaluation	-
Pariser, A., Hirko, K. A., Muñoz, G. M., Pico-Gleason, G., Robinson, C., & Kerver, J. M. (2022). Barriers to Access for Cervical and Breast Cancer Screenings Among Female	System evaluation	-

Latinx Migrant Farmworkers in the US: A Scoping Literature Review. <i>Journal of Primary Care &amp; Community Health</i> , 13, 21501319211073252.		
Rojas, P., Ramírez-Ortiz, D., Wang, W., Daniel, E. V., Sánchez, M., Cano, M. Á., ... & De La Rosa, M. (2020). Testing the efficacy of an HIV prevention intervention among Latina immigrants living in farmworker communities in South Florida. <i>Journal of Immigrant and Minority Health</i> , 22(4), 661-667.		3.7
Radde, K., Gottschalk, A., Bussas, U., Schülein, S., Schriefer, D., Seifert, U., ... & Klug, S. J. (2016). Invitation to cervical cancer screening does increase participation in Germany: Results from the MARZY study. <i>International journal of cancer</i> , 139(5), 1018-1030.	No use to intervention	-
Arthur, M., Earle, A., Raub, A., Vincent, I., Atabay, E., Latz, I., ... & Heymann, J. (2018). Child marriage laws around the world: Minimum marriage age, legal exceptions, and gender disparities. <i>Journal of women, politics &amp; policy</i> , 39(1), 51-74. <a href="https://doi.org/10.1080/1554477X.2017.1375786">https://doi.org/10.1080/1554477X.2017.1375786</a>	Theoretical review, without intervention.	-
Kim, Y., Lee, H., Lee, M. K., Lee, H., & Jang, H. (2020). Development of a living lab for a mobile-based health program for Korean-Chinese working women in South Korea: mixed methods study. <i>JMIR mHealth and uHealth</i> , 8(1), e15359. <a href="https://doi.org/10.2196/15359">https://doi.org/10.2196/15359</a>		3.8
Kilanowski, J. F. (2013). Anticipatory guidance preferences of Latina migrant farmworker mothers. <i>Journal of Pediatric Health Care</i> , 27(3), 164-171. <a href="https://doi.org/10.1016/j.pedhc.2011.08.004">https://doi.org/10.1016/j.pedhc.2011.08.004</a>		3.9
Fleming, K., Simmons, V. N., Christy, S. M., Sutton, S. K., Romo, M., Luque, J. S., ... & Meade, C. D. (2018). Educating Hispanic women about cervical cancer prevention: feasibility of a promotora-led charla intervention in a farmworker community. <i>Ethnicity &amp; Disease</i> , 28(3), 169.		3.10
Weitzman, A. (2020). The sex of firstborn children and intimate partner violence in India. <i>Violence against women</i> , 26(6-7), 590-613.	Not available	-
Logie, C. H., Williams, C. C., Wang, Y., Marcus, N., Kazemi, M., Cioppa, L., ... & Loutfy, M. (2019). Adapting stigma mechanism frameworks to explore complex pathways between intersectional stigma and HIV-related health outcomes among women living with HIV in Canada. <i>Soc Sci Med</i> , 232, 129-38.	Not available	-
Stockdale, L. A., Morrison, R. G., Kmiecik, M. J., Garbarino, J., & Sifton, R. L. (2015). Emotionally anesthetized: media violence induces neural changes during emotional face processing. <i>Social Cognitive and Affective Neuroscience</i> , 10(10), 1373-1382.	No use for intervention	-
Klaver, R., & Coe, J. R. (2018). Barriers to healthcare for female patients in Papua New Guinea. <i>Case Reports</i> , 2018, bcr-2017.	Healthcare system in a non-EU context	-
Logie, C. H., Marcus, N., Wang, Y., Kaida, A., O'Campo, P., Ahmed, U., ... & Ogunnaike-Cooke, S. (2019). A longitudinal study of associations between HIV-related stigma, recent violence and depression among women living with HIV in a Canadian cohort study. <i>Journal of the international AIDS society</i> , 22(7), e25341.	Not available	-

Nihel, H., Latifa, M., Anissa, A., Raja, G., Souheil, M., Wael, M., ... & Dhiab, M. B. (2021). Characteristics of violence against women in Kairouan, Tunisia, in 2017. <i>Libyan journal of medicine</i> , 16(1).	Descriptive study	-
Menéndez Santurio, J. I., & Fernández Río, F. J. (2018). Actitudes hacia la violencia y papel importante del alumnado en el aula de educación física. <i>Revista complutense de educación</i> .	Descriptive study	-
SteelFisher, G. K., Findling, M. G., Bleich, S. N., Casey, L. S., Blendon, R. J., Benson, J. M., ... & Miller, C. (2019). Gender discrimination in the United States: Experiences of women. <i>Health services research</i> , 54, 1442-1453.	Descriptive study	-
Bronitt, S., & Kukulies-Smith, W. (2013). Crime, punishment, family violence, and the cloak of legal invisibility. <i>Journal of Australian Studies</i> , 37(3), 390-401.	Descriptive study	-
Kouta, C., Pithara, C., Zobnina, A., Apostolidou, Z., Christodoulou, J., Papadakaki, M., & Chliaoutakis, J. (2015). A systematic review of training interventions addressing sexual violence against marginalized at-risk groups of women. <i>Health education research</i> , 30(6), 971-984. <a href="https://doi.org/10.1093/her/cyv053">https://doi.org/10.1093/her/cyv053</a>		3.11
Wu, H., Jackson, C. A., Wild, S. H., Jian, W., Dong, J., & Gasevic, D. (2018). Socioeconomic status and self-reported, screen-detected and total diabetes prevalence in Chinese men and women in 2011-2012: a nationwide cross-sectional study. <i>Journal of global health</i> , 8(2).	Descriptive study	-
Febres-Cordero, B., Brouwer, K. C., Rocha-Jimenez, T., Fernández-Casanueva, C., Morales-Miranda, S., & Goldenberg, S. M. (2018). Influence of peer support on HIV/STI prevention and safety amongst international migrant sex workers: A qualitative study at the Mexico-Guatemala border. <i>PLoS One</i> , 13(1), e0190787.	Not use for intervention	-
Pocock, N. S., Kiss, L., Dash, M., Mak, J., & Zimmerman, C. (2020). Challenges to pre-migration interventions to prevent human trafficking: Results from a before-and-after learning assessment of training for prospective female migrants in Odisha, India. <i>PLoS one</i> , 15(9), e0238778. <a href="https://doi.org/10.1371/journal.pone.0238778">https://doi.org/10.1371/journal.pone.0238778</a>		3.12
von Humboldt, S., Ribeiro-Gonçalves, J. A., & Leal, I. (2020). Bullying in old age: A qualitative study on older adults' perceptions about being bullied. <i>Journal of interpersonal violence</i> , 0886260520943709.	Descriptive study	-
van der Giessen, J. A., van Dulmen, S., Velthuisen, M. E., van den Muijsenbergh, M. E., van Engelen, K., Collée, M., ... & Ausems, M. G. (2021). Effect of a health literacy training program for surgical oncologists and specialized nurses on disparities in referral to breast cancer genetic testing. <i>The Breast</i> , 58, 80-87.	Not use for intervention	-
Khosla, R., Banerjee, J., Chou, D., Say, L., & Fried, S. T. (2017). Gender equality and human rights approaches to female genital mutilation: a review of international human rights norms and standards. <i>Reproductive health</i> , 14(1), 1-9.	Not use for intervention	-

Davies, S. E., & True, J. (2017). The politics of counting and reporting conflict-related sexual and gender-based violence: The case of Myanmar. <i>International Feminist Journal of Politics</i> , 19(1), 4-21.	Not use for intervention	-
He, Y., Zhang, N., Wang, J., He, N., Du, Y., Ding, J. X., ... & Hua, K. Q. (2017). Evaluation of two intervention models on contraceptive attitudes and behaviors among nulliparous women in Shanghai, China: a clustered randomized controlled trial. <i>Reproductive Health</i> , 14(1), 1-11.	General population	-
Çalıkoglu, E. O., Aras, A., Hamza, M., Aydin, A., Nacakgedigi, O., & Koga, P. M. (2018). Sexism, attitudes, and behaviors towards violence against women in medical emergency services workers in Erzurum, Turkey. <i>Global health action</i> , 11(1), 1524541.	Descriptive study	-
Oduenyi, C., Banerjee, J., Adetiloye, O., Rawlins, B., Okoli, U., Orji, B., ... & Betron, M. (2021). Gender discrimination as a barrier to high-quality maternal and newborn health care in Nigeria: findings from a cross-sectional quality of care assessment. <i>BMC Health Services Research</i> , 21(1), 1-15.	Descriptive study	-
Hui, C., Dunn, J., Morton, R., Staub, L. P., Tran, A., Hargreaves, S., ... & Pottie, K. (2018). Interventions to improve vaccination uptake and cost effectiveness of vaccination strategies in newly arrived migrants in the EU/EEA: a systematic review. <i>International journal of environmental research and public health</i> , 15(10), 2065.	Systematic analysis of vaccinations	-
Newman, C., Chama, P. K., Mugisha, M., Matsiko, C. W., & Oketcho, V. (2017). Reasons behind current gender imbalances in senior global health roles and the practice and policy changes that can catalyze organizational change. <i>Global health, epidemiology and genomics</i> , 2.	Descriptive study	-
Escudero, D. J., Kerr, T., Operario, D., Socías, M. E., Sued, O., & Marshall, B. D. (2015). Inclusion of trans women in pre-exposure prophylaxis trials: a review. <i>AIDS care</i> , 27(5), 637-641.	Review without intervention	-
Santiago, R. V., Monreal, L. A., Carmona, A. R., & Domínguez, M. S. (2018). "If we're here, it's only because we have no money..." discrimination and violence in Mexican maternity wards. <i>BMC pregnancy and childbirth</i> , 18(1), 1-10.	Not use for intervention	-
Zhou, Y., Wang, T., Fu, J., Chen, M., Meng, Y., & Luo, Y. (2019). Access to reproductive health services among the female floating population of childbearing age: a cross-sectional study in Changsha, China. <i>BMC health services research</i> , 19(1), 1-10.	Descriptive study	-
Persson, G., Mahmud, A. J., Hansson, E. E., & Strandberg, E. L. (2014). Somali women's view of physical activity—a focus group study. <i>BMC Women's Health</i> , 14(1), 1-11.	Descriptive study	-
Lamartine, C., & Franco Henrique, C. (2021). Ladies in Red. <i>ExAequo: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre Mulheres</i> , (44), 93-109.	Analysis of the legal system	-
Cullerton, K., Gallegos, D., Ashley, E., Do, H., Voloschenko, A., Fleming, M., ... & Gould, T. (2016). Cancer screening education: can it change knowledge and attitudes among culturally and linguistically diverse communities in Queensland, Australia?. <i>Health Promotion Journal of Australia</i> , 27(2), 140-147. <a href="https://doi.org/10.1071/HE15116">https://doi.org/10.1071/HE15116</a>		3.13
Bitsch, A., & Klemetsen, M. E. (2017). The legal grading of sexual citizenship: Sentencing practices in Norwegian rape cases. <i>Gender, Place &amp; Culture</i> , 24(2), 174-188.	Descriptive study	-

Matos, C. (2017). New Brazilian feminism and online networks: cyberfeminism, protest and the female "Arab Spring". <i>International Sociology</i> , 32(3), pp. 417-434. doi: 10.1177/0268580917694971	Descriptive study	-
Riza, E., Karakosta, A., Tsiampalis, T., Lazarou, D., Karachaliou, A., Ntelis, S., ... & Psaltopoulou, T. (2020). Knowledge, Attitudes and Perceptions about Cervical Cancer Risk, Prevention and Human Papilloma Virus (HPV) in Vulnerable Women in Greece. <i>International Journal of Environmental Research and Public Health</i> , 17(18), 6892.	General population	-
Riza, E., Karakosta, A., Tsiampalis, T., Lazarou, D., Karachaliou, A., Ntelis, S., ... & Psaltopoulou, T. (2020). Knowledge, Attitudes and Perceptions about Cervical Cancer Risk, Prevention and Human Papilloma Virus (HPV) in Vulnerable Women in Greece. <i>International Journal of Environmental Research and Public Health</i> , 17(18), 6892. <a href="https://doi.org/10.3390/ijerph17186892">https://doi.org/10.3390/ijerph17186892</a>		3.14
Actis, M. (2021). La construcción de la delincuencia femenina en las tramas de la criminología mediática. <i>Investigaciones Feministas</i> , 12(2), 639-652. <a href="https://doi.org/10.5209/infe.73059">https://doi.org/10.5209/infe.73059</a>	Descriptive study	-
Martínez, A. O. R., Fuentes, N. I. G. A. L., Escobar, S. G., de Oca, Y. P. A. M., & Muñoz, M. A. T. (2020). Influencias psicosocioculturales sobre los síntomas psicopatológicos en comunidad abierta: desigualdades ecosistémicas. <i>Acta Colombiana de Psicología</i> , 23(1), 169-192.	General population	-
ESHRE Capri Workshop Group. (2016). The influence of social factors on gender health. <i>Human Reproduction</i> , 31(8), 1631-1637.	Descriptive study	-
Betron, M. L., McClair, T. L., Currie, S., & Banerjee, J. (2018). Expanding the agenda for addressing mistreatment in maternity care: a mapping review and gender analysis. <i>Reproductive Health</i> , 15(1), 1-13.	Not use for intervention	-
Vaccaro, G., Basurto, M. P., Beltrán, A., & Montoya, M. (2022). The Gender Wage Gap in Peru: Drivers, Evolution, and Heterogeneities. <i>Social Inclusion</i> , 10(1), 19-34.	Descriptive study	-
Diamond-Smith, N., Conroy, A. A., Tsai, A. C., Nekkanti, M., & Weiser, S. D. (2019). Food insecurity and intimate partner violence among married women in Nepal. <i>Journal of global health</i> , 9(1).	Descriptive study	-
Jenner, S. C., Djermeester, P., & Oertelt-Prigione, S. (2020). Prevention strategies for sexual harassment in academic medicine: a qualitative study. <i>Journal of interpersonal violence</i> , 0886260520903130.	Not use for intervention	-
Rankin, Y. A., Thomas, J. O., & Erete, S. (2021). Black women speak: Examining power, privilege, and identity in CS education. <i>ACM Transactions on Computing Education (TOCE)</i> , 21(4), 1-31. <a href="https://doi.org/10.1145/3451344">https://doi.org/10.1145/3451344</a>		3.15

ESHRE Capri Workshop Group. (2016). The influence of social factors on gender health. <i>Human Reproduction</i> , 31(8), 1631-1637.		-
Langer, J. A., Ramos, J. V., Ghimire, L., Rai, S., Kohrt, B. A., & Burkey, M. D. (2019). Gender and child behavior problems in rural Nepal: differential expectations and responses. <i>Scientific reports</i> , 9(1), 1-10.	Not use for intervention	-
Hayward, F. M., & Karim, R. (2019). The struggle for higher education gender equity policy in Afghanistan: Obstacles, challenges and achievements. <i>Education Policy Analysis Archives</i> , 27, 139. <a href="https://doi.org/10.14507/epaa.27.3036">https://doi.org/10.14507/epaa.27.3036</a>	Descriptive study	-
Navarro, L. & Velásquez, M. J. (2016). Herramientas para prevenir la violencia de género: implicaciones de un registro diario de situaciones de desigualdad de género. <i>Acta Colombiana de Psicología</i> , 19(2), 149-158. <a href="https://doi.org/10.14718/ACP.2016.19.2.7">https://doi.org/10.14718/ACP.2016.19.2.7</a>		3.16
Fnaïs, N., al-Nasser, M., Zamakhshary, M., Abuznadah, W., Al-Dhukair, S., Saadeh, M., ... & BinAhmed, A. (2013). Prevalence of harassment and discrimination among residents in three training hospitals in Saudi Arabia. <i>Annals of Saudi medicine</i> , 33(2), 134-139.	Descriptive study	-
Camargo, E. (2019). Gender inequality and intimate partner violence in Bolivia. <i>Revista Colombiana de Sociología</i> , 42(2), 257-277.	Descriptive study	-
Lombardi, M. R. (2017). Women engineers in construction industry: the feminization possible and gender discrimination. <i>Cadernos de Pesquisa</i> , 47, 122-146.	Descriptive study.	-
Lassi, Z. S., Ali, A., & Meherali, S. (2021). Women's Participation in Household Decision Making and Justification of Wife Beating: A Secondary Data Analysis from Pakistan's Demographic and Health Survey. <i>International journal of environmental research and public health</i> , 18(19), 10011.	Descriptive study	-
Zejnnullahu, V. A., Ukella-Lleshi, D., Zejnnullahu, V. A., Miftari, E., & Govori, V. (2021). Prevalence of postpartum depression at the clinic for obstetrics and gynecology in Kosovo teaching hospital: Demographic, obstetric and psychosocial risk factors. <i>European Journal of Obstetrics &amp; Gynecology and Reproductive Biology</i> , 256, 215-220.	Not use for intervention	-
Chadalawada, U. R., Aruna, D. S., & Sandhya, R. M. (2017). Effect of health education on adolescent girls regarding knowledge about menstruation. <i>Journal of Evolution of Medical and Dental Sciences</i> , 6(13), 1040-1044. <a href="https://doi.org/10.14260/Jemds/2017/223">https://doi.org/10.14260/Jemds/2017/223</a>		3.17
Lall, M. D., Bilimoria, K. Y., Lu, D. W., Zhan, T., Barton, M. A., Hu, Y. Y., ... & Baren, J. M. (2021). Prevalence of discrimination, abuse, and harassment in emergency medicine residency training in the US. <i>JAMA network open</i> , 4(8), e2121706-e2121706.	Descriptive study	-
Susiloretni, K. A., Smith, E. R., Agustina, R., & Shankar, A. H. (2021). The psychological distress of parents is associated with reduced linear growth of children: Evidence from a nationwide population survey. <i>PloS one</i> , 16(10), e0246725.	Descriptive study	-
Halim, U. A., & Riding, D. M. (2018). Systematic review of the prevalence, impact and mitigating strategies for bullying, undermining behaviour and harassment in the surgical workplace. <i>Journal of British Surgery</i> , 105(11), 1390-1397.	Descriptive study	-
Shammi, M., Bodrud-Doza, M., Islam, A. R. M., & Rahman, M. (2021). Strategic assessment of COVID-19 pandemic in Bangladesh: comparative lockdown scenario	Descriptive study	-

analysis, public perception, and management for sustainability. *Environment, Development and Sustainability*, 23(4), 6148-6191.

Fnaiss, N., Soobiah, C., Chen, M. H., Lillie, E., Perrier, L., Tashkhandi, M., ... & Tricco, A. C. (2014). Harassment and discrimination in medical training: a systematic review and meta-analysis. *Academic Medicine*, 89(5), 817-827.

Not use for  
intervention -

Sojo, V. E., Wood, R. E., & Genat, A. E. (2016). Harmful workplace experiences and women's occupational well-being: A meta-analysis. *Psychology of Women Quarterly*, 40(1), 10-40.

Not use for  
intervention -

Uneke, C., & Uneke, B. (2021). Intersectionality of gender in recruitment and retention of the health workforce in Africa: a rapid review. *Eastern Mediterranean Health Journal*, 27(7).

Not use for  
intervention -

Monteiro, S., & Brigeiro, M. (2019). Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. *Cadernos de Saúde Pública*, 35.

Descriptive study -

#### SCOPUS

Augustine Bala, N., Azman, A., & Singh, P. S. J. (2022). The impact of gender discrimination and HIV stigma on women living in North Central Nigeria. *Cogent Social Sciences*, 8(1), 2027612. <https://doi.org/10.1080/23311886.2022.2027612>

No use for  
intervention -

Rankin, Y. A., Thomas, J. O., & Erete, S. (2021). Black women speak: Examining power, privilege, and identity in CS education. *ACM Transactions on Computing Education (TOCE)*, 21(4), 1-31. <https://doi.org/10.1145/3451344>

Repeated -

Fatouros, S., & Capetola, T. (2021). Examining Gendered Expectations on Women's Vulnerability to Natural Hazards in Low to Middle Income Countries: A critical Literature Review. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 64, 102495.

Not available -

Lall, M. D., Bilimoria, K. Y., Lu, D. W., Zhan, T., Barton, M. A., Hu, Y. Y., ... & Baren, J. M. (2021). Prevalence of discrimination, abuse, and harassment in emergency medicine residency training in the US. *JAMA network open*, 4(8), e2121706-e2121706.

Repeated -

Nihel, H., Latifa, M., Anissa, A., Raja, G., Souheil, M., Wael, M., ... & Dhiab, M. B. (2021). Characteristics of violence against women in Kairouan, Tunisia, in 2017. *Libyan journal of medicine*, 16(1).

Repeated -

Zejnnullahu, V. A., Ukella-Lleshi, D., Zejnnullahu, V. A., Miftari, E., & Govori, V. (2021). Prevalence of postpartum depression at the clinic for obstetrics and gynecology in Kosovo teaching hospital: Demographic, obstetric and psychosocial risk factors. *European Journal of Obstetrics & Gynecology and Reproductive Biology*, 256, 215-220.

Repeated -

Zou, P., Shao, J., Luo, Y., Huang, Y., Zhang, H., & Sidani, S. (2020). Menopausal transition experiences and management strategies of Chinese immigrant women: a scoping

Repeated -

review. <i>Menopause</i> , 27(12), <a href="https://doi.org/10.1097/GME.0000000000001623">https://doi.org/10.1097/GME.0000000000001623</a>	1434-1443.		
Díaz, C.M., Martinez, L., Tarver, M., Geschwind, S. A., & Lara, M. (2016). Latino immigrant day laborer perceptions of occupational safety and health information preferences. <i>American Journal of Industrial Medicine</i> , 59(6), 476-485. <a href="https://doi.org/10.1002/ajim.22575">https://doi.org/10.1002/ajim.22575</a>		Repeated	-
Advocacy strategies for young people's sexual and reproductive health: Using UN processes <a href="https://doi.org/9783/9780812206104.110">https://doi.org/9783/9780812206104.110</a> In book: Reproductive Health and Human Rights		Not available Book	-
Smith-Estelle, A., & Gruskin, S. (2003). Vulnerability to HIV/STIs among rural women from migrant communities in Nepal: A health and human rights framework. <i>Reproductive health matters</i> , 11(22), 142-151. <a href="https://doi.org/10.1016/S0968-8080(03)02292-4">https://doi.org/10.1016/S0968-8080(03)02292-4</a>		Repeated	-



360  
REWIN